



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS APLICADOS  
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E  
QUESTÃO SOCIAL**

**FLÁVIA MOREIRA FERREIRA**

**HÁ UM PASSADO NO MEU PRESENTE: UMA ANÁLISE SOBRE A  
EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL VIVENCIADA POR JOVENS DO SEXO  
MASCULINO, EGRESSOS DO PROJETO VIRAVIDA – CE.**

**FORTALEZA – CEARÁ  
2017**

FLÁVIA MOREIRA FERREIRA

HÁ UM PASSADO NO MEU PRESENTE: UMA ANÁLISE SOBRE A  
EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL VIVENCIADA POR JOVENS DO SEXO  
MASCULINO, EGRESSOS DO PROJETO VIRAVIDA – CE.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Estenio Ericson Botelho de Azevedo

FORTALEZA – CEARÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Ferreira, Flávia Moreira .

Há um passado no meu presente: uma análise sobre a exploração sexual comercial vivenciada por jovens do sexo masculino, egressos do projeto viravida ? ca. [recurso eletrônico] / Flávia Moreira Ferreira. - 2017 .

1 CD-ROM: il.; 4 3/4 pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 180 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Fortaleza, 2017 .

Área de concentração: Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais. .

Orientação: Prof. Dr. Estênio Ericson Botelho de Azevedo.

1. Violência sexual. 2. Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. 3. Juventude. 4. Trabalho. 5. Exploração sexual masculina. I. Título.

FLÁVIA MOREIRA FERREIRA

HÁ UM PASSADO NO MEU PRESENTE: UMA ANÁLISE SOBRE A  
EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL VIVENCIADA POR JOVENS DO SEXO  
MASCULINO, EGRESSOS DO PROJETO VIRAVIDA – CE.

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado Acadêmico em Serviço  
Social, Trabalho e Questão Social do  
Centro de Estudos Sociais Aplicados  
da Universidade Estadual do Ceará,  
como requisito parcial para a obtenção  
do grau de mestre em Serviço Social  
Área de concentração: Serviço Social  
Trabalho e Políticas Sociais.

Aprovada em: 31 de agosto de 2017.

BANCA EXAMINADORA



Aos maiores inspiradores que alguém poderia ter:  
minha pequena Ana Laura, meu esposo Cleóbio,  
meus pais e toda minha família. Que estiveram  
trilhando comigo toda essa caminhada...

Que souberam o quanto não foi fácil, mas ao  
mesmo tempo, o quanto foi linda...

Sendo, acima de tudo, uma história de superação  
e recomeços...

Dedico.

## **AGRADECIMENTOS**

Eu sempre choro na construção de agradecimentos. Pois bem, nesse não poderia ser diferente. Não seria diferente porque, se cheguei aonde cheguei, foi graças a cada uma das pessoas as quais irei me remeter. Quero trazer para dentro desse texto, nas linhas e entrelinhas, todos os amigos, amigas, familiares e pessoas que me ajudaram a construí-lo. Seja de forma presente ou ausente, do princípio ao fim, às pessoas que compartilharam comigo ideias, fomentaram discussões, trouxeram inúmeras contribuições, que me incentivaram a não desistir, e me ensinaram a recomeçar, agradeço imensamente.

Em especial, a Deus, que me deu forças para que eu persistisse e não desistisse nunca dos meus ideais, que, nem tão cedo, nem tão tarde, mas na hora exata, me iluminou de forma que eu pudesse realizar essa tarefa.

À minha filha, minha pequena, minha sapeca, meu motivo, meu tudo. Minha Ana Laura! Minha melhor companhia com a qual dividi noites e dias, conciliando mamadas, gagaus, quedas, com leituras, interpretações e produções de texto. Com você e por você aprendi a recomeçar. E sou muito grata por tudo isso! OBRIGADA!

Ao meu esposo, Cléobio Souza, meu melhor amigo e melhor transcritor, que contribuiu direta e indiretamente na construção desse trabalho, me incentivando, me apoiando e me ajudando em todos os momentos de forma tão especial. O meu muito OBRIGADA!

Aos meus pais, Elizabete e José Orlando, meus exemplos! Que me deram a vida e me ensinaram, das mais diversas formas, a vivê-la. Que seguraram na minha mão quando eu tanto precisei. Que me deram carão quando necessitei. Eu diria várias coisas boas e lindas aqui para vocês. Mas, como não há muitas maneiras de dizer o indizível, digo apenas, Obrigada!

À minha irmã Aline e meu cunhado Tarciso, por estarem presentes nas horas fáceis e difíceis; pelos incentivos e exigências, pelas caronas que me levaram a UECE, seja para estudar ou para me cuidar, o meu agradecimento.

Ao meu querido irmãozinho Daniel, que me ensina a pausar e a acreditar em mim mesma, mesmo quando todos não acreditarem. Que me ajuda a ver que a vida pode ser vivida de uma forma mais leve, a você, seu chato, o meu Obrigado!

Ao meu sogro Augusto, minha sogra Dalva, meu cunhado Wallance e minha cunhada Daniele, por me darem a mão, o braço e as pernas ao cuidarem de mim e da minha filha quando eu tanto precisei. O meu muito Obrigada!

Com muito carinho, agradeço aos meus amigos, compadres, Magno e Vânia que fizeram parte de todo o processo desde o início até o final. Entendendo minhas ausências e se fazendo presente sempre que necessitei.

Não poderia deixar de agradecer a todos/as os/as amigos e amigas que acompanharam a minha caminhada e com ela contribuíram, sempre me acolhendo, me incentivando, me apoiando. Em especial minhas amigas Luciana Sátiro, Eliziane Moreira, Jandira Forte, Denise Lima, Daniele Lima, Walézia Lopes, Fabiana Coelho, Débora Vieira, que talvez nem saibam o tamanho da importância de suas vidas em minha vida. O meu muito obrigada!

A todos e todas que fazem e fizeram parte do Projeto ViraVida. Dessa equipe MARAVILHOSA que me recebeu e me acolheu de braços abertos com tanto amor e carinho, que entenderam minhas dificuldades e minhas ausências, me apoiando a cada novo desafio. À equipe que esteve presente em 2012: Mirelle, Germana, Erika, Cinthia, Ana Isabel, Lilia, Rayna, Anna Kelly e, em especial, à equipe atual, Ailka, Maxsuana, Renata, Catarina, Anderson e Vitor que foram uma verdadeira família para mim, nesses últimos meses. Aos Viravidianos e Viravidianas, que me ensinaram a ser #parasempreviravida, os meus sinceros agradecimentos!

À turma mais top da história do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS): A turma IV, de 2015! Que por entre festas e debates, comemorações e discussões, transformou esse aprendizado em um momento lindo. Eu viveria tudo novamente por vocês e com vocês. Porque saí mais crescida e mais sabida. Obrigada a cada uma: Verônica Furtado, Valzinha Lourenço, Renata Costa, Jessyca Duarte, Pamela Santos, Richelly Barbosa, Camila Brasil, Yashmin Michelle, Raylka Franklin e Jana Alencar e ao nosso bendito sois, David Cruz.

Ao meu admirável orientador Estenio Ericson, por ter sido tão paciente quando eu o desesperava. E por ter sido, da mesma forma, tão paciente quando eu me esquivava. Por ter lançado novas inquietações a cada momento de orientação, por sua sublime inteligência, por ser essa pessoa, esse ser humano a quem tanto admiro, o meu super mega OBRIGADA!

À minha talentosa banca examinadora que contribuiu com todo esse processo do início ao fim. Em especial à professora Paula Fabrícia, que viu e colaborou no nascimento dessa pesquisa, sempre me motivando a delinear novos caminhos dentro do meu processo formativo, fazendo da construção desse trabalho algo engrandecedor. À professora Ângela Pinheiro que foi uma ANJA direcionada ao meu encontro, com a qual partilhei inquietações sobre a pesquisa, sobre o mundo e sobre a vida. E à professora Camila Holanda, que prontamente aceitou o convite para participar dessa banca e, desde então, tem contribuído ativamente com seu conhecimento, pesquisas, produções. A vocês, minha linda e grande banca, o meu Muito Obrigada!

À CAPES pelo incentivo dado a esta pesquisa através da bolsa de estudos.

Às professoras e professores do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS) que me incentivavam com seus questionamentos, lançando missões para a toda a turma, acreditando na nossa capacidade e no nosso potencial.

À minha aluna, minha poetisa preferida: Natália Mendes; que com sua arte de escrever construiu poesias exclusivas para esse trabalho. A você, por todo o seu talento e empenho, Agradeço!

A todos os meninos que com imensa coragem abriram seu coração, contando suas histórias, suas vidas, seus sonhos, suas dores e seus amores. Que cooperaram com esse estudo confiando detalhes nunca antes compartilhados com ninguém, e que me permitiram aprender sobre a arte de ser resiliente. O meu SUPER OBRIGADA!

Aos amigos, amigas, e familiares não mencionados/as neste papel, mas resguardados em minha memória e no meu coração, a outros tantos que passaram no meu caminho, AGRADEÇO!





“O Projeto ViraVida  
Está mudando muitas vidas,  
Que muitos achavam perdidas,  
Quase todas destruídas.  
É grande a discriminação  
Que vemos nessa nação,  
Mas é com superação,  
Que mudaremos essa visão.  
O vira vida foi uma solução,  
Pra fugir desse mundão  
De droga e prostituição,  
De dor e solidão.  
O vira vida é a oportunidade,  
De mostrar a essa cidade,  
A nossa qualidade, e força de vontade.  
Saímos da marginalização,  
Encontramos qualificação, valor e educação.  
E com o curso realizado  
Enfrentaremos o mercado,  
Que é muito disputado,  
E poucos são os contratados.  
Mas temos qualificação,  
Enfrentaremos a situação,  
Com a certeza no coração  
da nossa contratação.  
E assim o ViraVida,  
Dá o ponto de partida  
Rumo uma nova vida”.

(Transformação, por Natália Mendes<sup>1</sup>)

---

<sup>1</sup> Natália Mendes, autora da poesia transformação e de tantas outras poesias, é uma jovem egressa do Projeto Viravida, da turma de Almojarife, do ano de 2012.

## RESUMO

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes do sexo masculino é uma realidade que, ainda de forma tímida, tem tomado espaço e visibilidade na mídia, nas notificações e na academia. É dessa forma que o presente estudo trouxe a proposta de conhecer um pouco mais sobre essa situação, propondo como objetivo central analisar a compreensão dos jovens do sexo masculino, egressos do Projeto ViraVida – CE, acerca da exploração sexual comercial por eles vivenciada, durante suas infâncias e/ou adolescências. Para tanto, se fez necessário aqui entendermos quem são esses meninos, quais motivos os levaram a ingressar nessa situação e quais os sentidos dessa prática na vida desses jovens. Sobretudo, com o intuito de alcançarmos esses objetivos, fizemos uso de pesquisa bibliográfica, documental e empírica. Na primeira, obtivemos dificuldades em encontrar bibliografia tratando especificamente sobre essa temática, visto que estudos sobre a exploração sexual masculina ainda são escassos. Na segunda, consultamos registros, relatórios, documentos e dados no Projeto ViraVida, *lócus* da pesquisa. E na última, realizamos entrevistas a 10 jovens egressos do referido Projeto, o que nos possibilitou apreender como a exploração sexual comercial foi vivenciada pelos mesmos em suas infâncias e/ou adolescências. Por meio da análise desses dados, esse estudo identificou que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes do sexo masculino, é um fenômeno multifacetado que transpassa o caráter econômico, sendo também reflexo de uma conjuntura histórica, social, cultural e política. Fruto do modo de organização da nossa sociedade, baseada em relações desiguais, verificamos aqui que crianças e adolescentes, do sexo masculino, encontram no uso do corpo uma estratégia para sua inserção não apenas econômica como também, social, cultural e política. Desse modo, nossa pesquisa lança um convite à reflexão e discussão sobre essa problemática, chamando profissionais, pesquisadores e estudiosos para ampliar seus olhares sobre o assunto.

**Palavras-chave:** Violência sexual. Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Juventude. Trabalho. Exploração sexual masculina.

## ABSTRACT

The commercial sexual exploration of children and adolescents is a reality that, even in a timid way, has taken space and visibility in the media, in the notifications and in the academy. This is how the present study brought the proposal to know more about this situation, proposing as a central objective to analyze the understanding of the young men, who were Concluding of the ViraVida - CE Project, about the commercial sexual exploration they experienced during their childhoods and/or teens. Therefore, it was necessary here to understand who these boys are, what motives led them to enter into this situation and what the meanings of this practice in the lives of these young people. Above all, in order to reach these objectives, we have used bibliographical, documentary and empirical research. In the first one, we found difficulties in finding bibliography dealing specifically with this topic, since studies on male sexual exploration are still scarce. In the second, we consulted records, reports, documents and data in Projeto ViraVida, the locus of the research. And in the last one, we interviewed 10 young people from the Project, which allowed us to understand how commercial sexual exploration was experienced by them in their childhoods and / or teens. Through the analysis of these data, this study identified that the commercial sexual exploration of male children and adolescents is a multifaceted phenomenon that transcends the economic character and is also a reflection of a historical, social, cultural and political conjuncture. As a result of the way our society is organized, based on unequal relationships, we find that children and adolescents, male, find in the use of the body a strategy for their insertion not only economic but also social, cultural and political. In this way, our research calls for reflection and discussion on this problem, calling professionals, researchers and scholars to broaden their eyes on the subject.

**Keywords:** Sexual Violence. Commercial Sexual Exploration of Children and Adolescents. Youth. Job. Male Sexual Exploration.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Barraca da Amizade
APROCE	Associação das Prostitutas do Ceará
CEDECA	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CREAS	Centros de Referência Especializado de Assistência Social
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente.
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
FUNCI	Fundação da Criança e da Família Cidadã
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CENTEC	Instituto Centro de Ensino Tecnológico
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGs	Organizações Não Governamentais
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
SDHDS	Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Governo do Estado do Ceará
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SESC	Serviço Social do Comércio

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
1.1	APROXIMAÇÃO COM O CAMPO E PERCURSO METODOLÓGICO TRILHADO NA PESQUISA.....	23
1.2	GAROTO, BOY OU MICHÊ, QUEM SÃO OS SUJEITOS DA PESQUISA?.....	37
<b>2</b>	<b>DIVERSAS FACES DA JUVENTUDE.....</b>	<b>54</b>
2.1	JUVENTUDE NÃO É SÓ UMA PALAVRA.....	56
2.2	JUVENTUDES BRASILEIRAS: AVANÇOS E RETROCESSOS .....	61
2.3	O TRABALHO SOB A ÓTICA DA JUVENTUDE.....	68
2.4	DIFERENTES FORMAS DE VER E VIVER A SEXUALIDADE NA JUVENTUDE.....	74
<b>3</b>	<b>A EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL E SUAS EXPRESSÕES.....</b>	<b>90</b>
3.1	EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: OS DOIS LADOS DE UMA MESMA MOEDA .....	92
3.2	EXPLORAÇÃO SEXUAL <i>VERSUS</i> PROSTITUIÇÃO INFANTIL: DIFERENTES FORMAS DE VER UMA SÓ PROBLEMÁTICA .....	114
<b>4</b>	<b>A EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL MASCULINA: UMA REALIDADE VIVENCIADA POR MENINOS DO PROJETO VIRAVIDA – CE .....</b>	<b>126</b>
4.1	ONDE, QUANDO E COMO OCORRE A EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL MASCULINA.....	127
4.2	ENQUANTO ALGUMAS PESSOAS PERGUNTAM POR QUÊ, OUTRAS PERGUNTAM POR QUÊ NÃO? MOTIVOS E SENTIDOS DA EXPLORAÇÃO SEXUAL PARA JOVENS DO SEXO MASCULINO.	142
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>162</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>167</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>175</b>
	APÊNDICE A – PROPOSTA DE QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO.....	176
	APÊNDICE B – PROPOSTA DE ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	177
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	179

## 1 INTRODUÇÃO

A violência sexual a qual crianças e adolescentes são submetidas, vem há décadas atraindo a atenção da sociedade e do Estado. Entretanto, ainda em tempos atuais, essa problemática consiste numa realidade que se expressa na vida de muitas crianças, adolescentes e jovens do nosso país.

Segundo dados do Ministério da Saúde, através de levantamento realizado em 2011, no Brasil, a violência sexual é o segundo maior tipo de violência contra crianças e adolescentes denunciado, representando 35% (trinta e cinco por cento) das notificações<sup>2</sup>.

O Monitoramento da política de atendimento às vítimas da violência sexual, realizado no Estado do Ceará, promovido pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará – CEDECA, em 2014, analisou que existe uma defasagem quanto às políticas públicas voltadas ao enfrentamento dessa questão. O referido monitoramento aponta que há um déficit na execução das ações direcionadas ao enfrentamento da exploração sexual tanto a nível municipal como estadual (CEDECA, 2014).

Apesar de existir há tempos, os estudos sobre a exploração sexual ganharam maior ênfase a partir da década de 1980. Sobretudo, após essa década, várias foram as pesquisas construídas acerca desta temática. A nível acadêmico e político, a violência sexual passou a ser subdividida em abuso e exploração sexual, sendo o abuso sexual a modalidade mais conhecida (AZEVEDO e GUERRA, 2000). O processo de tipificação da violência sexual entre abuso e exploração sexual foi fruto de vários espaços de debates sobre a temática, tais como: seminários, congressos, conferências, dentre outros.

No decorrer desse estudo, será dado maior ênfase à temática exploração sexual comercial, uma vez que o foco dessa pesquisa consiste no entendimento sobre como esse fenômeno é percebido por jovens do sexo masculino que o vivenciaram. Segundo as autoras Azevedo e Guerra (2000, p.42), a exploração sexual comercial implica na “[...] participação de criança

---

<sup>2</sup> Dados coletados no site <http://www.brasil.gov.br/saude/2012/05/abuso-sexual-e-o-segundo-maior-tipo-de-violencia-contra-criancas-mostra-pesquisa>, acesso em 20/06/2017.

menor de 18 anos em atividades de prostituição e pornografia infantis, isto é, no comércio do sexo [...]”.

Após avanços nas pesquisas sobre exploração sexual, a mesma passou a ser subdividida em quatro modalidades, conforme será apresentado adiante. Entretanto, ainda hoje nos deparamos com divergentes visões sobre essa problemática. A concretização do próprio termo “exploração sexual”, utilizado para substituir o termo “prostituição infantil”, foi fruto da luta de diversos setores da sociedade civil e de militantes de defesa dos direitos da criança e do adolescente, tendo como precursor o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, o Movimento de Mulheres e o Movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente (DIÓGENES, 2010; SANTOS, 2011).

Os referidos movimentos promoveram a eclosão das denúncias contra a exploração sexual no Brasil, e impulsionaram algumas conquistas no que se refere aos direitos das crianças e dos adolescentes. Dentre as principais conquistas estão a implementação de leis (Constituição Federal de 1988; Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990; Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, em 2000; dentre outras), e, posteriormente, a efetivação de políticas públicas para esse segmento.

Um dos serviços de grande utilidade para a sociedade brasileira e, principalmente, para o enfrentamento da problemática em estudo, trata-se do Disque 100. Vinculado ao governo federal, o disque 100 é resultado da implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, e tem sido um mecanismo utilizado para registrar denúncias de violência contra crianças e adolescentes, dentre elas a violência sexual. Apenas em 2015 e 2016, o referido serviço registrou<sup>3</sup> 37 mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes, na faixa etária entre 0 e 18 anos. Dos 17,5 mil casos denunciados ao Disque 100, em 2016, 72% se referiam aos crimes de abuso sexual e apenas 20% atentavam para exploração sexual de crianças e adolescentes.

---

<sup>3</sup> Esses dados foram coletados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, divulgados no Portal Brasil em 18/05/2017, disponível no site: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/05/dia-nacional-contra-abuso-sexual-de-criancas-e-jovens-e-celebrado-nesta-quinta-18>, com acesso no dia 20/06/2017.

Contudo, pesquisas (CEDECA, 2014; FÓRUM DCA, 2017) apontam que a quantidade de denúncias realizadas no disque 100, sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, vêm diminuindo gradativamente. Os referidos estudos associam essa diminuição à pouca gravidade que a sociedade brasileira e, principalmente, o poder público vem dando para essa problemática. Acreditamos, portanto, que o pouco índice das denúncias de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, tem aqui como reflexo uma sociedade que não dá importância nem seriedade para essa situação. Além disso, é importante compreendermos que os dados oficiais apresentados nas denúncias não alcançam efetivamente a dimensão dessa problemática, representando apenas a ponta do *iceberg*, ou seja, o lado visível desse fenômeno.

Recentemente, a mídia divulgou mais um caso de abuso e exploração sexual envolvendo aliciadores do alto escalão da sociedade. Nesse caso, em específico, o aliciador consistiu no próprio ex-prefeito da cidade de Coari que, segundo a reportagem, foi condenado pelo crime de abuso e exploração sexual no ano de 2014, quando ainda era prefeito da cidade. A reportagem, porém, tratava sobre o fato da justiça do Amazonas ter concedido o indulto da pena para o ex-prefeito de Coari, liberando-o da pena a qual foi condenado<sup>4</sup>.

De acordo com análise das reportagens sobre esse caso, foi perceptível que a exploração sexual aconteceu mobilizada por uma rede de aliciadores. Segundo a deputada federal Liliam Sá, relatora da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da exploração sexual, “o Amazonas é o paraíso da pedofilia” comandado por uma rede de exploração sexual envolvendo prefeitos, deputados e outros aliciadores que são camuflados pela justiça e pela polícia federal do referido estado. Dentre as operações anteriores, mantidas em segredo de justiça, está a operação Estocolmo e a Operação Vorax, envolvendo uma rede de pessoas do mundo dos negócios no Amazonas, que praticavam exploração sexual de meninas. Segundo a referida CPI, temos que 1.900 crianças foram vítimas de estupro no Amazonas, só no ano de 2013. Dessas, 1.300 tem idade

---

<sup>4</sup>Dados coletados no site <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/ex-prefeito-condenado-por-exploracao-sexual-tem-pena-extinguida-no-am.html>, com acesso em 01/02/2017.



entre zero e 11 anos. E ainda, temos que 1,3% dos casos de abuso sexual foram praticados contra bebês<sup>5</sup>.

O relatório sobre a situação mundial da infância<sup>6</sup>, em 2011, apontava que crianças e adolescentes são forçados a entrar no mercado do sexo, sendo, a partir de então, sujeitas à negligência, a abusos físicos, psicológicos e sexuais, o que poderia vir a comprometer seu desenvolvimento. Segundo o referido relatório, essas crianças e adolescentes são mais suscetíveis a apresentarem dificuldades futuras em sua capacidade de aprender e de socializar-se. Segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT, a exploração sexual consiste em uma das piores formas de exploração do trabalho infantil<sup>7</sup>. Desse modo, se faz interessante pensarmos em estratégias que possam agir preventivamente evitando que crianças e adolescentes sejam expostas a essas situações.

No Ceará, a Comissão Parlamentar de Inquérito<sup>8</sup> desenvolvida pela Câmara dos Vereadores de Fortaleza, em 2012, investigou e denunciou casos de exploração sexual no referido município, apontando 74 pontos de exploração sexual de crianças e adolescentes. Esses pontos identificados se referem a locais turísticos como também, à periferia de Fortaleza; e envolve como principais clientes não apenas turistas, mas a própria população local.

No entanto, apesar das mobilizações, da implementação de leis (que não são efetivadas a contento), da execução de ações (nesse caso, nos referimos às políticas públicas que, de modo ineficaz, atuam mediante esse fenômeno), ainda assim, a problemática da exploração sexual de meninos e meninas ainda

---

<sup>5</sup> Dados retirados do site <http://noticias.r7.com/cidades/amazonas-e-o-paraiso-da-pedofilia-diz-relatora-de-cpi-contra-exploracao-sexual-25092013>, com acesso em 01/02/2017.

<sup>6</sup> Dados do Relatório sobre a situação mundial da infância, disponível em [www.unicef.org.br](http://www.unicef.org.br). Acesso em 25/06/2015.

<sup>7</sup> A Convenção 182 da OIT, em seu artigo 3 estabelece como piores formas de trabalho infantil: a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívidas, servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados; b) utilização, recrutamento e oferta de criança para fins de prostituição, produção ou atuações pornográficas; c) a utilização, recrutamento e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de entorpecentes, conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes; d) trabalhos que por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança. Esses dados estão disponíveis em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3597.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3597.htm), acesso em 24/09/2017.

<sup>8</sup> Maiores informações sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito da exploração sexual de crianças e adolescentes, do município de Fortaleza podem ser consultados no site: <http://wp.cmfor.ce.gov.br/cmfor/> cujo acesso foi realizado em 06/07/2017.

permanece nos mais diversos espaços em nossa sociedade, seja de forma visível ou camuflada.

Sobretudo, é por meio dessas denúncias e desses registros que podemos identificar as crianças, os adolescentes e os jovens que se encontram nessa situação. Indivíduos esses, que passaram pela mais perversa forma de violência. O mapeamento desse público se faz fundamental para as instituições identificá-lo e encaminhá-lo às respectivas políticas sociais que atuam no enfrentamento da exploração sexual comercial. No município de Fortaleza, algumas iniciativas têm sido designadas pelo poder público para atuar direta ou indiretamente no enfrentamento aos mais diversos tipos de violência. Dentre os serviços destinados aos sujeitos que estão ou estiveram em situação de exploração sexual, os mais conhecidos no nosso município são: os Conselhos Tutelares<sup>9</sup>, os Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS<sup>10</sup> e o Programa Rede Aquarela<sup>11</sup>.

Não obstante, outras iniciativas através de Organizações não governamentais e/ou privadas, também atuam no enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes, como é o caso do Projeto ViraVida. No nosso estudo, será dado maior destaque ao Projeto ViraVida, uma vez que o mesmo é o

---

<sup>9</sup> O Conselho Tutelar foi implementado à partir da efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente. De acordo com a pesquisa do Fórum DCA (2017, p.31): “[...]O Conselho Tutelar é um órgão especializado, permanente, autônomo e constituído de cinco conselheiros tutelares, eleitos pela comunidade por meio de processo democrático, orientado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança [...]”. No município de Fortaleza, a referida pesquisa identificou que existem 8 Conselhos Tutelares, sendo 01 funcionando em regime de plantão e, embora pareça um número significativo, ainda é insuficiente devido à demanda e ao quantitativo de habitantes no município (isso porque, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda, recomenda a criação de um Conselho Tutelar a cada 100 mil habitantes). (FÓRUM DCA, 2017)

<sup>10</sup> Com base no documento do CEDECA (2014, p.34), temos que os CREAS são equipamentos da Proteção Social Especial – PSE, responsáveis pelo atendimento de “[...] idosos; mulheres, pessoas com deficiência; população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais; indivíduos e grupos étnico-raciais afetados pela discriminação que se encontrem em situação de risco ou violação de direitos, tais como, negligência, abandono, abuso financeiro, maus tratos, violência física, psicológica, sexual e discriminações sociais.” Desse modo, os casos de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes também são atendidos no referido equipamento.

<sup>11</sup> Vinculado à Coordenadoria da Criança e do Adolescente, da Fundação da Criança e da Família Cidadã/FUNCI, o Programa Rede Aquarela funciona no município de Fortaleza como uma política voltada para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Assim, em CEDECA (2014, p. 37-38) temos que o objetivo do programa é “[...] realizar atendimento e acompanhamento sistemático a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual (Abuso Sexual e Exploração Sexual Comercial), bem como aos seus familiares, fortalecendo o exercício da cidadania, através de um conjunto articulado de ações no âmbito da política de assistência social e demais políticas públicas [...]”

*locus* no qual está sendo desenvolvida esta pesquisa. O referido projeto é uma iniciativa privada que surgiu em 2008, para adolescentes e jovens com idade entre 16 a 21 anos, tendo como principal proposta atuar no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Desse modo, os jovens integrantes das primeiras turmas do referido Projeto, em sua maioria, vivenciavam ou vivenciaram situação de exploração sexual em suas infâncias e/ou adolescências. Os mesmos encontraram na exploração sexual uma estratégia de sobrevivência. É nesse sentido que o ViraVida incidiu como uma alternativa à essa situação, uma nova estratégia de geração de emprego e renda para os sujeitos nele inserido. Conforme os registros<sup>12</sup> do ViraVida, os jovens que participaram do projeto relataram que “[...] *se tivessem outra alternativa, nunca teriam entrado na exploração sexual*”. Humilhação, culpa, vergonha, medo, desconfiança, nojo, raiva e ódio, são os sentimentos relatados pelos jovens, antes mesmo de ingressarem no ViraVida, ainda no processo seletivo<sup>13</sup>. Há ainda, os que não se consideram como violentados, abusados ou explorados, os que relatam serem os “exploradores” de seus “clientes”.

A nível acadêmico, também é comum encontrarmos as mais diversas terminologias para essa problemática. Alguns estudiosos, que serão retratados nesse trabalho, utilizam o termo exploração sexual de crianças e adolescentes; outros, recorrem ao uso do termo “prostituição infanto-juvenil”. No entanto, nesse estudo, mesmo que entendamos que crianças e adolescentes acabam encontrando no uso do corpo a única/melhor estratégia de sobrevivência, ou a única/melhor forma de terem acesso a direitos que lhes foram negados, mesmo tendo identificado que esses sujeitos acreditam que essa foi a “melhor” forma de “se sentirem inseridos socialmente”<sup>14</sup>, utilizaremos aqui o termo **exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. O uso desse termo, toma como referência o fato de compreendermos crianças e adolescentes como sujeitos em

---

<sup>12</sup> Dados registrados em diário de campo da autora em agosto de 2015.

<sup>13</sup> Dados registrados em diário de campo da autora em agosto de 2015.

<sup>14</sup> Entendemos por inserção social a possibilidade de ter acesso a direitos sociais. No entanto, o termo foi destacado porque o fato dessas crianças e adolescentes terem acesso a bens materiais através da comercialização do seu próprio corpo não significa necessariamente a sua inserção social.

peculiar condição de desenvolvimento e, sobretudo, por acreditarmos que a exploração sexual comercial, vivenciada por esses indivíduos, perpassa por relações desiguais que os colocam em posição de desvantagem.

Assim, o uso do termo exploração sexual, não significa aqui um aspecto vitimizador desses sujeitos, mas sim, o entendimento de que os mesmos vivenciam essa situação mediante uma totalidade social<sup>15</sup>, na qual a estratégia de sobrevivência buscada foi a exploração sexual. Além disso, compreendemos que essa totalidade é composta por fatores ideológicos, culturais, econômicos, políticos, sociais, levando esses sujeitos a acreditarem ser essa a melhor forma (quando muitas vezes a única) de conseguir o tão sonhado status e inserção social.

Esses jovens encontraram na exploração sexual uma estratégia para serem inseridos economicamente na sociedade. E, por esse motivo, é comum vermos suas “resistências” em perceberem essa situação como uma exploração. Negação e resistência foram situações que averiguamos na fala dos entrevistados, embora tenhamos identificado jovens que entendem a situação que vivenciaram enquanto uma situação de exploração.

Não desconsideramos o fato de que esses jovens são sujeitos com capacidade para expressar seus desejos. No entanto, não se pode negar que quando, desde a infância ou adolescência, os mesmos são aliciados e/ou incentivados a comercializar seu corpo, ou seja, quando têm relações sexuais com pessoas adultas em troca de dinheiro, vestimenta, alimento, drogas, ou uma noite “segura” de sono, isso consiste em uma violação de direitos passando a ser, em nossa sociedade, reconhecido como crime.

Compreendemos que todo e qualquer tipo de violência consiste numa violação de direitos. Assim, a exploração sexual de crianças e adolescentes além de ser uma violação é também uma negação dos direitos desses sujeitos e,

---

<sup>15</sup> Nossa compreensão sobre o termo totalidade social parte do estudo do autor Lukács (2013) que entende a totalidade social como um conjunto atuando mediante forças que coadunam e o mantém ligado, conforme expõe o autor a categoria totalidade social significa: [...] de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas [...] (Lukács, 2013, p.240).

portanto, nega aquilo que foi conquistado pela sociedade ao longo da história, através de lutas impulsionadas por movimentos sociais e atores dos mais diversos segmentos.

Posto isso, reforçamos que serão adotados nesse estudo, os termos “jovens em situação de exploração sexual” e “exploração sexual comercial masculina” uma vez que contemplam a situação específica a que se pretende pesquisar. Importante ressaltar que o uso do termo juventude, se dá devido ao recorte de idade adotado pelo Projeto ViraVida, que recebe jovens na faixa etária de 16 a 21, faixa que se enquadra no conceito de juventude definido pelo Estatuto da Juventude, que institui como jovem o indivíduo na faixa etária entre 15 e 29 (BRASIL, 2013a). Contudo, iremos retratar aqui sobre a exploração sexual vivenciada por esses jovens, no período de suas infâncias e/ou adolescências.

Destarte, o nosso estudo se propõe a abordar mais especificamente sobre a exploração sexual masculina, sendo esse um dos tipos de violência ainda muito estigmatizado e invisibilizado socialmente, embora bastante presente na vida dos sujeitos que a vivenciam. Apesar da dificuldade em encontrarmos pesquisas sobre a exploração sexual masculina, procuramos nos debruçar sobre aquilo que já foi escrito e, aventuramo-nos em desenvolver esse estudo com base no olhar dos sujeitos que vivenciaram essa situação. Desse modo, sobre a exploração de crianças e adolescentes do sexo masculino, pesquisas (ALVES, 2013) demonstram que os mesmos “entram” na exploração sexual por conta de conflitos familiares, pela discriminação de gênero e por questões de sobrevivência. Além disso, apontam que a falta de acesso a serviços públicos, a exclusão da cidadania e a ordem social que prioriza os interesses do mercado (transformando o corpo em “mercadoria”) também são fatores que contribuem para que esse fenômeno aconteça e permaneça com tanta frequência.

Como acontece, porque acontece, onde acontece a exploração sexual masculina, são alguns dos assuntos retratados no nosso estudo. Esse trabalho então, tem como objetivo apresentar a pesquisa de conclusão do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social cujo título é: **HÁ UM PASSADO NO MEU PRESENTE: UMA ANÁLISE SOBRE A EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL VIVENCIADA POR JOVENS DO SEXO MASCULINO,**

EGRESSOS DO PROJETO VIRAVIDA – CE. Para desenvolver a referida pesquisa, dividimos esse estudo em quatro capítulos, nos quais intercalamos e analisamos os resultados da pesquisa empírica em conjunto com a pesquisa teórica. Ou seja, partimos do olhar e das falas dos autores e autoras que se dedicaram a desenvolver estudos sobre a temática em epígrafe, em consonância às percepções dos entrevistados, que nos relataram na pesquisa empírica as suas impressões sobre a situação de exploração sexual a qual vivenciaram.

É nesse sentido, que o primeiro capítulo compõe a introdução desse estudo, na qual apresentamos uma delimitação do assunto ao qual pretendemos investigar, relatando o percurso metodológico utilizado, apresentando em seguida o *locus* da pesquisa e os sujeitos que dela participaram. Dessa forma, buscamos atender um dos objetivos específicos desse trabalho que consistiu em identificar o perfil socioeconômico dos jovens do sexo masculino, egressos do Projeto ViraVida – CE, que vivenciam ou vivenciaram a situação de exploração sexual comercial.

O segundo capítulo, foi subdividido em quatro tópicos, propondo sintetizar uma análise e discussão sobre juventude. No primeiro momento, apresentamos um debate sobre as dificuldades de conceituação do termo juventude, recorrendo a diferentes interpretações dos estudiosos sobre a temática. Discutimos também sobre a diferenciação entre adolescência e juventude, terminologias que muitas vezes se confundem nos espaços acadêmicos. O segundo tópico tratou especificamente sobre a juventude brasileira, expondo como se deu a história desse segmento a nível de Brasil, apresentando a efetivação de uma legislação específica para a juventude no país. O terceiro tópico nos proporcionou uma análise sobre a relação entre juventude e trabalho, delineando como essas categorias se entrelaçam respeitando as especificidades de cada uma. No último tópico, por fim, descrevemos sobre a temática juventude e sexualidade, o que foi fundamental para entendermos sobre como procede a sexualidade na juventude.

O terceiro capítulo, por sua vez, proporcionou ao leitor uma compreensão sobre a temática exploração sexual comercial. Esse capítulo atende ao objetivo principal dessa pesquisa, pois sinaliza as percepções e os sentidos

que os jovens entrevistados possuem a respeito da situação de exploração sexual comercial a qual vivenciaram. Para tanto, optamos em abordar sobre essa temática a partir de dois tópicos. No primeiro, apresentamos uma exposição sobre a terminologia exploração sexual, apresentando suas mais diversas formas de expressão. Aqui, trouxemos análise de autoras/es e das percepções dos sujeitos da pesquisa, para entendermos como a exploração sexual comercial tornou-se uma categoria construída em nossa sociedade. No segundo tópico, a intenção foi apresentar uma discussão entre dois termos que, em alguns momentos se assemelham e, em outros se diferenciam. Trata-se da discussão entre exploração sexual de crianças e adolescentes e prostituição infanto-juvenil, categorias essas analisadas e interpretadas também sob o olhar dos sujeitos participantes dessa pesquisa.

No quarto e último capítulo, por fim, concluímos os resultados da pesquisa – resultados esses que vêm sendo analisados ao longo do estudo – e apresentamos observações que vão para além do que havíamos proposto analisar. Assim, nesse último capítulo explanamos como a exploração sexual comercial foi vivenciada pelos jovens do sexo masculino, evidenciando como essa prática acontece, a partir dos discursos dos jovens entrevistados e estudos consultados. Além disso, finalizamos esse capítulo apontando os principais motivos que levaram esses jovens a ingressarem na situação de exploração sexual comercial, o que nos levou a entender que esse fenômeno é multifacetado não podendo ser compreendido apenas na perspectiva de classe, gênero, idade, raça/etnia. Ele consiste em um conjunto, e esse conjunto precisa ser compreendido em sua totalidade.

Diante do exposto, foi possível apreender que a exploração sexual consiste em uma manifestação da questão social<sup>16</sup>, sendo essa a base de intervenção profissional de assistentes sociais, movendo este/a profissional a uma atuação pautada em valores libertários e críticos que coadunam com o projeto

---

<sup>16</sup> De acordo com Iamamoto (2010b, p.28) temos: “[...] Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social.

ético-político dessa profissão. É a partir dessa perspectiva, que nosso estudo pretende contribuir para o Programa de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pois, pesquisas que analisem essas relações na sociabilidade contemporânea favorece o enfrentamento da naturalização dessas desigualdades e violações de direitos.

Os jovens do sexo masculino que vivenciam ou vivenciaram a situação de exploração sexual comercial, parecem invisíveis em nossa sociedade e, por conseguinte, invisíveis para as políticas públicas; o que respalda ainda mais a importância de pesquisas e ações a serem efetivadas para esses sujeitos. Esses jovens aparecem aqui, em busca das mais diversas estratégias de sobrevivência, e é nessa busca que a exploração sexual tem surgido como a melhor – ou mesmo a única – opção.

Portanto, pesquisas como essa se consolidam e se legitimam na medida em que contribuem para o desencadeamento de ações para com esses sujeitos, em articulação com o Estado e a sociedade. Salientamos ainda a relevância deste estudo na percepção de aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos que perpassam o cotidiano dos jovens do sexo masculino em situação de exploração sexual comercial. Lançamos também um convite à reflexão e discussão sobre essa problemática, permitindo que profissionais, pesquisadores e estudiosos possam ampliar olhares sobre o assunto e, portanto, sobre sua atuação.

## 1.1 APROXIMAÇÃO COM O CAMPO E PERCURSO METODOLÓGICO TRILHADO NA PESQUISA

*[...] A mídia mostra que a exploração sexual tá aí, ela existe e só num enxerga quem não quer [...] (Kuka)<sup>17</sup>*

A aproximação com a temática “exploração sexual comercial”, a escolha do campo de pesquisa e todo o percurso metodológico utilizado nesse estudo – desde a escolha dos sujeitos até a efetivação da pesquisa – são dados

---

<sup>17</sup> Dados coletados nas entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa, nos meses de fevereiro, março e abril de 2017, na sede do Projeto ViraVida (localizada no SESI da Parangaba, Av. João Pessoa, nº 6754, Montese - Fortaleza - Ce).



aos quais nos deteremos nesse tópico. É válido mencionarmos aqui, que a motivação deste estudo perpassa nosso processo de formação acadêmica e vivência profissional, onde o objeto de pesquisa em alusão nos provoca inquietações e questionamentos. Destarte, nosso primeiro contato com o tema foi no período de 2008, no qual tivemos a oportunidade de atuar em um projeto de transferência de renda vinculado à Prefeitura Municipal de Fortaleza.

O referido projeto, nomeado como Projeto Família Cidadã, tinha como objetivo atender famílias em condição de pobreza e miséria, que residiam no município de Fortaleza, e se encontravam em situação de vulnerabilidade social, tais como: violência doméstica contra crianças e adolescentes, trabalho infantil, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, dentre outras. Tivemos a oportunidade de estagiar e, em seguida, atuar como Assistente Social no referido equipamento. Na ocasião, houve a possibilidade de desenvolver a pesquisa intitulada como “Relações de gênero e violência doméstica na infância: uma análise da realidade de pais e filhos atendidos pelo Projeto Família Cidadã”<sup>18</sup>.

Atualmente, o interesse específico por esta problemática tem como fator impulsionador a nossa experiência profissional no Projeto ViraVida, no qual ingressamos em 2012, para realizar acompanhamento a jovens que vivenciaram ou vivenciam situação de abuso e/ou exploração sexual.

O ViraVida surgiu em 2008, sendo destinado a jovens entre 16 a 21 anos, que possuíam histórico ou vivenciavam situações de exploração sexual, com interesse em se qualificar profissionalmente para, posteriormente, serem inseridos no mercado de trabalho<sup>19</sup>. O Projeto é uma iniciativa do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria – SESI, em parceria com os demais setores do Sistema S,<sup>20</sup> e tem como objetivo valorizar o potencial de adolescentes

---

<sup>18</sup> A pesquisa intitulada “Relações de gênero e violência doméstica na infância: uma análise da realidade de pais e filhos atendidos pelo Projeto Família Cidadã”, teve início no ano de 2008 e se findou no ano de 2009, apresentado dados sobre a violência doméstica cometida contra crianças, sob a ótica tanto das vítimas como dos seus respectivos agressores. A pesquisa foi realizada para obtenção de título de graduação em Serviço Social, da pesquisadora do presente estudo, e encontra-se disponível na biblioteca da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

<sup>19</sup> Maiores informações sobre os critérios para o ingresso dos adolescentes e jovens no Projeto ViraVida podem ser encontradas no site do referido projeto: <http://www.viravida.org.br/>.

<sup>20</sup> O Sistema S é composto por uma rede de escolas, laboratórios e centros tecnológicos, espalhados por todo o território nacional, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento

e jovens através da formação profissional e inserção no mercado de trabalho. De acordo com a autora Glória Diógenes (2010), observamos que o ViraVida se propunha a ser uma política social que vinha a somar na rede de enfrentamento à exploração sexual. Nas palavras da autora, constatamos:

O ViraVida nasce da crença na potencialidade de adolescentes e jovens que se encontram para além das fronteiras da proteção social, relegados a indiferença e ao esquecimento. Isso não quer dizer que as redes locais de enfrentamento não estão atuando no sentido de transpor situações de exploração sexual e de um conjunto de violações de direitos de adolescentes e jovens. E que, num dado momento, quando se tratava de apresentar uma alternativa concreta a violência sexual, desenhava-se diante desse segmento um vácuo de oportunidades sólidas e que estivessem interligadas a rede local de atendimento e ao Sistema de Garantia de Direitos. Por isso faço sempre questão de repetir, temos a pretensão de agregar, de integrar e de mobilizar iniciativas e esforços para reversão da mais cruel forma de experiência de trabalho infantil – a exploração sexual de adolescentes e de jovens. (DIÓGENES, 2010, p.11)

Desse modo, foram realizadas articulações entre o Conselho Nacional do Sesi e as mais diversas instâncias que pudessem contribuir direta ou indiretamente no enfrentamento à situação da exploração sexual. As primeiras mobilizações<sup>21</sup> ocorreram a nível federal, com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, de modo a investigar e buscar dados referentes a essa situação de violação de direitos, como também, dados sobre a rede de proteção que atua diante da mesma. O Conselho Nacional, propondo agir contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, designou a criação de um projeto piloto (nomeado como ViraVida) que seria efetivado nas cidades de Fortaleza, Natal, Recife e Belém.

Essas cidades foram as pioneiras no desenvolvimento desse projeto pois, apontavam na época uma grande incidência de exploração sexual. Além disso, essas quatro cidades também dispunham de um aparato institucional no que diz respeito à identificação, encaminhamento e acompanhamento dos adolescentes e jovens na situação de exploração sexual (DIÓGENES, 2010).

---

profissional dos trabalhadores da indústria, comércio, agricultura, transporte, cooperativas e demais trabalhadores interessados no serviço. Dentre as instituições que compõem esse sistema estão: Serviço Social da Indústria – Sesi, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, Serviço Social do Comércio – Sesc, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, dentre outros. Dados do site <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/02/sistema-s-e-estrutura-educacional-mantida-pela-industria>, acesso em 25/06/2015.

<sup>21</sup> Dados coletados no site: <http://www.viravida.org.br/> acesso em 23/06/2015.

Posteriormente, houve uma ampliação do Projeto ViraVida, passando a ser executado em 21 cidades do território nacional, como também, expansão para o exterior (com a primeira iniciativa em El Salvador).

No município de Fortaleza, especialmente, várias instituições atuam no encaminhamento, inserção e acompanhamento dos jovens junto ao Projeto ViraVida, dentre elas temos: as organizações governamentais (Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SDHDS<sup>22</sup>, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Governo do Estado do Ceará – STDS), as organizações não governamentais (Associação Barraca da Amizade – ABA, Fundação Ana Lima, dentre outras) e as organizações da sociedade civil (Associação das Prostitutas do Ceará – APROCE, Associação Maria Mãe da Vida).

Além disso, outras instituições também atuam junto ao ViraVida – CE no processo de preparação e inserção desses jovens no mercado de trabalho, dentre elas podemos citar: o Sistema S (SESI, SESC, SEBRAE, SENAI, SENAC, etc.), a STDS, o Instituto Centro de Ensino Tecnológico – CENTEC, o Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, dentre outros. Todas as instituições mencionadas, assumiram e assinaram um pacto com o ViraVida, no intuito de contribuir para o enfrentamento da exploração sexual, tendo como foco a inserção desses jovens no mercado de trabalho.

Neste sentido, o fluxo do ViraVida ocorre da seguinte forma: a cada ano ou, conforme disponibilidade de novas turmas, as instituições encaminhadoras mapeiam adolescentes e jovens em situação de exploração sexual e os encaminham para o Projeto ViraVida; em seguida, esses adolescentes e jovens passam por um “processo de inserção” (que funciona como um mapeamento dos jovens que irão compor as novas turmas do Projeto); ao serem inseridos, os jovens participam de um processo formativo realizado pela equipe interdisciplinar<sup>23</sup> do projeto, além de qualificação profissional realizada

---

<sup>22</sup> Atualmente nomeada como “Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SDHDS”, a referida instituição fundiu duas secretarias que também atuavam como parceiras do Projeto ViraVida, quais sejam: Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome – SETRA e Secretaria Municipal da Cidadania e Direitos Humanos – SCDH.

<sup>23</sup> Conforme Diógenes (2010, p. 63): Dada a complexidade do processo, percebeu-se a necessidade de uma ação de natureza participativa, catalisando diferentes saberes na construção

pelas demais instituições do Sistema S e/ou parceiros do ViraVida<sup>24</sup>. Ao final do processo, os participantes do projeto são encaminhados para processos seletivos e inseridos no mercado de trabalho.

No Ceará, o Projeto ViraVida tem suas atividades realizadas no SESI da Parangaba<sup>25</sup>. Em suas primeiras turmas, durante 12 meses, os participantes se dedicavam ao projeto em período integral e recebiam almoço, fardamento, material pedagógico, transporte e auxílio estudo no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) – dos quais R\$ 100,00 (cem reais) era depositado em uma poupança, disponível aos jovens ao final do processo formativo. Os idealizadores do Projeto acreditavam que essa bolsa funcionava como uma alternativa aos indivíduos que ingressavam na exploração sexual por necessidade financeira.

Dentre as ações desenvolvidas pela equipe do ViraVida estão: acompanhamento psicossocial (com objetivo de contribuir com a elevação da autoestima dos jovens, acesso a direitos e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários), qualificação profissional (com o intuito de oferecer cursos profissionalizantes de acordo com as demandas do mercado e afinidades dos jovens), processos socioeducativos (com o propósito de elevar a escolaridade dos jovens) e ações de empregabilidade (propondo contribuir com a preparação dos jovens para a inserção no mercado de trabalho). Dos cursos profissionalizantes ofertados aos adolescentes e jovens, os principais foram/são: Informática básica; Aprendendo a empreender; Costura Industrial; Almoxeiro; Departamento Pessoal; Assistente de Obras; Confeiteiro; Padeiro; Assistente Administrativo; dentre outros.

Nos anos posteriores, o projeto ampliou seu perfil passando a priorizar não apenas os casos de exploração sexual, como também, casos de adolescentes e jovens que vivenciaram situação de abuso sexual em suas infâncias e/ou adolescências. No ano de 2016, o ViraVida ampliou novamente seu perfil de inserção e atendimento, contemplando a partir de então, jovens de alta

---

de uma metodologia de trabalho, integrando ações intra e interdisciplinares e envolvendo todos os sujeitos: educandos; gestores, professores e técnicos de diferentes áreas (pedagogia, psicologia, assistência social).

<sup>24</sup> A partir de 2016 até os dias atuais, as principais instituições que contribuem para a qualificação profissional desses adolescentes e jovens são: SESI Parangaba; SESC; SEBRAE e STDS.

<sup>25</sup> O SESI da Parangaba fica localizado na Avenida João Pessoa, número 6754, Montese, Fortaleza – CE.

vulnerabilidade social, tendo recebido nesse período um maior número de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas<sup>26</sup>.

Foi a partir desse ano também, que a metodologia do ViraVida – CE se modificou, aderindo agora ao Programa de Aprendizagem. Nesse formato, os jovens passavam pelo mesmo fluxo supracitado, contudo o processo de qualificação profissional passou a ser associado ao ingresso do adolescente e/ou jovem no mercado de trabalho. A princípio, os participantes do projeto passam por um processo de pré-aprendizagem, que dura em média quatro meses (onde são desenvolvidas atividades pela equipe do projeto, atividades essas citadas anteriormente); em seguida, os adolescentes e jovens são inseridos no mercado de trabalho conforme disponibilidade das empresas, sendo essas, parceiras do ViraVida por intermédio do Projeto Primeiro Passo da STDS<sup>27</sup>. Nessa metodologia os jovens são inseridos na modalidade de estágio ou de jovem aprendiz, conforme a demanda do mercado.

Nesse novo formato, o processo formativo do ViraVida ocorre em apenas um turno, oportunizando aos seus participantes os seguintes benefícios: transporte, fardamento, material escolar, lanche e auxílio estudo no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais. Após o período pré-aprendizagem, a bolsa de estudo passa a ser financiada pelas empresas empregadoras e, a partir de então, o valor recebido pelos adolescentes e jovens vai depender do vínculo empregatício (Jovem aprendiz ou estagiário) e das horas trabalhadas, gerando um valor em torno de um pouco mais de meio salário mínimo<sup>28</sup>, somado aos benefícios oferecidos pela própria empresa (que podem variar conforme os critérios de cada empresa empregadora), indo de acordo com o que estabelece a Lei da Aprendizagem<sup>29</sup>. Após a inserção no mercado de trabalho, a equipe do

---

<sup>26</sup> Os dados apresentados sobre a nova metodologia do ViraVida foram coletados na pesquisa documental, através dos registros consultados na sede do Projeto.

<sup>27</sup> O Projeto Primeiro Passo consiste numa oportunidade de inclusão produtiva de adolescentes e jovens na faixa etária de 16 a 22 anos, que estão cursando o Ensino Fundamental II, Educação Especial, Ensino Médio, ou que tenham concluído o Ensino Médio. O Projeto é desenvolvido pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Governo do Estado – STDS, e tem como proposta promover uma melhoria na qualidade de vida do público atendido a partir de sua inserção no mundo do trabalho.

<sup>28</sup> O salário mínimo vigente no ano de 2017 consta em: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais).

<sup>29</sup> A Lei de aprendizagem, lei 10.097/2000, estabelece, em seu artigo 428 que o contrato de aprendizagem “[...] é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado,

ViraVida realiza o acompanhamento dos adolescentes e jovens dentro das empresas no qual foram inseridos.

É importante salientar que, ao final do ano de 2016 foi definido pelo Conselho Nacional do Sesi que não seria dado continuidade ao Projeto ViraVida - CE. Essa decisão foi justificada pela redefinição da política da referida instituição, o que direcionava investimentos em outros segmentos considerados mais estratégicos para a empresa. Ou seja, investir no ViraVida não seria a melhor estratégia, nem tampouco uma prioridade naquele momento. Essa proposta de descontinuidade ocorreu não apenas no Ceará, mas em todas as Capitais do Brasil, com exceção para o ViraVida do Distrito Federal que conseguiu financiamento de Deputados Federais. O Departamento Regional do Sesi da Parangaba tentou negociações e parcerias para reverter a situação de descontinuidade do ViraVida – CE, uma vez que o mesmo vinha apresentando resultados significativos<sup>30</sup>. Porquanto, em maio de 2017, o ViraVida – CE retomou suas atividades com um formato similar ao de 2016, funcionando com foco na aprendizagem, em parceria firmada com a STDS. O Projeto, nesse momento, está em processo de execução numa roupagem reduzida, uma vez que, com o processo de descontinuidade, parte da equipe do Projeto foi transferida para outros setores. Houve também redução no auxílio estudo inicial oferecido aos jovens do Projeto, o que passou a ser no valor de apenas R\$ 100,00 (cem reais).

Entretanto, é válido questionarmos a efetividade do referido projeto, diante de um cenário de redução de custo que pode afetar diretamente na adesão dos adolescentes e jovens participantes. O atrativo financeiro anteriormente proposto pelo projeto, teve uma defasagem ao longo dos anos, podendo ser um dos entraves e motivos para evasão de seus participantes. Porém, nesse estudo, não propomos fazer uma análise sobre a efetividade do Projeto ViraVida, uma vez

---

em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação [...]”. Maiores informações sobre o assunto podem ser consultadas no site: <http://site.aprendizlegal.org.br/le>. Acesso em 23/06/2017.

<sup>30</sup> Dados sobre os resultados e impactos do Projeto ViraVida podem ser consultados no documento “Avaliação de impacto”. Disponível no site: <http://www.viravida.org.br/programa>. Acesso em 23/06/2017.

que nosso foco está na compreensão sobre a exploração sexual comercial vivenciada pelos adolescentes e jovens do ViraVida.

Cotidianamente, no ViraVida, nos deparamos com depoimentos e realidades que consistem nas mais perversas formas de negação/violação de direitos humanos. Atuar com jovens em situação de exploração sexual comercial despertou a nossa atenção para essa temática, principalmente, por percebermos como esses jovens são estigmatizados e por vezes, até invisibilizados em nossa sociedade. Os sentimentos de estigma e invisibilidade foram ressaltados pelos adolescentes e jovens, ao participarem das atividades no Projeto ViraVida. Ser invisível para alguns e visível para outros consistiu também numa estratégia para os jovens do sexo masculino, ao vivenciarem a exploração sexual comercial. Sobre a invisibilidade na nossa sociedade, Melucci (1997, p.132) descreve:

Um jovem, pobre e negro, caminhando pelas ruas de uma grande cidade brasileira é um ser socialmente invisível. Há muitos modos de ser invisível e várias razões para sê-lo. No caso desse nosso personagem, a invisibilidade decorre principalmente do preconceito ou da indiferença. Uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma, um preconceito [...]

Porém, apesar do preconceito para com os **meninos** em situação de exploração sexual, é importante atentarmos que essa realidade tem sido cada vez mais recorrente nos últimos anos. Mesmo essa situação ocorrendo ainda de forma velada – uma vez que esse tipo de violência era mais comum ser acometido contra o sexo feminino – cada vez mais encontramos registros que demonstram a recorrência da mesma. No ViraVida, por exemplo, o número de adolescentes e jovens do sexo masculino aumentou consideravelmente. Enquanto no final de 2012 tínhamos, para cada turma, uma proporção de 20% de jovens do sexo masculino para 80% de jovens do sexo feminino, em 2015, a proporção era de 40% de jovens do sexo masculino para 60% de jovens do sexo feminino<sup>31</sup>.

Esse aumento no número de adolescentes e jovens do sexo masculino, em situação de exploração sexual, inseridos no ViraVida, nos leva a perceber que esse fenômeno vem se ampliando. E, se houve realmente uma ampliação desse

---

<sup>31</sup> Dados coletados em pesquisa documental realizada pela pesquisadora em janeiro de 2017, com base nos registros e documentos do Projeto VidaVida.

fenômeno, acreditamos que o mesmo merece ser investigado, analisado e compreendido. Foi nesse sentido que nos instigamos a conhecer mais sobre a exploração sexual masculina. Além disso, o interesse em pesquisar sobre esse tema, se dá devido esta realidade ser ainda pouco explorada, com poucos estudos realizados.

Contudo, como a proposta desta pesquisa é abordar especificamente sobre a exploração sexual comercial vivenciada pelos jovens do sexo masculino, a mesma irá contemplar apenas jovens acompanhados pelo ViraVida durante os anos de 2012 a 2015, período esse no qual a violência sexual era pré-requisito para inserção no projeto, e no qual a pesquisadora teve a oportunidade de realizar o acompanhamento de jovens em situação de exploração sexual.

De acordo com o que foi exposto, nos veio à mente o seguinte questionamento: **Em que medida a exploração sexual comercial, é compreendida pelos jovens do sexo masculino, egressos do Projeto ViraVida – CE?**

No entanto, para analisar essa questão se fez necessário respondermos a outras indagações, quais sejam: Quem são os jovens do sexo masculino, egressos do Projeto ViraVida – CE, que vivenciaram ou vivenciam situação de exploração sexual comercial? O que motivou os jovens do sexo masculino, egressos do Projeto ViraVida – CE, a ingressarem na situação de exploração sexual comercial? Quais são os sentidos da prática da exploração sexual comercial para os jovens do sexo masculino, egressos do Projeto ViraVida – CE?

Mediante esses questionamentos, o presente trabalho propõe, como objetivo geral, analisar a compreensão dos jovens do sexo masculino, egressos do Projeto ViraVida – CE, acerca da exploração sexual comercial por eles vivenciada. Sobre os objetivos específicos da pesquisa temos que a mesma pretende: identificar o perfil socioeconômico dos jovens do sexo masculino, egressos do Projeto ViraVida – CE, que vivenciam ou vivenciaram a situação de exploração sexual comercial; verificar os principais motivos que levaram os jovens do sexo masculino, egressos do Projeto ViraVida – CE, a ingressarem na situação de exploração sexual comercial e por fim, destacar os sentidos da prática da



exploração sexual comercial para os jovens do sexo masculino, egressos do Projeto ViraVida – CE.

De tal modo, o alcance dos objetivos propostos, só foi possível mediante uma análise social cuidadosa da relação indivíduo e sociedade, o que nos permitiu compreender as relações sociais em que esses sujeitos estão inseridos. Portanto, por se tratar de uma análise social de fatos/fenômenos sociais, relacionados a sujeitos em um determinado território e certo período histórico, utilizamos nesta pesquisa uma abordagem qualitativa, tendo em vista que esta nos permitiu uma maior aproximação com o fenômeno analisado, possibilitando o máximo de aproximação com a realidade investigada. Conforme aponta Martinelli (1999, p.22), apreendemos:

Trabalhamos com os fatos de forma a poder aprofundar tanto quanto possível a análise e não para conhecê-los apenas de forma sumária, a partir de uma primeira apresentação. Nesse sentido priorizamos não os fatos épicos, os fatos de grande dimensão, mas aqueles que estão mais próximos do sujeito e que repercutem diretamente na sua vida.

Destarte, fundamentamos esse estudo enquanto pesquisa qualitativa, uma vez que a configuração do objeto a ser estudado requer um olhar sobre as especificidades do assunto, representando então essa a forma que melhor se adequou a este trabalho. Além disso, as categorias centrais de análise que serviram como bússola para a pesquisa, consistem nas seguintes: Juventude e Exploração sexual comercial.

Não obstante, neste trabalho, fizemos uso da pesquisa bibliográfica, com base em: artigos e periódicos científicos, jornais, revistas, livros, pesquisas, dissertações, dentre outros, a fim de oferecer melhor análise e aprofundamento do conteúdo teórico. A partir de então, foi possível entrar em contato com o universo teórico que baliza outros estudos realizados a respeito desta problemática. Dentre os autores consultados para tratar sobre juventude utilizamos: Foucault, 1988; Bourdieu, 1983; Freire, 2005; Giddens, 1993; Abramo, 1996, 1997, 2004 e 2005; Heilborn, 1999; Costa, 1989; Calligaris, 2000; Groppo, 2000; Vasconcelos, 2003; Bozon 2004; Cordeiro et al. (2014); dentre outros. Com relação ao tema exploração sexual comercial, utilizamos os estudos dos seguintes autores: Perlongher, 1987; Leal, 1999; Azevedo e Guerra, 2000;

Faleiros 2000; Libório e Sousa, 2004; Faleiros e Faleiros, 2008; Diógenes, 1998 e 2008; Alves, 2009; Santos, 2011; dentre outros.

Para subsidiar nossas análises, realizamos também a pesquisa documental, na qual foram consultados arquivos, pastas, relatórios, organogramas e tantos outros documentos institucionais, que retrataram sobre a história de vida dos entrevistados e nos serviram como fonte de informação sobre os assuntos analisados. Essas análises nos permitiram identificar os jovens do sexo masculino que vivenciaram a situação de exploração sexual comercial, dados esses, registrados em ficha de entrevista, preenchida pelos jovens conforme sua inserção no ViraVida.

Optamos por definir os seguintes critérios de elegibilidade dos sujeitos da pesquisa: jovens do sexo masculino participantes do Projeto ViraVida, residentes no município de Fortaleza/Ce<sup>32</sup>, que vivenciaram situação de exploração sexual comercial durante a fase da infância e/ou adolescência, acompanhados pelo referido projeto no período entre novembro de 2012 a dezembro de 2015<sup>33</sup>, e que concluíram o curso sendo encaminhados para o Mercado de Trabalho<sup>34</sup>, consistindo hoje em egressos do projeto.

Dessa forma, do total de 68 jovens do sexo masculino que participaram do ViraVida, entre novembro de 2012 a dezembro de 2015, 42 vivenciaram a situação de exploração sexual e os demais vivenciaram a situação de abuso sexual e/ou outras violações de direitos, conforme declarado nos instrumentais do referido projeto. Assim sendo, do quantitativo de 42 jovens, **escolhemos 10** para participarem da pesquisa. O processo de escolha contemplou – além da situação de exploração sexual comercial vivenciada – a disponibilidade e o interesse dos jovens em falar sobre o assunto. Disponibilidade esta, observada pela pesquisadora ao realizar o acompanhamento dos jovens, ao atuar como assistente social do Projeto Viravida.

---

<sup>32</sup> Especificamos aqui o município pois, nesse período, o Projeto ViraVida atendia também jovens do município de Maracanaú.

<sup>33</sup> Esse recorte de tempo utilizado na pesquisa, se refere ao período em que a pesquisadora ingressou no Projeto ViraVida e teve a oportunidade de realizar acompanhamento social a esses jovens. Além disso, tratava-se do período no qual o perfil de ingresso no Projeto consistia em casos de abuso e/ou exploração sexual.

<sup>34</sup> Importante ressaltar que o encaminhamento dos jovens para o mercado de trabalho, não garantia seu ingresso ou permanência no referido espaço.

Essas percepções só foram possíveis devido ao uso da observação participante que, devido à inserção da pesquisadora no campo de estudo, coadunou com a metodologia da “observação vivencial”<sup>35</sup>. Desse modo, a observação participante foi fundamental para percebermos as dinâmicas, as relações, e demais formas as quais a exploração sexual se expressou na vida desses meninos. A autora Haguete (2001) define a observação participante como:

[...] um processo no qual a presença do observador numa situação social é mantida para fins de investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados, e, em participando com eles ao mesmo tempo modifica e é modificado por este contexto. (HAGUETE, 2001, p. 71)

Já a observação vivencial, foi essencial para irmos além daquilo que os olhos conseguem ver. Esse modelo de observação, desenvolvida pela autora Marinho (2012), elucida uma maior aproximação com o campo em estudo, ou seja, é uma observação que parte dos discursos dos interlocutores associado à experiência da pesquisadora. Ao construir essa metodologia, a autora enfatiza que sua análise e sua observação referente ao campo de estudo, se iniciou anteriormente à sua pesquisa, na qual a autora fez uso dos discursos dos interlocutores associada à narrativa da pesquisadora (MARINHO, 2012). Em nosso estudo, a observação vivencial nos permitiu sentir os jovens. Nos possibilitou sermos tocados pelos seus depoimentos, por suas histórias, suas dores, seus amores, suas alegrias, seus arrependimentos e seus sentimentos, tudo isso num processo que ocorreu antes, durante e depois da pesquisa.

Portanto, a aproximação da pesquisadora com os sujeitos da pesquisa e o uso da observação participante, como também da observação vivencial, foram fundamentais no processo de escolha desses sujeitos. É importante ressaltarmos ainda, que as observações realizadas foram registradas em instrumentais do ViraVida – os quais tivemos a oportunidade de analisar – e anotadas também em diário de campo.

Após a realização da pesquisa bibliográfica, da problematização do objeto estudado, da construção de objetivos, da realização da pesquisa

---

<sup>35</sup> O uso dessa metodologia denota que a análise da pesquisadora, sobre o campo em estudo, antecede o seu ingresso no Mestrado Acadêmico em Serviço Social pois, antes mesmo de ingressar no referido curso, a pesquisadora já tomou nota sobre as observações que a situação de exploração sexual masculina lhes trouxe; indagando-se e questionando-se diante desse fenômeno, ficando atenta aos discursos e depoimentos dos jovens nas atividades realizadas.

documental, e da escolha dos sujeitos que participarão desse estudo, o próximo passo consistiu na realização da pesquisa de campo. De acordo com Demo (1982, p.23), sobre a pesquisa empírica observamos:

[...] a pesquisa empírica está principalmente na característica de permitir com facilidade a descoberta da realidade, ainda que em doses pequenas e muitas vezes forçadas [...] Certamente, no contato com a realidade descobrem-se coisas que a teoria sequer havia suspeitado [...] (DEMO, 1982, p.23)

A princípio, analisamos os históricos e os instrumentais de cada jovem escolhido para participar desse processo. Em seguida, realizamos contato telefônico com os 10 sujeitos da pesquisa e agendamos, conforme disponibilidade, um momento no ViraVida para melhor detalhamento sobre o estudo. Assim, conforme esses jovens compareceram ao Projeto, repassamos como seria todo o percurso da pesquisa, deixando-os cientes e livres para escolha sobre sua participação. Ressaltamos ainda que os jovens teriam acesso às informações disponibilizadas. Importante enfatizarmos que a participação na pesquisa só foi consolidada após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde foram expressas as condições para a participação do sujeito pesquisado. Esse documento foi impresso em duas vias, ficando uma via com o sujeito participante da pesquisa e a outra via com a pesquisadora. Comunicamos aos participantes que seria garantido o anonimato dos sujeitos envolvidos na pesquisa, sendo criados nomes fictícios, nomes esses escolhidos pelos próprios jovens, que seriam utilizados nas discussões e análise dos dados.

Em nosso estudo, usamos entrevistas semi-estruturadas para coletar os dados necessários. Portanto, após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, convidamos os jovens para participarem das entrevistas. A entrevista semi-estruturada difere da não-estruturada apenas no grau de flexibilidade das questões, pois o pesquisador apoia-se em um questionário composto por perguntas abertas, permitindo ao informante explicitar opiniões e argumentos, viabilizando o desdobramento de questões que possibilitem descobertas e compreensão do fenômeno sob a ótica do informante. Conforme a autora Minayo (2010), temos:

A modalidade de entrevista semi-estruturada difere apenas em grau da não estruturada, porque na verdade nenhuma interação, para finalidade de pesquisa, se coloca de forma totalmente aberta ou totalmente

fechada. Mas, neste caso, a semi-estruturada obedece a um roteiro que é apropriado fisicamente e utilizado pelo pesquisador. Por ter um apoio claro na sequência das questões, a entrevista semi-aberta facilita a abordagem e assegura, sobretudo aos investigadores menos experientes, que suas hipóteses ou seus pressupostos serão cobertos na conversa. (MINAYO, 2010, p. 204).

A forma como ocorreu cada entrevista será melhor detalhada no próximo tópico, juntamente com a apresentação dos sujeitos participantes. Para eficiência na aplicação dessa técnica, elaboramos um questionário socioeconômico, com perguntas abertas e fechadas, e um roteiro de entrevista. No que confere ao questionário, algumas perguntas são autodeclaradas, permitindo aos participantes da pesquisa se sentirem mais à vontade ao relatar sobre como se percebem. Utilizamos então, um aparelho para gravação das entrevistas, sob consentimento dos entrevistados, a fim de que relatassem com maior clareza sobre a exploração sexual vivenciada.

É importante salientar que, devido à indefinição sobre a continuidade ou não do exercício do ViraVida, demos o início à pesquisa empírica antes do processo de qualificação desse estudo, contactando os sujeitos, e aplicando os referidos instrumentais através de entrevistas na sede do próprio Projeto. Após a realização da primeira entrevista, fizemos alterações no questionário e no roteiro, pois identificamos a necessidade de acrescentar mais perguntas. Averiguamos com os entrevistados participantes nesse momento, sobre a possibilidade de realizar uma nova entrevista, caso fosse necessário após o processo de qualificação, e todos se disponibilizaram a retomar esse processo, conforme necessidade.

Desse modo realizamos as 10 entrevistas propostas e em seguida partimos para análise e interpretação dos dados coletados. Tanto a análise como a interpretação dos referidos dados, foram realizadas por meio da técnica de Análise do Discurso. Para a autora Minayo (2014, p.326),

[...] a proposta de análise do discurso, que sai do campo reduzido da linguística e se coloca no interior das Ciências Sociais, é um bem inestimável para a pesquisa qualitativa, mesmo quando o investigador não a utilize em todo o seu rigor técnico. Sua maior contribuição para quem trabalha com análise social é dar elementos para a contextualização da fala, ultrapassando em complexidade as posturas positivas ou fenomenológicas [...]

A autora ressalta ainda que o discurso “[...] dialoga com outros discursos e se produz no interior de instituições e grupos que determinam quem fala, o que e como fala e em que momento.” (MINAYO, 2014, 322), e foi baseada nessa ideia que utilizamos a análise do discurso para interpretar as falas dos jovens, pois preferimos partir de suas interpretações, de suas vivências, de seus olhares. Claro que essa interpretação vem perpassada por conhecimentos e discursos prévios, que são reinterpretados a partir das experiências e conhecimentos adquiridos ao longo da vida, seja da pesquisadora, dos seus interlocutores, ou do leitor.

De tal modo, foi trilhando esse caminho que conseguimos chegar aos jovens participantes desse estudo e às interpretações de seus discursos. Na medida em que interpretamos esses discursos, e recorremos ao aparato teórico sobre essa temática, foi possível compreendermos como a exploração sexual comercial masculina ocorre em nossa sociedade. Reforçamos, porém, que esse estudo é apenas um pequeno recorte de uma realidade imensa, que perpassa diariamente a vida de meninos inseridos nessa situação.

## 1.2 GAROTO, BOY OU MICHÊ, QUEM SÃO OS SUJEITOS DA PESQUISA?

Fecho os olhos, vem um filme nas minhas percepções, tanta história pra contar. Eu na rua, mãe em casa, pai na rua, irmão preso, não dá pra sair ileso, sentir as dores e o peso [...] Eu sonhei em vencer o crime e segui a tendência. Sem opções você vai julgar o que é referência? [...] (RIMA, 2017, p. 38)

Como diria a banca de qualificação dessa pesquisa: deixe o campo lhe surpreender! E foi exatamente isso que aconteceu ao contarmos e entrevistarmos cada jovem participante desse estudo. Nos surpreendemos muito, pois nos deparamos com realidades antes inimagináveis. E, se pudéssemos definir os meninos participantes nessa pesquisa, os chamaríamos de jovens sonhadores. Sonhando ingressaram na exploração sexual, sonhando saíram dessa situação, sonhando retornaram para a mesma, sonhando, sonhando e sonhando.

Mas, como aprendemos nessa pesquisa que não se faz necessário estabelecer definições, taxações, nomeações para aquilo que esses meninos

pretendem ser, deixemos aqui que eles se apresentem, da forma como se percebem e do modo como conseguimos interpretar. O maior desafio, nesse estudo, foi nos colocarmos na posição de investigador, sem deixarmos que nossa experiência profissional influenciasse o processo. Fato difícil, mas possível e necessário. Ficamos com receio do modo o qual os meninos iriam reagir diante dessa pesquisa, sem saber se iriam se sentir à vontade para falar sobre o assunto, ou se teriam medo e vergonha em expor suas histórias. O vínculo que tínhamos aqui poderia nos aproximar ou afastar. De acordo com Diógenes (1998, p.76):

[...] as crianças e adolescentes, de modo geral, apenas silenciam ou ocultam a condição de prostituição, porque são cientes do caráter proibitivo desse ato. Quando sentem-se à vontade, quando sabem que não vão ser 'recolhidas', 'punidas', 'envergonhadas', ou sobre elas vai se desenvolver um discurso normativo sobre a 'vida errada' que levam, falam 'na moral' da sua condição de prostituição, afirmam-se e sinalizam a produção do estigma que parece, de modo silencioso e sorrateio, introjetar-se no imaginário social e institucional.

A partir de então, assumimos, enquanto pesquisadores, a posição de investigadores que trazem consigo uma bagagem de conhecimentos, de experiência profissional e pessoal. De investigadores que estão diante do desconhecido e de histórias que, segundo os participantes desse estudo, antes não haviam sido partilhadas e aprofundadas. E assim, os meninos se sentiram à vontade para falar e compartilhar conosco cada detalhe sobre como a situação da exploração sexual comercial perpassou as suas vidas.

Pesquisas (LIBÓRIO e SOUSA, 2004; FALEIROS e FALEIROS, 2008; SANTOS, 2011) mostram que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes possui um perfil, ou seja, trata-se de um fenômeno que possui classe, gênero, escolaridade, cor. Essas pesquisas ressaltam que essa realidade é fruto de uma conjuntura social, que, no Brasil, coloca os indivíduos na categoria de dominado e/ou explorado. Em Libório (2004, p.29), encontramos:

As categorias dominadas, como os negros, os índios, as mulheres e crianças pobres viveram durante muito tempo, e alguns permanecem até hoje, excluídos, por não terem acesso aos serviços sociais oferecidos pelo Estado, como educação, profissionalização, serviços de saúde, habitação e excluídos ainda do mercado de trabalho e do consumo, devido a altas taxas de desemprego.

Em nosso estudo, vamos apresentar um pouco do “perfil” encontrado, mas também iremos respeitar as particularidades de cada indivíduo, por entendermos que eles são únicos e possuem suas individualidades, por mais que em alguns momentos, essas individualidades e particularidades se assemelhem. Desse modo, iniciamos essa apresentação a partir da identidade de gênero dos sujeitos da pesquisa. A identidade de gênero autodeclarada pelos jovens, ao serem entrevistados, foi a masculina. Porém, ao adentrarmos em assuntos relacionados à exploração sexual masculina, verificamos que esses jovens transitavam entre identidades femininas e masculinas.

De acordo com Berenice Bento “[...] se torna às vezes muito complicado marcar onde termina um gênero e começa o outro [...]” (DIAS, 2014, p.496). E foi exatamente com essa dificuldade que nos deparamos. Identificar onde termina um gênero e começa o outro não era nossa intenção. Nossa pretensão era entender como esses jovens vivenciaram a exploração sexual comercial e o que essa prática significava para eles. Pois bem, dentre os achados da nossa pesquisa, identificamos que a exploração sexual comercial significava para esses jovens – dentre outras coisas – uma possibilidade de vivenciar diferentes identidades. Embora todos inicialmente autodeclarassem suas identidades de gênero como masculina, verificamos que o gênero feminino também era vivenciado e experimentado por alguns jovens. Ser menino, ser menina, “*ir pra rua montada*”, “*ir de homem mesmo*”, “*ser as duas coisas*”, foram situações mencionadas pelos jovens entrevistados ao relatarem sobre a exploração sexual vivenciada. Identificamos aqui, o que a autora Berenice Bento chama de “brincar de gênero”, ou mesmo, de “trânsito entre os gêneros”. Assim, para a referida autora, é preciso se contrapor à subjetividade binária dos gêneros pois a mesma impossibilita que os sujeitos vivenciem as mais variadas experiências. Desse modo, observamos que,

As experiências de trânsito entre os gêneros demonstram que não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas. O sistema não consegue a unidade desejada. Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis e, ao fazê-lo, se põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero, ao mesmo tempo revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas. Esse processo de fuga do cárcere dos corpos-sexuados é marcado por dores, conflitos e medos. (BENTO, 2011, p.551)



De tal modo, temos que dos 10 entrevistados, três (Diego, Juan e Ronaldinho) relataram que se travestiam para realizar as atividades sexuais e que, portanto, nesse momento, vivenciavam uma identidade feminina. Já o jovem Kuka revelou que, ao fazer programas, transitava sobre as duas identidades (feminina e masculina) sendo ora michê, ora travesti. Quanto aos demais, seis declararam realizar programas como michês, utilizando então a identidade masculina. Sobre a forma como os entrevistados vivenciavam essas identidades, podemos observar:

*A gente na esquina é assim, tem os dois tipos: tem o travesti, que desce montada, que desce de mulher, e tem o michê, que é o famoso homossexual, que é o gay, que desce de homem, que era eu no caso. Eu me considerava michê, michê era o garoto de programa, e tinha as travestis, elas já são mais rasgadas né [...] se chamam até de nome feminino [...] eu usava nome masculino, nós michês somos mais sigilosos, e as travestis já são os viados frouxo, são rasgada, elas se chamam de "ei viado" aquelas coisas assim. A gente não, a gente se chama de bicha, mas a gente é homem, a gente diz assim com outro "e aí bicha como é que tá, tudo bom", mas elas, elas são depravadas. (Vanderson)*

*Nos chamávamos de as "bichas, as "gay", era assim que a gente chamava umas às outras. Éramos as "gay de peruca", as travestis. (Ronaldinho)*

*[...] a noite me chamo de L., sou Juan de dia, não sou transexual, mas quando saio à noite sou a L., só pra fazer programa, se for pra outra coisa eu vou de Juan. Mas assim, como vou toda noite, então eu me monto todas as noites, de noite sou mulher, sempre saio à noite montada. E de dia, eu sou homem [...] (Juan)*

*Aonde eu ía fazer, tinha travestis e meninos mesmo, cada um tinha seu tipo, seu estilo. A gente se chamava pelos nomes mesmo, eu usava outro nome, era G. E eu ía sempre de homem, eu era michê. (Karlos Angel)*

*[...] eu fazia sexo com homem, mulher, travesti, lésbica, éramos michê, que significa garoto de programa que topa todo tipo de relação, não tínhamos um gênero fixo. Mas eu nunca me vesti de mulher [...] (Alerrandro)*

*[...] Algumas vezes eu me travestia e outras não, me chamava V. C., na rua é assim, a gente pode ser o que a gente quiser, num precisa dizer ah eu sou homem, ah eu sou mulher. Eu posso ser o que eu quiser, posso ser diferente todo dia, um dia vou de homem, outro dia vou de mulher. Isso num quer dizer que eu sou trans, nem que eu sou travesti, eu tava só experimentando. (Kuka)*

É desse modo, que em alguns momentos, encontramos esses jovens se identificando tanto com papéis femininos quanto masculinos, o que aparece no decorrer de suas falas. Para abordar sobre as identidades supracitadas, recorreremos aos estudos de Perlongher (1987), Diógenes (1998), Alves (2009) e Duarte (2017). Sobre os papéis e identidades assumidas nos espaços e

modalidades da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes do sexo masculino, Diógenes (1998) aponta 3 tipos que foram recorrentes em seu estudo: os michês, as travestis e os gazeteiros. Sendo que aqui, a autora denomina de michês o grupo de meninos que vão para as ruas, avenidas, praças, boates, em busca de realizar programas sexuais. Nesse caso, esses sujeitos utilizam uma identidade totalmente masculina e são, em sua maioria, homossexuais. Já as travestis, de acordo com a autora, são os meninos que assumiram uma identidade e personalidade essencialmente feminina, e, através dela, realizam seus programas sexuais. Os gazeteiros, por último, são apontados como os garotos que estão em situação de rua, por motivos diversos e com objetivos distintos (vendem jornais, bombons, pedintes), e que acabam adentrando também na exploração sexual.

Em Alves (2009), observamos que o fato dos meninos em situação de exploração sexual se considerarem enquanto travesti, não significa que essa seja uma identidade fixa, podendo ser algo adotado apenas para a atividade sexual. Para o referido autor, os meninos que adotavam a identidade feminina durante o exercício da exploração sexual, o faziam porque tinham interesse em posteriormente transformar o seu corpo masculino em um corpo feminino. No nosso estudo, esse interesse em realizar a “transformação do corpo” apareceu apenas na fala do jovem Juan, sendo apontado como algo que o mesmo almeja no futuro. Retomando a análise de Alves (2009), a exploração sexual comercial de adolescentes do sexo masculino apareceu aqui como um espaço de possibilidade para vivenciar uma outra identidade, nesse caso, a “travestilidade”. Nas palavras do autor, apreendemos:

Embora a travestilidade não seja uma condição *sine qua non* da prostituição, a prostituição tem um significado importante para as travestis [...] É nos pontos de prostituição que elas estabelecem sua rede de convívio social, que funcionam como sistema de aprendizado e de troca, uma vez que é nestes locais que aprendem os métodos e técnicas de transformações do corpo; que tomam conhecimento dos ‘truques’, como por exemplo, esconder o pênis ; que aprendem e criam vocabulário e ‘gíria’ específicas ao grupo. (ALVES, 2009, p.89)

Essas estratégias também foram encontradas no decorrer de nossas entrevistas. “*Se montar*”, “*virar travinha*”, “*ser travesti*” apareceu na fala dos meninos como uma forma de vivenciarem outra identidade e uma estratégia utilizada para fazer programa. Jovens como Ronaldinho e Diego relataram que

aprenderam a se montar na rua, e foi na rua também que aprenderam todos os “truques” necessários para “azarar os boys”. Porém, os jovens mencionados falaram que não possuíam interesse em fazer alterações corporais, tais como, colocar hormônios ou colocar silicone, como também, percebiam o fato de se travestir como “*uma forma diferente de aparecer*”. Isso coaduna com os estudos que realizamos para entender essa realidade. Em Jessyca Duarte (2017), por exemplo, verificamos que as travestis não necessariamente se definem enquanto mulher. A autora ressalta que se considerar travesti perpassa uma questão de autoconhecimento ou autopercepção. Nos baseando nesse estudo, entendemos as travestis como

[...] uma variação do feminino que, em sua maioria, buscam recursos estéticos para terem aparência feminina. A ingestão de hormônios feminilizantes, a depilação definitiva, a cirurgia plástica, a aplicação de silicone industrial e a busca de recursos estéticos, como apliques de cabelo, maquiagem, adornos, roupas e acessórios do vestuário feminino burtfazem parte das vivências das travestis. (DUARTE, 2017, p. 105)

Quando a autora se refere ‘a maioria’, isso não significa que todas as travestis buscam recursos para alterar seu corpo. Mais do que a mudança do corpo ou do gênero, ser travesti aparece no referido estudo, como uma forma de se expressar e se colocar no mundo. No nosso estudo, esse modo de expressão pode variar de acordo com a realidade vivenciada por esses jovens pois, percebemos que a identidade de gênero desses sujeitos pode ser plural, podendo transitar entre o espaço feminino e masculino.

Tratando-se do gênero masculino, nos detemos agora ao caso dos meninos que se consideraram enquanto michês. Para entendermos esse termo, recorreremos aqui ao trabalho de Perlongher (1987). No referido estudo, foi possível apreender como acontece a prostituição masculina. Logo, a partir daí, foi possível interpretar como se dá a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes do sexo masculino. Sobre o termo michê, em Perlongher (1987, p.17) verificamos:

O termo michê tem dois sentidos. Um alude ao ato mesmo de se prostituir, sejam quais forem os sujeitos desse contrato. Assim, *fazer michê* é a expressão utilizada por quem se prostitui para se referir ao ato próprio da prostituição. Em alguns contextos – especialmente entre prostitutas e travestis – o termo pode ser aplicado também ao cliente. Numa segunda acepção, o termo *michê* é usado para denominar uma espécie *sui generis* de cultores da prostituição: varões geralmente jovens que se prostituem sem abdicar dos protótipos gestuais e discursivos da masculinidade em sua apresentação perante o cliente.

Essa última definição é a que mais se aproxima do que foi apresentado pelos jovens entrevistados, ao se identificarem enquanto michês. Os jovens relatam que se consideravam michês porque mantinham suas identidades de gênero masculina. Identidades essas, que se expressava nas roupas, gestos, falas, comportamentos os quais os mesmos utilizavam. Nas palavras de Vanderson e Karlos Angel, observamos:

*Eu era tipo assim, o famoso michê. Eu me tacava pras esquinas todo de homem mesmo, e ficava lá, exibindo meu corpo, meu físico, né. As bichas ficavam doidas. Eu ia de homem e levava vantagem no lugar das travestis. Tem homens, gays que preferem a gente, a gente assim, de homem mesmo. Outros preferem as travinhas [...] (Vanderson)*

*As travestis ganhavam mais porque os homens preferiam um corpo assim de mulher né, mas como eu era o único homem, eu também ganhava bem e eu era novo e eles adoram pessoas novas, carne nova como diziam né. Aí eu pegava muito programa, porque eu era o único que ia pra esquina de homem né, todo vestido como eu tô aqui agora, e além disso eu era muito novo. (Karlos Angel)*

Perlongher (1987) classifica os michês em 2 tipos, quais sejam: michê-macho e michê-gay (ou michê-bicha). Ao citar o michê-macho, Perlongher (1987) se refere ao sujeito que representa uma “virilidade extremada”, aquele que adota uma postura mais associada à masculinidade e se autodeclaram enquanto heterossexuais, o que, segundo o autor, “[...] soma pontos perante os clientes [...]” (p.23). No caso do michê-gay ou michê-bicha, trata-se daquele indivíduo que adota papéis “ditos masculino” mas oscila entre posturas masculinas e femininas, aqui o sujeito se autodeclara enquanto homossexual. O autor ressalta que o michê-gay é aquele que “[...] ainda que ‘assumindo’ discursivamente sua condição de homossexual, não deixa de se prostituir para ‘coroas’ (velhos) e ‘mariconas’[...]” (PERLONGHER, 1987, p.22).

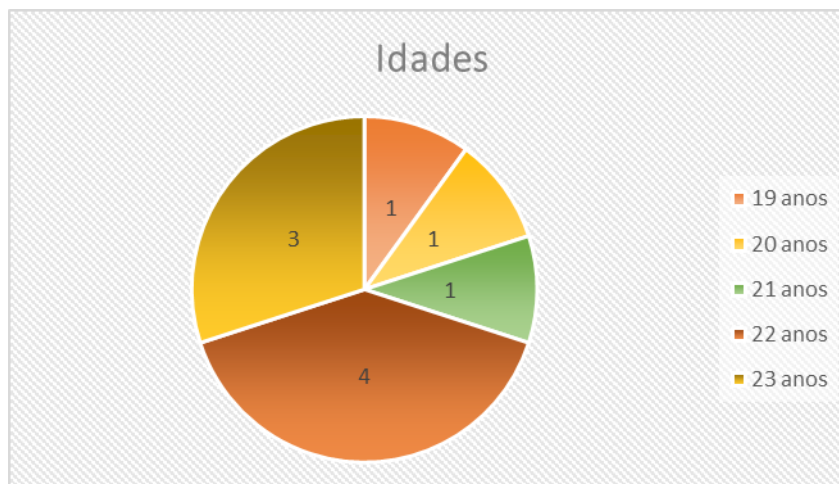
Em nossa pesquisa, identificamos meninos que se autodenominaram enquanto michês; outros que se consideraram como “travinha”, “travesti”, “mona”; e outros que assumiam os dois gêneros, como no caso do jovem Kuka. O mesmo relata que essa realidade (de se denominar dos dois gêneros) é algo muito comum “nas esquinas” e discorreu sobre situações de colegas que, ora utilizavam o gênero feminino, ora utilizavam o gênero masculino. Essa variação entre os gêneros também foi verificada na pesquisa de Perlongher (1987), sobre isso o autor aponta:

Pode acontecer, ainda que os sujeitos “ocupem” sucessivamente diversos lugares do código, isto é, se desloquem mais ou menos intermitentemente pelas várias casinhas classificatórias, mudando de classificação conforme o local e a situação. Frequentemente, é um mesmo sujeito que vai assumindo e recebendo várias nomenclaturas classificatórias em diferentes momentos de seu deslocamento. Poder-se-ia falar, então, de um deslocamento do sujeito pelas redes do código [...] À ideia de identidade, que define os sujeitos pela representação que eles próprios fazem da prática sexual que realizam, ou por certo recorte privilegiado que o observador faz dessa prática, justapomos a ideia de territorialidade. (PERLONGHER, 1987. p.152)

Dando continuidade, ao abordarmos sobre a orientação sexual dos jovens participantes do estudo, temos que apenas um se autodeclarou como bissexual e os demais (09) se autodeclararam enquanto homossexuais. Importante refletirmos sobre esse dado, uma vez que pesquisas (PERLONGHER, 1987; DIÓGENES, 1998) sobre homens no mercado do sexo, apontavam que a grande maioria desses indivíduos se autodeclaravam como heterossexuais, o que se difere daquilo que encontramos no nosso trabalho.

Sobre a idade dos jovens participantes do estudo, temos que a mesma oscila entre 19 a 23 anos, conforme aponta o gráfico 1:

**Gráfico 1 – Disposição das idades dos jovens participantes da pesquisa**



Fonte: elaborado pelo autor

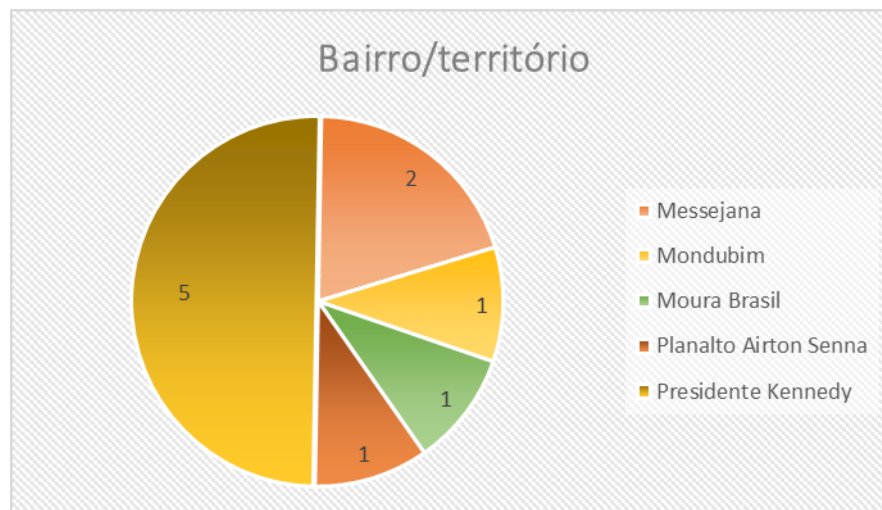
Embora todos os jovens já tenham atingido a maioridade no momento em que a pesquisa foi desenvolvida, todos eles ingressaram na exploração sexual comercial ainda em suas infâncias e/ou adolescência, o que configura essa situação enquanto uma exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. As idades de ingresso na exploração sexual apresentadas pelos jovens foram de: 11, 12, 13, 14, 15 e 16 anos. Sendo a idade de 13 anos a mais recorrente na fala dos jovens.

De acordo com o depoimento de Diego temos que “[...] *as mais novinhas são as que ganham mais dinheiro, eles gostam mais é das novinhas [...]*”, nesse trecho o jovem relatava sobre a preferência dos clientes, e disse que observava meninos e meninas cada vez mais cedo “*entrando na mesma situação*”, ou seja, ingressando no mercado do sexo. Esse dado passa a ser ainda mais preocupante quando estudos (DIÓGENES, 2008) apontam que a faixa etária de ingresso na exploração sexual comercial de crianças e adolescentes vem reduzindo de maneira progressiva em nosso país.

Com relação aos territórios/bairros no qual esses sujeitos residem, temos que todos estão localizados na periferia de Fortaleza, tendo o bairro Presidente Kennedy, como um dos mais apontados na pesquisa (05 jovens

relataram residir no referido local)<sup>36</sup>. Sobre a disposição desses jovens de acordo com os territórios, temos:

**Gráfico 2– Disposição dos bairros/territórios dos jovens participantes da pesquisa**



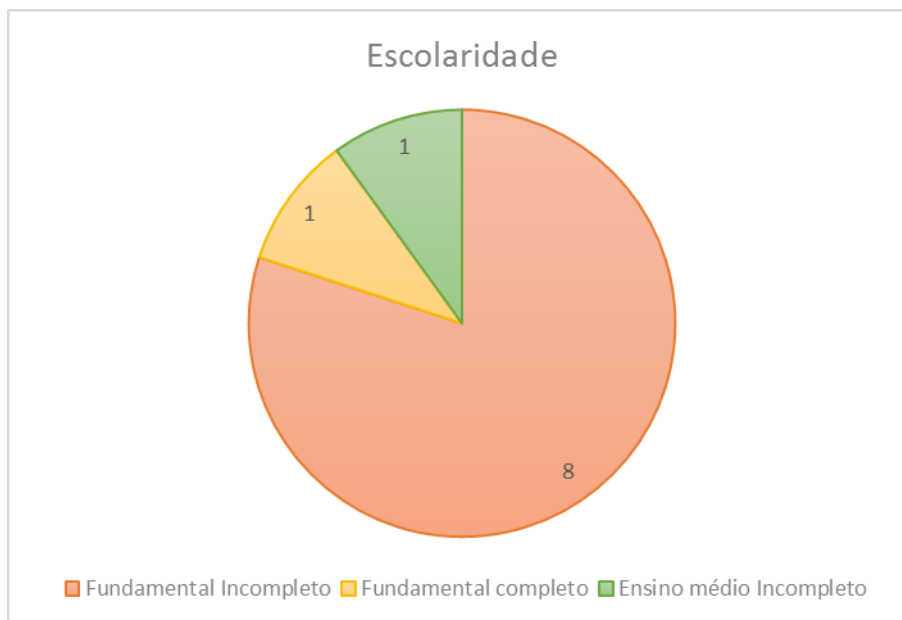
Fonte: elaborado pelo autor

Sobre a renda familiar dos entrevistados, temos que a maioria sobrevivia com uma renda mensal inferior a um salário mínimo (08 jovens), o que em 2017 se refere a R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais). Com relação à religião, seis consideraram-se católicos, dois evangélicos e dois se autodeclararam da umbanda. Já no que diz respeito à raça/etnia desses sujeitos, os mesmos se denominaram da seguinte forma: seis pardos, dois negros e dois brancos.

Por fim, sobre a escolaridade dos jovens, no período em que ingressaram no ViraVida, obtivemos:

<sup>36</sup> O fato da maioria dos jovens do nosso estudo residirem no bairro Presidente Kennedy, está associado tanto à recorrência de casos de exploração sexual de crianças e adolescentes no local, quanto à presença de instituições parceiras do Projeto ViraVida, responsáveis em mapear jovens inseridos nessa situação e encaminhá-los para o referido projeto. Dentre as instituições que atuavam nesse bairro, podemos citar: o Ponte de Encontro, a Rede Aquarela, CREAS Monte Castelo, dentre outras.

**Gráfico 3 – Apresenta a escolaridade dos jovens participantes da pesquisa antes de ingressarem no Projeto ViraVida**



Fonte: elaborado pelo autor

Importante considerar que, nesse período, a idade dos jovens girava em torno de 16 a 21 anos. A partir desses dados podemos nos questionar até que ponto a exploração sexual comercial pode se apresentar como **um dos** aspectos motivadores para a baixa escolaridade desses sujeitos, embora compreendamos que existem outros fatores responsáveis pela defasagem e evasão escolar de crianças e adolescentes. Por fim, ainda sobre a escolaridade dos jovens participantes da pesquisa, temos atualmente que cinco já concluíram o ensino médio e os demais estão em fase de conclusão.

Os dados apresentados aqui, coincidem com algumas estatísticas sobre o perfil de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual. Porém, longe do intuito de apenas quantificar ou generalizar os dados coletados nesse estudo, pretendemos fazer uma análise individual de cada jovem entrevistado. Consideramos que essa seria a forma mais fidedigna para respeitar



suas histórias, suas trajetórias, suas identidades. Importante mencionarmos que, com objetivo de resguardar os entrevistados, os nomes reais foram modificados. Portanto, para nos referirmos aos jovens adotamos nomes fictícios, escolhidos por cada um deles. A partir de então, convidamos o/a leitor/a a conhecer os sujeitos participantes desse estudo...

### **Victor**

Victor foi o primeiro jovem a aceitar de prontidão o convite para participar da pesquisa. O mais solícito, mas também, o mais tímido. Como foi o primeiro jovem, apesar da timidez, o mesmo se propôs a retomar a entrevista para contribuir com mais informações que fossem necessárias, e assim o foi feito. Nesse caso, tivemos dois momentos de entrevista com o jovem Victor e contatos posteriores através do aplicativo de celular *WhatsApp*<sup>37</sup>. O jovem Victor atualmente tem 20 anos, mora com a avó e primos, é estagiário da Caixa Econômica Federal, concluiu o Ensino Médio e pretende cursar faculdade na área de administração. Em sua entrevista, o jovem relatou sobre os conflitos familiares, abandono e violência doméstica a qual o mesmo vivenciou em sua infância. Sua primeira relação sexual foi aos 13 anos e ocorreu como “*algo forçado*”, contra sua vontade. Conforme as palavras do jovem, foi através da exploração sexual, que o mesmo passou a se envolver com drogas, algo que sessou após seu ingresso no ViraVida. No ViraVida, Victor participou da turma de Padeiro/Pizzaiolo, no ano de 2014.

### **Dezirre Layser**

O jovem Dezirre Layser, 23 anos, também aceitou o convite de prontidão e logo compareceu ao ViraVida para participar da entrevista. O jovem esteve ansioso durante todo o processo de pesquisa, sempre acompanhando e

---

<sup>37</sup> O WhatsApp é uma ferramenta utilizada na contemporaneidade para facilitar a comunicação e interação entre os indivíduos. De acordo com os autores Junior, Albuquerque e Coutinho (2016, p. 69) o WhatsApp é “[...] uma das ferramentas mais utilizadas atualmente [...] O nome do aplicativo *WhatsApp* tem origem na tradução simples do termo “What’s up?” - que significa “o que se passa” ou “quais as novidades” [...] possui mais de 900 milhões de usuários ativos em todo o mundo [...]”. Em nosso estudo, a mesma foi utilizada como forma de comunicação com os sujeitos da pesquisa, facilitando o acesso aos jovens.

solicitando retorno sobre os resultados. Em sua entrevista, Dezirre Layser se emocionou bastante ao retomar lembranças de sua infância. O mesmo foi vítima de abuso sexual aos 8 anos de idade, ao ser estuprado por um amigo da família. Na época, o agressor ofereceu um celular ao jovem, e a partir de então passou a aliciá-lo e a manter relações sexuais com o mesmo. Aos 11 anos de idade, declara que “*tomou consciência*” da situação e passou a aceitar as relações sexuais em troca de roupa, dinheiro, presente, comida, abrigo. O jovem relata história de miséria, abandono e trabalho infantil em sua infância, ressaltando esses aspectos como motivadores para sua inserção na exploração sexual. Ao ingressar no ViraVida, Dezirre Layser fez curso de Assistente de Obras e logo atuou como jovem aprendiz na Normatel. Atualmente mora com sua mãe e sobrinha, concluiu o Ensino Médio e pretende fazer o curso em “*Técnico de nutrição*”.

### ***Kuka***

O jovem Kuka, 22 anos, teve uma infância “*um pouco conturbada*”. Sofreu com a negligência e violência física acometida pelos pais e foi, desde o início, criado pela avó materna. Sem oportunidades e “*por ingenuidade*”, Kuka foi buscar na exploração sexual uma forma de esquecer os conflitos pessoais e familiares que passava. Sua primeira relação sexual também ocorreu por meio de estupro cometido por estranho, quando o jovem tinha apenas 13 anos. Algumas vezes ia para as ruas adotando o gênero feminino, outras vezes adotava o gênero masculino. Kuka considera que “*não deveria existir uma regra de gênero para quem quer fazer programa, a pessoa pode ser quem ela quiser*”. O jovem também fez o curso de Padeiro/Pizzaiolo, na turma de 2014. Ao concluir, passou a trabalhar como pizzaiolo em Shopping Center no município de Fortaleza. Atualmente está cursando o Ensino Médio e passou a residir com sua mãe, considerando essa última como a maior conquista de sua vida.

**Vanderson**

O jovem Vanderson, 22 anos, considera que teve uma infância divertida, apesar das dificuldades financeiras que passou juntamente com sua família. Vítima de abuso sexual cometido pelos tios de seus amigos, quando o mesmo tinha apenas 07 anos de idade, o jovem associa esse ato como um fator que impulsionou o seu ingresso na exploração sexual comercial. Considerava-se um adolescente rebelde que através da exploração sexual passou a conhecer o mundo das drogas, o qual ainda se diz “*dependente*”. No ViraVida, Vanderson fez o curso de Salgadeira, e ao concluir foi encaminhado para trabalhar como atendente no quiosque da Yozenn, sorveteria localizada em Shopping Center de Fortaleza. Ao sair desse emprego, retornou à situação de exploração sexual comercial como estratégia para conseguir dinheiro e drogas. Atualmente o jovem concluiu o Ensino Médio e está em busca de um novo trabalho.

**Karlos Angel**

Vítima de bullying e preconceito em sua infância e adolescência, devido sua orientação sexual, Karlos Angel, atualmente com 23 anos, não apresentou situações de conflitos familiares. Porém, o jovem relata que passou dificuldades financeiras, sendo esse o principal motivo de seu ingresso na exploração sexual. Karlos Angel ressalta que ao ingressar no ViraVida saiu da situação de exploração sexual e, mesmo sem estar trabalhando, desde então nunca mais retornou a praticá-la. Ao ingressar no ViraVida, em 2015, o jovem fez o curso de Assistente Administrativo e não conseguiu ser inserido no mercado de trabalho. Atualmente o jovem concluiu o Ensino médio e está participando de Processo seletivo para uma vaga de caixa, na farmácia Pague-Menos.

**Ronaldinho**

O jovem Ronaldinho, 23 anos, passou dificuldades em sua infância e se emocionou bastante ao tocar nesse assunto. Vítima de uma série de violências e violações de direitos, o jovem relata que ingressou na exploração sexual como uma forma de “*esquecer os problemas*”. Através da exploração passou a se

envolver com drogas e adquiriu uma infecção sexualmente transmissível, o Human Papiloma Virus – HPV, fato que o fez abandonar o mercado do sexo. É com muita dor que Ronaldinho fala sobre o que passou ao contrair esse vírus, e que por esse motivo, pensou e tentou cometer suicídio. Ao concluir o ViraVida, o jovem recebeu encaminhamentos para o mercado de trabalho mas optou em cuidar primeiramente de sua saúde. Atualmente Ronaldinho trabalha como atendente em *fast food* e relata que a exploração sexual foi uma experiência divertida, mas arriscada, a qual não pretende retomar.

### **Juan**

Juan, 22 anos, relatou apenas aspectos positivos em sua infância e adolescência. O jovem ressalta que não consegue lembrar “*do lado negativo da história*”. Relembra que em sua adolescência aquilo que mais o marcou foi a oportunidade de “*se montar*”, onde relata: “*foi aí que tudo começou*”. Por incentivo dos amigos, por curiosidade e pelo desejo em vivenciar o gênero feminino, o jovem Juan diz ter ingressado na exploração sexual. Após concluir o curso no ViraVida, iniciou seu próprio negócio “*um salão de beleza*”, negócio esse que segundo o jovem, está sendo produtivo até hoje. Apesar disso, Juan relata que continua fazendo programas, pois a renda oriunda dos mesmos será investida num projeto pessoal futuro de realizar a transformação do seu corpo masculino em um corpo feminino. Como esse é um plano apenas para o futuro, Juan ressalta que atualmente opta em utilizar o gênero masculino.

### **Diego**

O jovem Diego, 19 anos, relata: “[...] *minha infância teve momentos bons e ruins, foi um pouco complicada, tive problemas nos meus estudos, tive várias perdas [...]*”. O jovem perdeu alguns membros da família por envolvimento com drogas e isso o abalou emocionalmente. Ao ingressar na exploração sexual, com apenas 12 anos, Diego relata que também passou a se envolver com drogas. O jovem participou do ViraVida na turma de 2015, realizando o curso de Auxiliar Administrativo. Ao sair do ViraVida, não foi inserido no mercado de trabalho pois

optou em ser inserido em novo curso profissionalizante, na área de departamento pessoal. Atualmente, Diego concluiu os estudos e auxilia os avós em um pequeno comércio da família.

### **Gabriel Bryan**

De todos os jovens entrevistados, Gabriel Bryan, 21 anos, é o que possui a melhor condição financeira. Com uma renda familiar razoável, o mesmo atribui o seu ingresso na exploração sexual a “*uma mera curiosidade*”. Após ingressar, permaneceu nessa situação pelo incentivo de amigos e por conta do envolvimento com as drogas. Em 2015, participou do ViraVida, realizando o curso de Assistente Administrativo, sendo encaminhado para a vaga de jovem aprendiz no Banco do Nordeste – emprego esse, no qual o jovem se mantém até hoje. Gabriel Bryan diz que os conflitos familiares já existiam, mas pioraram após seu ingresso na exploração sexual, sendo esse motivo pelo qual o jovem decidiu sair dessa situação.

### **Alerrandro**

O jovem Alerrandro, 22 anos, participante do ViraVida em 2015, foi o último a ser entrevistado. Na verdade, o jovem já havia desistido de participar da pesquisa. Porém, ao final do mês de abril, Alerrandro compareceu à sede do Projeto ViraVida e pediu para participar do estudo, dizendo: “*agora estou pronto*”. Falar sobre a exploração sexual comercial vivenciada pelo jovem não foi um processo fácil. Foi a entrevista mais demorada, a mais detalhada e permeada por muitas emoções. Alerrandro nos contou que, em sua infância, morava no município de Flecheiras, no litoral do Ceará. Falou emocionado sobre as dificuldades que passou juntamente com a avó, a mãe e os irmãos, sendo vítima de várias violências dentre elas, o abuso sexual. Ainda em Flecheiras, o jovem ingressou no mercado do sexo por necessidade financeira e por curiosidade. Ao “*assumir sua orientação sexual como homossexual*”, decidiu sair de casa e veio parar em Fortaleza. Chegando em Fortaleza, foi residir com amigos em uma casa utilizada para fins de exploração sexual de meninos com idade entre 12 a 18 anos. Passou um longo período morando nas ruas, e para se alimentar o jovem

buscava “o resto do lixo deixado pelas lanchonetes do Centro da Cidade” ou, recorria à exploração sexual. Esse período, segundo o jovem pode ser considerado “o momento mais difícil de sua vida”. Nas palavras de Alerrandro, apreendemos:

*A principal dificuldade que passei foi morar nas ruas (choro) [...] ser visto como um bicho, como se fosse fazer mal alguém, é uma cena assim me dói muito [...] As pessoas olham para você com nojo, com medo, era isso que mais me marcava e eu ficava imaginando: ‘poxa, se as pessoas soubesse pelo menos porque estou aqui, se elas ao menos soubessem porque eu vim parar aqui [...] no momento que mais precisei eu estava sozinho, não tinha ninguém, eu pensei em morrer várias vezes, já tomei remédio para me matar, mas Deus é tão bom que nunca deixou [...] já tentei me enforcar, já cheguei a amarrar uma corda na árvore, colocar no pescoço e pular [...] eu senti no momento a corda apertar meu pescoço, aí o galho da árvore quebrou, eu caí no chão e lá mesmo eu fiquei chorando, decepcionado. Eu não queria mais viver, eu não queria mais aquela vida [...] aquele tempo eu estava entregue até que eu conheci a APROCE<sup>38</sup> [...]*

Como principais consequências que a exploração sexual trouxe para sua vida, estão o envolvimento com vários tipos de drogas e infecções sexualmente transmissíveis, dentre elas o HIV. Atualmente Alerrandro está convivendo com outra jovem egressa do ViraVida e “registrou” o filho da referida jovem, assumindo a paternidade da criança. Ambos retornaram para Flecheiras e sobrevivem do trabalho de garçom que o jovem realiza.

As entrevistas realizadas com esses jovens, têm nos proporcionado um crescimento pessoal e profissional. Foram momentos de emoção, de risos, de choros, de reencontros e desencontros. Investigar sobre a exploração sexual comercial vivenciada por esses meninos, conhecer suas histórias, suas dificuldades, suas resistências, seus sonhos, tem sido um trabalho engrandecedor e acima de tudo, desafiador. Esse estudo precisa ser entendido bem do comezinho, quando ainda nem tinha nome. Portanto, para analisar esse fenômeno se fez necessário aqui, compreendermos os aspectos históricos, econômicos, sociais, culturais e políticos que o compõem, para que possamos, a partir de então, fazer uma análise crítica diante do mesmo. Convidamos o/a leitor/a a caminhar conosco na construção dessa análise.

---

<sup>38</sup> A Associação de Prostitutas do Ceará – APROCE, era parceira do ViraVida, e encaminhava meninos e meninas inseridos na exploração sexual comercial para participar do referido Projeto.

## 2 DIVERSAS FACES DA JUVENTUDE



*Há um menino, há um moleque,  
morando sempre no meu coração,  
Toda vez que o adulto balança  
ele vem pra me dar a mão.  
Há um passado no meu presente,  
o sol bem quente lá no meu quintal.  
Toda vez que a bruxa me assombra  
o menino me dá a mão.  
Me fala de coisas bonitas  
que eu acredito que não deixarão de existir:  
Amizade, palavra, respeito,  
caráter, bondade, alegria e amor.  
Pois não posso, não devo, não quero viver  
como toda essa gente insiste em viver,  
E não posso aceitar sossegado  
qualquer sacanagem ser coisa normal  
Bola de meia, bola de gude,  
o solidário não quer solidão  
Toda vez que a tristeza me alcança  
o menino me dá a mão.  
Há um menino, há um moleque  
morando sempre no meu coração,  
toda vez que o adulto balança  
ele vem pra me dar a mão.*

*(Milton Nascimento, música: Bola de meia, bola de gude)*

Para entender como a exploração sexual perpassa a vida dos jovens do sexo masculino do Projeto ViraVida e, mais ainda, para compreender as significações dessa situação na vida desses jovens, é preciso primeiramente ter ciência de qual jovem estamos falando. Por esse motivo, se faz de fundamental

importância analisarmos a categoria juventude, buscando apreender qual sua origem e como a mesma se expressa atualmente na sociedade brasileira.

No nosso trabalho, apresentamos diferentes formas de ver e perceber a juventude. Para tanto, buscamos várias áreas de estudo para tais como: a sociologia, a pedagogia, a psicologia, dentre outras. Não diferentemente, utilizamos o aparato legislativo para entendermos como a construção do termo juventude ocorreu em nosso país.

Segundo os autores Margulis y Urresti (1996), a infância, a adolescência, a juventude, a velhice, são categorias imprecisas as quais seus limites são indefinidos. Além disso, os referidos autores apontam que a juventude é uma categoria socialmente construída, conforme relatam:

[...] La juventude, como toda categoría socialmente constituida, que alude a fenómenos existentes, posee una dimensión simbólica, pero también tiene que ser analizada desde otras dimensiones; se debe atender a los aspectos fácticos, materiales, históricos y políticos em los que toda producción social se desenvuelve<sup>39</sup>. (MARGULIS y URRESTI, 1996, p.17)

Assim, para entendermos a categoria juventude, se faz necessário compreendermos suas diferentes dimensões seja: histórica, social, cultural, econômica e/ou política. É preciso partir de quais juventudes nos remetemos e em qual contexto esses jovens estão inseridos. As diferentes visões acerca do termo juventude é um dos assuntos a ser tratado logo adiante, nesse estudo. E é nesse intuito que propomos fazer uma breve análise sobre essa categoria a partir de sua diversidade de compreensões e concepções.

Para tanto, esse capítulo se divide em 4 subtópicos dos quais o primeiro trata acerca dos estudos em busca da conceituação do termo juventude; o segundo trata sobre a juventude no contexto brasileiro; o terceiro, por sua vez, versa sobre a realidade entre trabalho e juventude; por fim, o quarto subtópico desse capítulo aborda as relações entre juventude e sexualidade.

---

<sup>39</sup> A juventude, como toda categoria socialmente constituída, que se refere a fenômenos existentes, tem uma dimensão simbólica, porém, também tem de ser analisada a partir de outras dimensões. Essas dimensões devem abordar os aspectos factuais, materiais, históricos e políticos em toda a produção social que se desenvolve.



## 2.1 JUVENTUDE NÃO É SÓ UMA PALAVRA

*[...] Somos sempre o jovem ou o velho de alguém [...]*

(BOURDIEU, 1983, p. 113)

Juventude é uma das categorias fundamentais a ser compreendida neste estudo sobre exploração sexual comercial vivenciada por jovens do sexo masculino. Isso porquê, para entender como esses jovens vivenciam essa situação se faz necessário deliberar sobre de qual jovem estamos falando, quem são esses jovens, como vivenciam suas realidades, como enfrentam seus desafios.

Falar sobre juventude pode parecer algo simplório, que se aproxime do senso comum. Sobretudo, neste tópico não pretendemos falar apenas sobre juventude, mas sim sobre juventudes, ou seja, o que significa, o que já foi dito, analisado e discutido sobre essa categoria. Para dar início a essa discussão, começamos com a reflexão do autor Pierre Bourdieu (1983), em que trata e ressalta que juventude é apenas uma palavra. Em seu livro “Questões de sociologia”, um dos assuntos discutidos pelo autor concerne à temática da juventude. Aqui, o autor expõe suas ideias diante do tema em questão e relata sobre o fato de categorias tais como adolescência, juventude, velhice e tantas outras, serem construções sociais e culturais que depende de diversos fatores que a perpassam, inclusive a classe social a qual pertencem. Em Bourdieu (1983, p .113) observamos:

[...] a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes, ou, para encurtar, entre as duas juventudes. Por exemplo, poderíamos comparar sistematicamente as condições de vida, o mercado de trabalho, o orçamento do tempo, etc., dos ‘jovens’ que já trabalham e dos adolescentes da mesma idade (biológica) que são estudantes: de um lado, as coerções do universo econômico real, apenas atenuadas pela solidariedade familiar; do outro, as facilidades de uma economia de assistidos quase-lúdica, fundada na subvenção, com alimentação e moradia e preços baixos, entradas para teatro e cinema a preço reduzido, etc.

É nesse contexto que o autor supracitado compreende o termo juventude como algo relativo, que pode variar, sendo passível de manipulação.

Sendo assim, juventude é tratada aqui como apenas mais uma palavra a ser interpretada, e sua interpretação dependerá das relações vivenciadas por esses indivíduos. Entendemos que falar sobre juventude está para além de uma definição sobre um termo. Trata-se aqui de falar sobre juventudes.

A autora Vasconcelos (2003), por sua vez, ressalta que a definição de idades também pode variar de acordo com os países e conforme o período histórico ao qual se remete. Nas palavras de Vasconcelos (2003, p.66) temos:

A ideação de infância, de adolescência, de juventude, de velhice, assim como, os estatutos da loucura, da criminalidade e da ciência são alguns dos construtos históricos e sociais de lugares e tempos situados. Razão porque, de per si, se encontram, por mais que se busque evocar uniformidade, universalidade, em condições de inumeráveis particularidades, singularidades. Suas instaurações atendiam – e atendem – a uma ordem de razão que lhes é extrínseca, alheia.

A referida autora aponta que essa divisão entre idades possui origens remotas, originada ainda entre os séculos II e I a.C. Porém, ao analisarmos a história do termo juventude, o encontramos muitas vezes associado a outros termos tais como, adolescência. Isso se dá, porque ao longo da história houveram concepções que unificaram esses termos e outras que os diferenciaram.

De acordo com estudiosos (GROPPO, 2000; VASCONCELOS, 2003; dentre outros), o termo juventude aparece associado ao termo adolescência, estando ambos associados a uma fase de mudanças corporais (por conta dos hormônios), representando a fase da puberdade. Em Santana (2011, p.03), observamos:

[...] No âmbito das ciências médicas é comum o uso do termo puberdade, que se refere às transformações biológicas no corpo do indivíduo. O termo adolescência é associado com frequência ao âmbito da psicologia, psicanálise e pedagogia, tendo como referencial as mudanças na personalidade, mente ou comportamento do indivíduo. A sociologia, por sua vez, faz uso do termo juventude para designar as funções sociais assumidas pelos indivíduos na sociedade.

O termo adolescente, em especial, traz como significado em “*adulescens*” como aquele “que está em crescimento” (GUIMARÃES e GRINSPUN, 2012). Em nosso estudo, entendemos a adolescência como um construto, uma construção sobre um modo de ser e de não ser, ou seja, não ser criança e não ser adulto, um ser em plena construção.

Contardo Calligaris dedicou estudos sobre essa temática e, conforme o autor, a adolescência pode ser considerada uma construção do século XX, uma das “construções culturais mais poderosas de nossa época”, que passou a vingar após a Segunda Guerra Mundial (Calligaris, 2000, p.09). É nesse sentido que Calligaris (2000, p.15) traz a seguinte definição acerca do termo adolescente:

[...] um adolescente inicialmente é alguém: que teve o tempo de assimilar os valores mais banais e mais bem compartilhados na comunidade (por exemplo, no nosso caso: destaque pelo sucesso financeiro/social e amoroso/sexual); cujo corpo chegou à maturação necessária para que ele possa efetiva e eficazmente se consagrar às tarefas que lhes são apontadas por esses valores, competindo de igual para igual com todo mundo; para quem, nesse exato momento, a comunidade impõe uma moratória.

Temos que a adolescência é uma fase marcada por transformações sejam físicas, biológicas, psicológicas ou sociais. Ela é identificada, em nossa sociedade, a partir das mudanças biológicas advindas da puberdade, observada a partir das alterações que ocorrem no corpo dos indivíduos. Em Kaplan e Sadock (1993) encontramos exatamente essa concepção sobre o termo adolescência, como uma fase de alterações. Contudo, embora em alguns momentos ambos os termos (adolescência e juventude) pareçam ser semelhantes, nesse estudo será referendado maior destaque ao termo juventude uma vez que se pretende analisar sobre as histórias de jovens egressos do Projeto ViraVida.

Para Abramo (2004), a definição da juventude está associada a uma condição juvenil, que está para além de uma simples faixa etária. Nas palavras da autora temos:

A noção de condição juvenil remete, em primeiro lugar, a uma etapa do ciclo da vida, de ligação (transição, diz a noção clássica) entre a infância, tempo da primeira fase de desenvolvimento corporal (físico, emocional, intelectual) e da primeira socialização, de quase total dependência e necessidade de proteção, para a idade adulta, em tese a do ápice do desenvolvimento e de plena cidadania, que diz respeito, principalmente, a se tornar capaz de exercer as dimensões de produção (sustentar a si próprio e a outros), reprodução (gerar e cuidar dos filhos) e participação (nas decisões, deveres e direitos que regulam a sociedade). (ABRAMO, 2004, p.40 e 41)

É desse modo que entendemos a juventude como um processo, ou seja, não se trata apenas de uma faixa etária ou de desenvolvimento biológico, mas sim, de funções e papéis que esses sujeitos passam a exercer e desempenhar, ou que lhes foram atribuídos, dentro da sociedade na qual

habitam. Consideramos que a categoria juventude tem estado cada vez mais presente nas discussões contemporâneas, no que concerne à academia e às políticas públicas. Diferentes áreas de estudo – tais como a sociologia, a medicina, a psicologia, a pedagogia, a antropologia e tantas outras – passaram a pesquisar e abordar sobre esse assunto. A produção acadêmica brasileira sobre juventude passou a ganhar maior impulso entre as décadas de 90 e 2000, tendo as autoras Groppo (2000), Helena Abramo (2004), Mirian Abramoway (2006), Marília Sposito (2009), dentre outras, como referências.

Ao consultar as autoras supracitadas identificamos que a juventude não pode ser compreendida apenas por meio de critérios biológicos ou jurídicos. Verificamos a existência de diversas concepções acerca do termo juventude, pois o mesmo pode apresentar diferentes faces de acordo com a classe, raça/etnia e gênero a qual pertence. A exemplo, no Brasil, juventudes diferentes viveram realidades diferentes ao longo da história, a depender do lugar, classe, etnia a qual esses jovens ocupam. Em Groppo (2000, p. 15) encontramos:

A juventude como categoria social não apenas passou por várias metamorfoses na história da modernidade. Ela é uma representação e uma situação social simbolizada e vivida com muita diversidade na realidade cotidiana devido à sua combinação com outras situações sociais – como a de classe ou estrato social – e devido também às diferenças culturais, nacionais e de localidade, bem como às distinções de etnia e de gênero.

Algo característico na juventude consiste na ideia de moratória, ideia essa, que passou a ser reforçada com a criação das instituições modernas do século XIX e XX. Assim, instituições tais como escola, igreja, indústrias, dentre outras, se empenharam na “institucionalização do curso da vida”, apontando quando os indivíduos estariam aptos para tornarem-se adultos (GROPPO, 2000). Para Melucci (1997, p.162), essa moratória consiste em:

[...] um crédito de tempo que permite ao jovem protelar as exigências sociais típicas da vida adulta, especialmente relativas ao casamento e ao trabalho, e lhe possibilita um maior contato com experiências e experimentações que podem favorecer o seu pleno desenvolvimento, não apenas em termos de formação educacional e aquisição de treinamento e capacitação, mas também em termos de outras vivências típicas que fazem parte da sociabilidade juvenil [...]

A moratória pode ser associada a um status de “não estar preparado”. Ou seja, adolescentes e jovens, na sociedade moderna, passaram a ser

considerados como indivíduos que precisam se preparar para a vida adulta. Para Abramo (2004), esse período de preparação pode ser compreendido como uma forma de determinação do ser jovem. A referida autora corrobora que a juventude vivencia um estado cultural de moratória, que consiste no adiamento dos deveres e direitos exigidos aos indivíduos nas sociedades modernas.

Porém, é válido ressaltar que esse processo de espera não é algo que se aplica aos jovens de todas as classes sociais. Ou seja, enquanto os filhos das classes altas e médias vivenciam essa preparação para o ingresso no mercado de trabalho, os filhos de classes baixas antecipam sua inserção em atividades laborativas, o que pode ocorrer ainda na mais tenra idade, ou seja, na infância.

Outra situação característica da sociedade moderna consiste na percepção da juventude como um estilo de vida, um status desejado, aquilo que se pretende alcançar e manter. Estando cada vez mais presentes na televisão, rádios, revistas e mídias sociais, os jovens passam a assumir espaço de destaque na nossa sociedade, de modo que ser e se manter jovem tem sido uma nova aspiração, como expõe Novaes e Vannuchi (2004, p. 89 e 90):

A juventude é um estado de espírito, é um jeito de corpo, é um sinal de saúde e disposição, é um perfil do consumidor, uma fatia do mercado onde todos querem se incluir. Parece humilhante deixar de ser jovem e ingressar naquele período da vida em que os mais complacentes nos olham com piedade e simpatia e, para não utilizar a palavra ofensiva – velhice – preferem o ‘eufemismo’ terceira idade.

Porém, é válido nos questionarmos sobre qual juventude se tem como exemplo a ser seguido e almejado. Será que isso também se aplica às juventudes da periferia brasileira? Apontamos esses questionamentos pois os jovens, principalmente os da periferia, também aparecem como alvos de críticas e preconceito, expostos em noticiários, apontados como “problema social”. Problema esse associado à violência, às drogas, às doenças sexualmente transmissíveis, etc.

Diante do que foi exposto, salientamos que a definição de juventude está para além do entendimento de um termo e de uma simples categoria. A juventude é mais do que uma faixa etária, que um conceito ou um modo de ser. É tudo isso junto, um conjunto de possibilidades que pode ser interpretado a depender do contexto e da sociedade na qual está inserida. Fase de construção e

de preparação, a juventude tem sido encarada como uma fase de partida e de chegada. De partida da infância para chegar a vida adulta.

Concluimos assim esse subtópico, dizendo que juventude não é só uma palavra. Ela se apresentou no nosso estudo, como um conjunto de diferentes vivências, que perpassa a vida de diferentes sujeitos, em diferentes contextos. Não obstante, aquilo que os diferencia é exatamente o que os aproxima e os torna um grupo de juventudes.

## 2.2 JUVENTUDES BRASILEIRA: AVANÇOS E RETROCESSOS

*Nascem, o adolescente, o jovem, a partir de quando a existência demarcatória de dois mundos – adulto e infantil – não consegue operar como resposta eficaz à necessidade de controle que o cenário estava a impor.*

(VASCONCELOS, 2003, p.77)

Alvo de políticas públicas, manchete de jornais, objeto de estudos, a juventude vem ganhando cada vez mais espaço de destaque na sociedade brasileira. Ao longo dos anos, tem crescido a atenção destinada a esses indivíduos. Atenção essa, vislumbrada tanto por estudiosos como por atores de instituições governamentais e não governamentais.

Os motivos que levam à preocupação para com essa temática tem sido os mais diversos. Contudo, ao buscarmos os estudos sobre a história da juventude brasileira vamos encontrá-la associada ao desvio, à transgressão e a algo que põe em risco a ordem social (ABRAMO, 1997). Desse modo, a história da juventude no Brasil aparece a partir de duas concepções diferentes: uma que retrata a história da juventude da classe dominante, na qual se obtém maior registro, e outra que retrata a história da juventude da classe subordinada.

De acordo com Santos (1996), essa história foi contada sob a perspectiva da igreja católica. Sendo assim, foi dado destaque aos jovens de famílias nobres e invisibilizadas as situações de violência, de castigo e de disciplina as quais os jovens de famílias pobres eram acometidos. Segundo o referido autor, os jovens negros eram associados à indisciplina, à periculosidade e

à impureza. Porém, o que ocorria de fato, eram verdadeiros movimentos de resistência à ordem imposta.

Assim, ao analisarmos a história da juventude brasileira, nos deparamos com diferentes versões, a depender do período analisado e da classe social estudada. Dessa forma, encontramos crianças, adolescentes e jovens associados à desordem e ao perigo, sob os quais se fazia necessário “vigiar e punir”. Assim como também, identificamos crianças, adolescentes e jovens que recebiam um outro tipo de tratamento, sob os quais se fazia necessário investir na educação e proteção. Com base nos estudos de Novaes e Vannuchi (2004, p.38-39), temos:

Por muito tempo, pelo menos até os anos 1960, a visibilidade, da juventude no Brasil ficou restrita a jovens escolarizados de classe média, situação que condensava o significado da condição juvenil, o debate se dirigia então para o papel que os jovens [...] Depois, durante o último quarto do século passado, o foco da preocupação ficou centrado na questão das crianças e adolescentes em situação de risco, que emergiu como um tema de extrema gravidade, desencadeando tanto uma onda de pânico social como uma importante mobilização em torno da defesa dos direitos destes segmentos. Isso polarizou o debate no que diz respeito a juventude, fazendo com que este termo, por muito tempo, se referisse ao período da adolescência, muitas vezes como algo indistinto da infância. Os jovens propriamente ditos ficaram fora do escopo das ações e do debate sobre direitos e cidadania.

É válido ressaltar que ao buscarmos estudos sobre a história da juventude no Brasil, esbarramos com uma história que retrata apenas sobre a infância e adolescência, uma vez que o uso do termo juventude tem sido algo recente – seja nos estudos acadêmicos, nas políticas públicas e nas legislações brasileiras. Como exemplo, a autora Irene Rizzini (1997) apresentou um pouco sobre a história desses sujeitos, utilizando os termos: infância, criança, adolescência, adolescentes, menor, dentre outros.

A referida autora retrata também sobre essa visão ambivalente, em relação a esses sujeitos, visão essa formada no final no século XIX. Segundo Rizzini (1997), ao lado do sujeito bom, educado e cuidado, estava o outro, o

abandonado, o perigoso, o marginalizado, mais conhecido como *menor*<sup>6</sup>. Nas palavras da autora, temos:

[...] Tal opção implicou na dicotomização da infância: de um lado, a criança mantida sob os cuidados da família, para a qual estava reservada a cidadania; e do outro, o menor, mantido sob a tutela vigilante do Estado, objeto de leis, medidas filantrópicas, educativas /repressivas e programas assistenciais [...] (Rizzini, 1997, p.35)

Portanto, realidades desiguais são vivenciadas por jovens brasileiros em diferentes períodos históricos. Apesar disso, independente do período ou classe social, a juventude brasileira, tem sido percebida como alguém que precisa ser preparado e/ou, em alguns momentos, disciplinado. É nessa perspectiva que a história desses jovens perpassa por diferentes instituições tais como: escolas, orfanatos, escoteiros, conventos, centros educacionais e os mais diversos espaços que consistiam em discipliná-los.

O disciplinamento desses indivíduos fomenta-se na ideia de que o corpo disciplinado é capaz de gerar os frutos que a sociedade almeja. Para tratar sobre os efeitos do disciplinamento, recorreremos a Foucault (1987, p.143), em que expõe:

O poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo [...]. A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que a partir de seu próprio excesso pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente [...]

Então, de proteção à objeto de controle e disciplinamento, a criança, o adolescente e – no caso do nosso estudo – o jovem, passam a ser reconhecidos como o futuro da nação. Ao final do século XIX e em meados do século XX, aumentou a preocupação com a *criminalidade infantil*, sendo necessárias providências *para combatê-la*. Até os dias atuais essa associação da juventude à criminalidade e transgressão ainda se faz recorrente, principalmente ao que concerne aos jovens das periferias brasileiras.

---

<sup>6</sup> Este termo está associado à ideia de *menor*-idade, no entanto, o conceito *menor* foi deturpado, passando a ser usado de maneira pejorativa para referir-se às crianças que estão “à margem” da sociedade.



Por conseguinte, o sentimento de proteção à infância, adolescência e juventude, passa a ganhar espaço na sociedade brasileira. Foi na década de 80 que eclodiram intensas lutas dos mais diversos movimentos sociais, em busca de direitos sociais e de uma Constituição mais cidadã. Dentre as exigências desses movimentos, estava a efetivação de uma legislação no que concerne a crianças e adolescentes. Trata-se da incorporação dos princípios básicos da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, na elaboração da Constituição Federal<sup>62</sup>, de 05 de outubro de 1988, garantindo importantes conquistas de direitos fundamentais para crianças e adolescentes, bem como, para a sociedade como um todo. As pressões dos movimentos sociais motivaram a inclusão de artigos específicos para crianças e adolescentes, na Constituição Federal de 1988 (artigos 226 a 230). Dando destaque para o artigo 227, dispomos:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar comunitária. (CF/88, art. 227)

É a partir de então, que crianças e adolescentes passam a ser vistos como cidadãos, cujos direitos precisam ser previstos em leis. Assim, o estabelecimento de artigos que tratem especificamente sobre direitos de crianças e adolescentes, promovem aos mesmos uma maior segurança independente de gênero, raça/etnia ou classe social. De acordo com as autoras Cordeiro et al. (2014, p. 33-34) observamos:

A partir da constituição federal de 1988 (Brasil, 1988), o Brasil conta com uma legislação extremamente inovadora com relação a direitos de crianças e adolescentes: é que pela 1ª vez em nosso país, todas as crianças e todos os adolescentes têm garantidos, por lei, todos os direitos, independente de qualquer critério, tais como classe socioeconômica, gênero e orientação sexual, raça e etnia, religião, local de nascimento e de moradia, deficiência ou transtorno mental.

A elaboração da Constituição Federal impulsionou a implementação de outras leis fundamentais na defesa de direitos de crianças e adolescentes e, posteriormente, de jovens. Destarte, esse processo foi significativo na aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069, de 13 de julho de

---

<sup>62</sup> Denominada de Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sua elaboração e implementação foi resultado de um amplo movimento de redemocratização do país, envolvendo diversos atores sociais, inclusive representantes do movimento em defesa de crianças e adolescentes e Movimento de Meninos e Meninas de Rua. O debate sobre a Constituição estará presente em vários momentos no decorrer deste estudo.

1990, considerado historicamente um dos maiores avanços na história de crianças e adolescentes no Brasil. O ECA vem à tona para regulamentar e implantar as proposições inferidas na Constituição de 1988, no que diz respeito às crianças e aos adolescentes. O referido documento tem promovido – mesmo que de uma forma muito morosa – uma revolução nas áreas jurídica, social e política.

Assim, este regulamento trouxe a criação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como avanços nas políticas sociais destinadas a esse público. Com o advento do ECA, há o fortalecimento da imagem de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Além disso, o referido documento considera esses indivíduos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento sob os quais deve ser estabelecida uma proteção integral (ABRAMO, 2005). Além do ECA, houveram tantos outros documentos legais elaborados que asseguram direta ou indiretamente direitos de crianças e adolescentes. De acordo com Cordeiro et al. (2014, p.35) podemos verificar:

Além da CF de 1988 e do ECA, há outros documentos legais que dizem respeito diretamente a assegurar direitos de crianças e adolescentes dos quais são exemplos: Lei de Diretrizes e Bases da Educação conhecida como LDB; Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que regulamenta a assistência social como direito, pela 1º vez no Brasil; SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, e Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária.

Porém, é válido ponderar que o simples estabelecimento e implementação de leis que defendem esses direitos não se faz suficiente para que os mesmos sejam garantidos. É necessário ainda, um conjunto de instituições que possam fiscalizar e colocar essas leis em prática. O fato do país ter implementado um aparato legislativo, não significou uma efetividade na constituição de políticas públicas para crianças e adolescentes; uma vez que pesquisas (FÓRUM DCA, 2017) apontam que as políticas públicas para esses sujeitos, no Brasil, ainda são defasadas e insuficientes.

No que concerne à juventude brasileira, essas leis ainda não contemplam totalmente as suas necessidades e demandas. O ECA, por exemplo, não contempla os jovens brasileiros nas suas prerrogativas. Assim, apenas a

efetivação do ECA não seria suficiente para tratar sobre esses indivíduos, pois o mesmo apenas se refere a crianças de 0 a 12 anos e adolescentes de 13 a 18 anos. Salvo algumas exceções em que se trata aos sujeitos na faixa etária até os 21 anos (como no caso de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas).

Portanto, essa legislação não seria o bastante para abranger toda a faixa etária a que se refere a juventude. É nesse sentido que, em 05 de agosto de 2013, é colocado em vigor a Lei 12.852 que institui o Estatuto da Juventude. O referido documento, estabelece como juventude todos os sujeitos na faixa etária entre 15 e 29 anos. Conforme podemos observar no art. 1º desse Estatuto:

§1º Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

§ 2º Aos adolescentes com idade entre 15 e 18 anos aplica-se a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA), e e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente”. (BRASIL, 2013a, p. 09-10)

O Estatuto da Juventude é um importante documento não apenas para delimitar a faixa etária da juventude brasileira, mas, principalmente para ser um aparato legal desses sujeitos, especialmente, no que diz respeito à proteção de seus direitos e ao fortalecimento de suas identidades e diversidade, tanto individual, como coletiva (BRASIL, 2013a). Através desse documento, são sugeridas políticas públicas direcionadas à juventude.

O referido estatuto compõe uma das conquistas adquiridas pelos jovens brasileiros nessas últimas décadas, dentre as demais conquistas temos: a constituição da primeira Comissão Especial de Políticas Públicas da Juventude, a Secretaria Nacional da Juventude, o Plano Nacional da Juventude, dentre outras. Dentre os programas impulsionados por esses segmentos está o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) que, segundo a autora Abramo (2014, p.120):

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), um programa de caráter emergencial, inicialmente voltado para jovens de 18 a 24 anos que não concluíram o ensino fundamenta. A originalidade do pro-jovem está em seu projeto pedagógico, quer articula escolaridade, preparação para o mundo do trabalho e participação cidadã.

Essas são algumas das conquistas da juventude brasileira, após anos de exclusão e discriminação. Elas são frutos também, da luta dos movimentos

sociais – compostos em sua maioria por jovens – que apareceram e se expressaram de diferentes formas e faces conforme cada período histórico. Os jovens no Brasil vêm aderir e ocupar cada vez mais espaços, seja na escola, nos cursos técnicos, nas universidades, nos esportes, nos espaços de cultura e lazer e, nas mobilizações sociais (MACHADO, 2004, p.03)

A participação de jovens em espaços de lutas e conquistas tem sido recorrente na sociedade brasileira. Ressaltamos aqui a participação da juventude nos movimentos de rua, em manifestação pelo impeachment do presidente Fernando Collor de Melo, em 1992, nomeado na época como os cara-pintadas. De lá até então, a juventude vem se inserindo em outros movimentos sociais e políticos. Vale mencionarmos também, a efetiva participação nas manifestações do Movimento Passe Livre, em 2013, tendo a participação significativa de jovens mobilizados pelo Movimento Estudantil<sup>40</sup>. Foi através das lutas desses movimentos, e de tantos outros, que se fez possível a efetivação do aparato legal possibilitando o direcionamento de políticas públicas voltadas para a juventude.

Esses movimentos foram fundamentais para estabelecer um novo olhar sobre a juventude na sociedade contemporânea, como sujeitos de direitos. A partir de então, esses sujeitos têm buscado apoio dos governos, das Organizações não governamentais – ONGs e demais instituições da sociedade civil, com intuito de alcançar novas possibilidades. Para tanto, ao pensarmos em políticas sociais para a juventude, se faz necessário ter compreensão sobre a história desses sujeitos, pois essa história muda conforme a classe, raça/etnia, gênero, cultura e período histórico no qual esses sujeitos estão inseridos. Segundo a autora Sposito (1997, p.38), temos:

É preciso reconhecer que, histórica e socialmente, a juventude tem sido encarada como fase de vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados ‘problemas sociais’, mas o modo de apreensão de tais problemas também muda. Assim, se nos anos 60, a juventude era um ‘problema’ na medida em que podia ser definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações essencialmente situado sobre o terreno dos comportamentos éticos e culturais, a partir da década de ‘70’ os problemas de emprego e de entrada na vida ativa tomaram progressivamente a dianteira nos estudos sobre a juventude quase a transformado em categoria econômica [...]

---

<sup>40</sup> Dados extraídos do site: <https://educacao.uol.com.br/bancoderedacoes/o-que-muda-no-pais-apos-as-manifestacoes-populares.jhtm>, acesso em 16/01/2017.

Por fim, ainda é preocupante a forma como a sociedade brasileira e o poder público lida com sua juventude. Os jovens brasileiros vivenciam condições de vida desiguais e, portanto, recebem medidas, políticas e cuidados diferentes. Na mesma medida em que lhes “são dada” a proteção, também lhes é cobrado que atendam às expectativas e promessas de um futuro promissor.

Sobretudo, para pensarmos a juventude brasileira é preciso compreendermos suas histórias, suas vivências, seus projetos, seus sonhos. É preciso entender que a juventude brasileira não é uma só, ela é perpassada por diferentes modos de vida, ela é composta por diferentes juventudes.

### 2.3 O TRABALHO SOB A ÓTICA DA JUVENTUDE

*A função primeira do trabalho é a busca da satisfação de determinadas necessidades (imediatas ou mediatas). Essa atividade já imprime nos sujeitos que a realizam um processo de aprendizagem, de desenvolvimento de habilidades humanas e de conhecimento da realidade em que atuam [...] Trata-se de uma atividade que, de uma maneira ou de outra, põe o homem em relação consigo e com o outro.*

(ARAÚJO, 2007, p. 98)

Este tópico traz em si, a realidade sobre juventude e trabalho, abordando como se dá a inserção socioproductiva dos jovens brasileiros, dentro de um contexto de novas relações trabalhistas e de precarização do trabalho; realidade essa que perpassa o nosso cotidiano, dificultando o acesso de jovens ao mundo do trabalho.

Por conseguinte, temos que o trabalho, nas sociedades atuais, tem tomado um novo propósito na vida dos indivíduos. Propósito este que está para além da sobrevivência, estando muito mais próximo a um *status* de ascensão social. Trabalhar então, passa a ser um ato de reconhecimento, um passaporte, uma identificação. Não diferentemente, os jovens também querem fazer parte do mundo do trabalho, sendo essa uma estratégia de obterem reconhecimento. De acordo com Bourdieu (1983, p.115), observamos:

[...] Ainda hoje uma das razões pelas quais os adolescentes das classes populares querem abandonar a escola e começar a trabalhar muito cedo, é o desejo de aceder o mais rapidamente possível ao estatuto de adulto e às capacidades econômicas que lhes são associadas: ter dinheiro é

muito importante para se afirmar em relação aos colegas [...] para poder sair [...] para ser reconhecido [...]

Segundo pesquisa sobre a condição juvenil no Brasil (ABRAMO, 1996), os motivos que levam os jovens a ingressarem no mercado de trabalho são os mais diversos. A necessidade apareceu no referido estudo como a motivação principal, seguida de outros fatores tais como independência, crescimento pessoal, autorrealização, dentre outros. Assim, seja por sobrevivência, necessidade, *status*, bem-estar ou consumo, o trabalho vem ocupando importante espaço na vida humana.

Para entender como se dão as relações de trabalho na atualidade, e como esse processo se configura para a juventude, se faz necessário compreendermos o contexto histórico sobre a categoria trabalho. Portanto, ao recorrermos à história do mundo dos homens, podemos perceber que nas épocas mais remotas, o homem transformava a natureza para atender as suas necessidades. Para o autor Sergio Lessa (2012a), não pode haver existência social sem trabalho, ou seja, o trabalho é o que distingue os homens das demais esferas. A partir do desenvolvimento das forças produtivas (trabalho) e da transformação das relações sociais, os homens passaram a se organizar em sociedade e, ao longo dos anos, tornou-se comum a exploração dos homens pelos próprios homens.

Assim, a primeira forma de organização socioprodutiva em que consta a exploração dos homens pelos homens, tratou-se da sociedade escravista. Nesse modelo de sociedade, os escravos produziam apenas o necessário para sua sobrevivência e o necessário para o aumento da riqueza dos seus senhores. Nas palavras do autor Lessa (2012), podemos verificar melhor como era organizado esse modelo de sociedade:

As sociedades escravistas [...] se caracterizam pela existência de duas classes sociais antagônicas: os senhores de escravos e os escravos. Já que toda a produção dos escravos pertencia ao seu senhor, aos escravos não interessava o aumento da produtividade. [...] e a única forma de aumentar a riqueza dos senhores de escravos era aumentar a quantidade de escravos pela conquista de enormes impérios. (LESSA, 2012, p.38)

Após o fracasso da sociedade escravista, surge um novo modelo de organização social, o feudalismo. Porém, na sociedade feudal, a exploração do

homem pelo homem também se faz presente. Esse modelo social também é dividido em duas classes: o servo e o senhor feudal. O servo é responsável por toda a produção, mas diferentemente do escravo, o mesmo fica com uma parcela daquilo que produz (LESSA,2012).

Com o aumento do número de servos e com a produção sendo maior que o consumo, esse modelo de sociedade também não se manteve, dando origem a outro tipo de organização socioprodutiva, aquela que prevalece até a contemporaneidade: a sociedade capitalista. Aqui, a exploração do homem pelo homem ainda se faz presente através de dois modelos de classes sociais predominantes: burguesia e proletariado.

Nesse modelo de organização social, a exploração, a desigualdade e a contradição são fundamentais para a manutenção da ordem (LESSA, 2012). É válido ressaltar que, com a sociedade capitalista, há um maior desenvolvimento das forças produtivas, e esse desenvolvimento ganha maior ênfase com o advento da Revolução Industrial. Essa é a mola motor para que o homem passe a desenvolver técnicas e adquirir habilidades nunca antes experimentadas, e a partir daí o desenvolvimento apenas cresce e se expande. Na sociedade capitalista, o foco é a apropriação da força de trabalho humana, com o intuito de auferir lucros (mais-valia). Essa sociedade é movida pelo esquema: produção-circulação-consumo, no qual o valor de troca das mercadorias é mais importante que o valor de uso. É nesse sentido que o consumo exacerbado passa a ser a grande necessidade do capital (IAMAMOTO, 2010a).

A exploração dos trabalhadores, as transformações nas relações de trabalho e as desigualdades sociais, são determinantes para a organização e manutenção do modo de produção capitalista. Assim sendo, as relações desiguais entre burgueses e proletariados, ricos e pobres, brancos e negros, homens e mulheres, adultos e crianças/adolescentes, são necessárias. Em lamamoto (2010a, p.143), observamos:

[...] A necessidade de redução de custos para o capital revela-se na figura do trabalhador polivalente, em um amplo enxugamento das empresas, na captação da mais-valia das empresas terceirizadas [...] a reestruturação produtiva afeta radicalmente a organização dos processos de trabalho: o consumo e gestão da força de trabalho, as condições e relações de trabalho, assim como o conteúdo do próprio trabalho. Envolve a intensificação do trabalho e a ampliação da jornada,

a redução dos postos de trabalho e a precarização das condições e dos direitos do trabalho. Reduz-se a demanda de trabalho vivo ante o trabalho passado incorporado nos meios de produção, com elevação da composição técnica e de valor do capital, ampliando o desemprego estrutural.

Dentro dessas relações, a valorização da mercadoria e a banalização do humano são condições *sinequa non* para a manutenção desse modo de organização social. Conforme expõe Iamamoto (2010a, p. 37):

[...] Reafirma-se a hipótese antes referida que o predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz da questão social na era das finanças. Atesta o caráter radical da alienação que conduz à invisibilidade do trabalho – e dos sujeitos que o realizam – subordinando a sociabilidade humana às coisas: ao capital dinheiro e ao capital mercadoria, potenciando, simultaneamente, as contradições de toda ordem e as necessidades sociais radicais.

Vivemos na atualidade em uma sociedade marcada pelo contexto do modo de organização capitalista, permeada pela reestruturação produtiva, pela flexibilização das relações de trabalho, pela fetichização do dinheiro, pela expansão dos subempregos e pelo desemprego estrutural. Dentro desse contexto, apontamos ainda a problemática da inserção de jovens no mercado de trabalho.

No Brasil, o ingresso precocemente de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, como estratégia para contribuir financeiramente com suas famílias, ainda é uma realidade recorrente, o que agrava por consequência, sua situação de pobreza. Segundo os autores Oliveira e Sousa (2013, p.98-99) temos:

Existe ainda, no Brasil, um grande número de crianças, adolescentes e jovens que enfrentam a dura realidade do trabalho precoce. A estimativa é o número aumentar em razão do agravamento da pobreza estrutural do país e do risco de intensificação das desigualdades sociais, que empurram cada vez mais esse contingente para o mundo do trabalho de uma forma precária, muitas vezes sem nenhum critério de avaliação. Desta forma, os adolescentes e jovens acabam sendo mão de obra fácil e barata a ser cooptada pelo mercado.

No entanto, é válido ressaltarmos que, o quanto antes esse jovem ingressa no mercado de trabalho, menor será a possibilidade de competir com os indivíduos mais escolarizados, restando para ele oportunidades de empregabilidade precárias, reforçando cada vez mais o ciclo da pobreza. Nas palavras de Alves e Paulo (2013, p.211), podemos observar:



[...] Conforme ressalta a OIT (2010, p.10), um jovem que inicia sua trajetória laboral prematuramente, é quase certo que não conclui uma educação suficiente e, portanto, estará fadado a trabalhar em troca de uma baixa remuneração, em situação de desvantagem para prosperar e para dar a seus filhos menores oportunidades melhores do que as que teve.

A escola aparece então com o papel de disciplinamento e preparação profissional da juventude. Ou seja, a escola pode ser considerada como a primeira instituição de qualificação profissional dos jovens, sendo essa qualificação fundamental no ingresso (ou não ingresso) desses sujeitos no mercado de trabalho. Atentamos aqui ao “não ingresso” no mercado de trabalho, pois pesquisas<sup>41</sup> apontam que quanto menor a escolaridade dos indivíduos, maior é a possibilidade de não ingressarem nesse mercado.

Assim, dados atuais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD, referente ao segundo trimestre de 2017, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apresenta que apenas 13% da população em idade de trabalhar, havia concluído o nível superior. O referido documento ressalta que, na região nordeste, esse dado ainda é mais agravante, gerando em torno de 8,2%. Mais preocupante é analisarmos o número de desempregados (desocupados) de acordo com a formação escolar. Conforme os dados da PNAD, a taxa de desocupação de pessoas com ensino médio incompleto chega a 21,8%, sendo superior à taxa de desocupação de pessoas com nível superior incompleto (14,0%) ou nível superior completo (6,4%). Esses dados denotam que as pessoas com menor escolaridade possuem maior dificuldade em ingressar no mercado de trabalho.

Contudo, o avanço tecnológico na sociedade capitalista passou a exigir uma maior qualificação dos trabalhadores e, por consequência, dos jovens. Se em épocas anteriores a conclusão do período escolar era suficiente para o ingresso no mercado de trabalho, atualmente essa realidade mudou, exigindo maior qualificação profissional dos indivíduos (cursos técnicos, graduação, pós-graduação). A educação, no caso do Brasil, aparece como condição *sine qua non*

---

<sup>41</sup> Aqui nos referimos à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD, do segundo trimestre de 2017, disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html>, cujo acesso foi realizado em 16/10/2017.

para o ingresso no mundo do trabalho. De acordo com Santos (2013, p.79) verificamos:

A educação, neste sentido, vem sendo quase sempre concebida nos discursos governamentais e não governamentais como aquela que contribuirá para que o jovem obtenha maiores chances de mobilidade social e de ascensão na trajetória ocupacional [...] grande parte das ações federais do governo está voltada aos jovens pobres e são entendidas como políticas de inclusão social, tendo como base a inserção desse público no mercado de trabalho, a elevação da escolaridade e a oferta de qualificação profissional [...]

É nessa perspectiva que iniciativas governamentais e não governamentais – ou até mesmo iniciativas privadas – precisam ser desenvolvidas, tendo como foco a preparação de jovens para o ingresso no mundo do trabalho. A nível governamental, algumas iniciativas têm sido tomadas com foco na preparação e qualificação profissional desses jovens. Dentre elas podemos citar: o Programa Agente Jovem, colocado em prática no final de 1990; seguido pelo Programa Meu Primeiro Emprego, idealizado na primeira década de 2000; até chegar ao Programa governamental Pró-Jovem; e, mais recentemente – com incentivo e pressão do empresariado brasileiro, passando a exigir uma mão-de-obra mais qualificada – houve a criação de um programa federal de qualificação técnica, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC (MORETTO e REMY, 2013).

Assim, conforme o conhecimento vai passando a ser um requisito necessário para o ingresso no mercado de trabalho, cada vez mais esse ingresso vai sendo adiado. O ensino superior ou mesmo o ensino técnico vem adquirindo cada vez mais importância na nossa sociedade, porém, eles levam os indivíduos a ingressarem mais tardiamente no mundo do trabalho. De acordo com Santos (2013, p. 75), nos deparamos atualmente com a seguinte realidade:

Num ambiente de ‘salve-se quem puder’, jovens e adultos tem competido de modo desigual os escassos empregos existentes. Os primeiros, mesmo com o grau de escolaridade e as qualificações necessárias, pecam pela falta de experiência; os segundos, embora cobertos pela sabedoria tácita, pecam pelo afastamento das salas de aulas. Ambos sofrem preconceito, uns por serem jovens demais; outros por terem atingido certa idade. Todavia, neste cabo de guerra, constata-se que os jovens enfrentam uma precariedade do trabalho superior à dos adultos – vivem uma situação com maiores taxas de desemprego, maior informalidade e menores rendimentos [...]

No entanto, a nível de Brasil, vivenciamos uma realidade de jovens com pouca qualificação profissional, ingressando no mundo do trabalho precocemente, para atender suas demandas e demandas de suas famílias. Jovens esses que se submetem aos postos de trabalho mais precarizados, com baixas remunerações e sem nenhuma garantia trabalhista. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT, conforme seu relatório anual sobre tendências do emprego no mundo, referente ao período de 2013, temos que:

[...] a juventude tem sido um dos grupos mais afetados pela crise mundial, a ponto de muitos jovens terem desistido de procurar emprego. Aqueles que encontram uma vaga submetem-se a trabalhos ainda mais precarizados, com jornada por tempo parcial e temporário, ou com vínculos de trabalho informais [...] a taxa mundial de desemprego juvenil foi estimada pela OIT em 12,6% para 2013 – a mais alta taxa desde o início da crise de 2008 – o que significa 73 milhões de jovens desempregados ao redor do mundo. Aprevisão é de que essa taxa continue alta (12,8% em 2018). Significa que a chance de um jovem poder estar desempregado é três vezes maior que a dos adultos [...] (MACAMBIRA e ANDRADE, 2013, p. 193 e 194)

De acordo com dados atuais, oriundos do relatório “O emprego no mundo e perspectivas sociais – tendências 2016”<sup>42</sup>, a perspectiva de empregos para os anos de 2016 e 2017 continuam declinando. Assim, enquanto nos países desenvolvidos os níveis de desemprego passam a cair, nos subdesenvolvidos como o Brasil, esse número só aumenta. O referido relatório prevê um aumento para mais de 700 mil desempregados no país, entre o período de 2016 e 2017. Conforme o documento supracitado, temos:

Based on the most recent economic growth projections, the number of unemployed globally is forecast to rise by about 2.3 million in 2016, with an additional 1.1 million unemployed in 2017. Most of this increase in unemployment will take place in emerging economies, which are anticipated to add over 2.4 million to the tally of jobless in 2016 and another 1.4 million in 2017. Emerging economies predicted to contribute the greatest number to this total are Brazil (0.7 million) and China (0.8 million). Similarly, developing economies will see an increase in unemployment levels of 1 million over the two-year period. In other words, in emerging and developing economies, the number of jobless is expected to rise by 4.8 million over the next two years. Some of that increase will be offset by continued improvements in developed

---

<sup>42</sup> O relatório “O emprego no mundo e perspectivas sociais – tendências 2016”, está disponível no site da OIT, no endereço: <http://cite.gov.pt/pt/destaques/noticia479.html>, com acesso em agosto de 2017.

economies, where unemployment levels are anticipated to fall by 1.4 million (BRASIL, OIT, 2016)<sup>43</sup>

Destarte, quando o desemprego se instala no Brasil, os primeiros a serem atingidos são os jovens. De acordo com Macambira e Andrade (2013), em épocas de recessões os jovens são sempre os últimos e os primeiros, “[...] os últimos a serem contratados e os primeiros a serem demitidos”. É diante dessa realidade que observamos atualmente um alto índice de desemprego e subemprego que perpassa a realidade da juventude brasileira. Dados da PNAD apontam que, nos últimos anos (2015 e 2016), o desemprego atingiu mais aos jovens que aos demais estratos sociais da nossa população. Segundo a referida pesquisa, a taxa de desemprego para a faixa etária entre 14 e 17 anos chega a 39,7%<sup>44</sup>.

As transformações pelas quais a economia brasileira vem passando repercutem na ampliação do número de jovens desempregados. Diante dessa conjuntura, o desenvolvimento de políticas que atuem efetivamente na empregabilidade dos jovens se faz necessário. Não obstante, em 19 de dezembro de 2000, foi sancionada a lei 10.097, conhecida como lei da aprendizagem, a qual prevê que empresas de médio e grande porte devem contratar jovens na condição de aprendizes. Essa lei estabelece os 14 anos como idade mínima para o ingresso no programa de aprendizagem e 24 anos como idade máxima para encerramento do contrato. Segundo o artigo 428 da referida lei, temos:

Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas

---

<sup>43</sup> Tradução do texto da OIT: Com base nas projecções de crescimento econômico mais recentes, prevê-se que o número de desempregados a nível mundial aumente cerca de 2,3 milhões em 2016, com mais 1,1 milhões de desempregados em 2017. A maior parte deste aumento do desemprego ocorrerá nas economias emergentes, acrescentando mais de 2,4 milhões ao total de desempregados em 2016 e outros 1,4 milhões em 2017. As economias emergentes que prevêem contribuir para este total são o Brasil (0,7 milhões) e a China (0,8 milhões). Da mesma forma, as economias em desenvolvimento verão um aumento dos níveis de desemprego de 1 milhão ao longo do período de dois anos. Em outras palavras, nas economias emergentes e em desenvolvimento, o número de desempregados deverá crescer 4,8 milhões nos próximos dois anos. Parte desse aumento será compensado por melhorias contínuas nas economias desenvolvidas, onde os níveis de desemprego deverão cair 1,4 milhões.

<sup>44</sup> Dados extraídos do site: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/02/1861571-um-quarto-dos-jovens-de-18-a-24-anos-estao-desempregados.shtml>, com acesso em 16/10/2017.

necessárias a essa formação.(Vide art. 18 da Lei nº 11.180, de 2005)  
(BRASIL, LEI DA APRENDIZAGEM, 2000)

Além disso, atualmente no Ceará, iniciativas governamentais estão sendo executadas com foco na demanda de inserção socioproductiva de adolescentes e jovens. Dentre elas citamos o Projeto Primeiro Passo, desenvolvido através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Governo do Estado do Ceará – STDS. O Primeiro Passo prevê a inclusão social e profissional de jovens com faixa etária entre 16 e 22 anos, viabilizando o ingresso desses sujeitos no mercado de trabalho através de três linhas de ação: Jovem Aprendiz, Jovem Estagiário e Jovem Bolsista.<sup>45</sup>

Diante do que foi exposto, é importante ressaltar que tivemos avanços e retrocessos no que se refere à história do trabalho para a juventude brasileira. Avanços no sentido de efetivação de algumas políticas públicas de incentivo à qualificação e profissionalização desses indivíduos; como também relativo às mudanças na legislação brasileira – proibindo o estímulo ao trabalho infantil e garantindo a inserção socioproductiva para adolescentes e jovens na condição de aprendizes.

Já com relação aos retrocessos, podemos destacar que essas oportunidades não são suficientes para alcançar a todos os jovens que delas necessitam. Pois os jovens continuam à procura das mais diversas formas de inserção socioproductiva, seja através do mercado de trabalho formal ou informal. Além dessas, outras estratégias de geração de renda podem aparecer em meio a essa conjuntura (tais como trabalho infantil, tráfico, exploração sexual, dentre outras). Entretanto, esse tópico não conclui aqui a discussão sobre a inserção socioproductiva da juventude, uma vez que ainda serão abordados nesse estudo sobre diferentes estratégias buscadas por esses indivíduos para atender suas necessidades.

---

<sup>45</sup> Dados extraídos do site <http://www.stds.ce.gov.br/index.php/projetos/63-projetos/282-pimeiro-passo>, com acesso em 18/01/2017.

## 2.4 DIFERENTES FORMAS DE VER E VIVER A SEXUALIDADE NA JUVENTUDE

*[...] Não se fala menos do sexo, pelo contrário. Fala-se dele de outra maneira: são outras pessoas que falam, a partir de outros pontos de vista e para obter outros efeitos [...]*

(FOUCAULT, 1988, p. 33)

Como mencionado nos tópicos anteriores, existem alguns aspectos associados à fase da infância, adolescência e juventude. A faixa etária, conforme relatado, foi um desses aspectos utilizados para se remeter a diferentes períodos de cada uma dessas fases.

Assim como a faixa etária, a puberdade, seguida da iniciação sexual aparecem ao longo da história como aspectos fundamentais para representar as mudanças entre infância-adolescência-juventude. É fato que, em nossa sociedade, as mudanças biológicas representam uma nova fase na vida dos indivíduos. Mediante ao que expõe Bozon (2004, p. 65-66), temos que:

A ocorrência de eventos da puberdade é uma necessidade prévia para a entrar na idade do flerte. A primeira menstruação assume um papel de indicador biológico e individual para as moças e constitui um ponto de partida socialmente aceito para os primeiros interesses afetivos. Nos anos 1990, a idade para a primeira menstruação caiu para os 12 anos, ou seja, três anos a menos do que o início do século. O desenvolvimento da puberdade para os rapazes é pobre em acontecimentos tão memoráveis; a primeira masturbação [...] é para estes uma espécie de ato inaugural de interpretação ambígua [...] que envolve uma atividade de fantasia. Dois terços dos rapazes se masturbam antes de dar o primeiro beijo [...]

Não obstante, a puberdade em si, vivenciada por adolescentes/jovens, se refere a mudanças corporais. Já a iniciação sexual, que perpassa a vida desses sujeitos, vai para além dessas mudanças, sendo associada ao exercício sexual. Desse modo, por mais que ambas (puberdade e iniciação sexual) estejam bem próximas, existe uma diferenciação entre as duas. Ao tratar sobre as modificações corporais vivenciadas nessa fase da vida Telles e Bruno (2006, p.211) especificaram:

As modificações biológicas constituem a parte da adolescência denominada puberdade, caracterizada principalmente pela aceleração e desaceleração do crescimento físico, mudanças da composição corporal,

eclosão hormonal, envolvendo hormônios sexuais e evolução da maturação sexual [...]

No que concerne à iniciação sexual, temos que a mesma está relacionada à experimentação de atos sexuais, podendo ocorrer de forma diferente a depender da cultura, período histórico, classe, raça/etnia e gênero de cada indivíduo. Ela consiste em um rito de passagem, em uma nova forma de se constituírem relacionamentos, sendo vivenciada e permitida conforme a faixa etária estabelecida por cada sociedade. Ao tratar sobre a iniciação sexual vivenciada por adolescentes e jovens, os autores Castro, Abramovay e Silva (2004, p.69) apontam que:

Em se tratando de jovens, a iniciação sexual, é socialmente percebida como um rito de passagem, cujos contornos ainda não estão claramente definidos. Passagem para quê? Considera-se que a criança é dependente de uma cultura nucleada na família. Mas os adolescentes/jovens ao se iniciarem na sexualidade, passam a ser considerados, pelo menos nesse aspecto, como adultos. O jovem vive a ambiguidade de ser então sexualmente adulto e em situações de dependência nas dimensões econômicas e familiares, entre outras.

Ambas, puberdade e iniciação sexual são fundamentais para entender como se constitui a vivência da sexualidade humana. Por conseguinte, para tratar sobre a temática da sexualidade, se faz fundamental compreendermos todo esse contexto pois, na nossa história a sexualidade vem sendo associada ao corpo, ao prazer, à satisfação de necessidades fisiológicas como tantas outras, tais como a fome e a respiração (TELLES e BRUNO, 2006). Porém, com o passar dos anos, ela vem sendo compreendida e percebida como uma construção social.

Ao longo da história, a sexualidade foi associada a aspectos biológicos que passam a ser mais evidentes nas fases da infância/adolescência/juventude. Assim, enquanto a puberdade vem sendo tomada como processo de mudanças corporais, e a iniciação sexual vem sendo percebida como algo relacionado ao ato sexual (principalmente à primeira experiência sexual), a sexualidade, por sua vez, vai para além desses conceitos.

Para tratar sobre essa associação e ao mesmo tempo sobre a diferenciação entre puberdade, iniciação sexual e sexualidade, se fez necessário compreendermos, mesmo que brevemente, sobre do que se tratam esses termos. O termo puberdade, apresentado no decorrer desse texto trouxe uma relação intrínseca aos aspectos biológicos. Já o termo iniciação sexual, nos aparece

como algo “impreciso”, podendo representar significações diversas tais como descreve Marinho (2006, p.34-35):

[...] por vezes descrita como primeira experiência sexual ou início da atividade sexual, tem sido assumida no contexto das relações heterossexuais como o primeiro coito vaginal ou a primeira relação sexual completa (FERRAZ et al, 1992), primeira transa (CASTRO, ABRAMOVAY e SILVA, 2004) ou simplesmente primeira relação sexual interativa [...]

Já o termo sexualidade, pode ser compreendido de uma forma mais ampla, perpassando outros aspectos vivenciados pelos indivíduos, aspectos esses não apenas sexuais e biológicos, mas também sociais, mentais, dentre outros (FOSSEY, 2011). Assim, temos que crianças, adolescentes, jovens, adultos/as, idosos/as vivenciam sua sexualidade, cada um/a de uma forma diferente, forma essa que se diferencia não apenas pela idade, mas também pelo gênero, classe, raça/etnia a que cada um/a pertence.

Como descreve Nascimento e Gomes (2009, 1102): “[...] A sexualidade é uma das dimensões do ser humano que envolve uma complexidade que perpassa gênero, identidade sexual, orientação/preferência sexual, erotismo, envolvimento emocional, fantasias, desejos, crenças, valores, atitudes”. Temos aqui que a sexualidade está para além do ato sexual em si mesmo, e envolve diferentes aspectos na vida dos indivíduos. Mas, como ressaltado anteriormente, o termo sexualidade nem sempre foi percebido sob essa ótica, isso porque, a princípio, o mesmo era utilizado para se referir a tudo que se trata sobre a reprodução humana (órgãos genitais, aparelho reprodutor, ato sexual). De acordo com os autores Tibúrcio, Pereira e Nóbrega (2006 p. 212-213) podemos observar:

Sexualidade refere-se a toda a série de excitações e atividades presentes desde a infância e que procuram prazer irreduzível na satisfação de uma necessidade fisiológica fundamental, como ocorre com a fome, a respiração e o amor. É uma ampla função cuja finalidade é o prazer, e num outro plano a procriação. A sexualidade vai assumindo formas de acordo com a idade que vai assumindo [...]

O estudo sobre a sexualidade não é algo novo, por mais que os escritos sobre esse assunto tenham auferido mais ênfase nas últimas décadas. A sexualidade é algo presente ao longo da história e da vida dos seres humanos. Os autores supracitados ressaltam que existem registros sobre sexualidade desde a época primitiva e cada registro sobre essa temática retrata as diferentes



formas que a mesma é vivenciada em cada sociedade. Desse modo, por mais que os escritos sobre práticas sexuais e exercício da sexualidade sejam evidenciados desde as épocas mais remota, o uso do termo sexualidade passa a ser utilizado, por volta do século XIX, para se referir ao ato sexual e às diversas formas de expressão dos aspectos sexuais (TIBÚRCIO, PEREIRA e NÓBREGA, 2006).

O autor Giddens (1993) ao tratar sobre a origem do termo sexualidade se utiliza daquilo que expõe Foucault, ressaltando que o termo sexualidade é uma “invenção” dos Estados e das organizações modernas. Conforme Giddens (1993, p. 32) temos que:

Para Foucault, a 'sexualidade é, na verdade, um termo que aparece pela primeira vez no século XIX. A palavra existia no jargão técnico da Biologia e da Zoologia já em 1800, mas somente próximo ao final do século XIX ela veio a ser usada amplamente em um sentido mais próximo do significado que tem hoje para nós [...]

Além das áreas citadas acima, tantas outras áreas e estudos passaram a abordar o tema sexualidade. Assim, estudos na área de medicina, antropologia, psicologia, sexologia, dentre outras, passaram a buscar cada vez mais a compreensão desses termos, cada uma dessas áreas apresentava estudos com um viés e uma finalidade diferente. De acordo com a autora Marinho (2006, p. 11) observamos que:

O interesse pelo estudo da sexualidade é crescente. Entre as razões apontadas por Parker (1999) para o aumento das pesquisas acadêmicas sobre o tema, destaca-se a influência dos movimentos políticos feministas, gays e lésbicos, além da preocupação com as dimensões culturais da saúde reprodutiva. Na Saúde Coletiva, sua relevância foi evidenciada notadamente pelos questionamentos suscitados com a epidemia do HIV/Aids, bem como pela identificação da gravidez na adolescência como 'problema social e de saúde pública (BRANDÃO, 2006). O tema é compartilhado e disputado por diversas áreas do conhecimento e setores da sociedade com motivações e compreensões variadas acerca do seu significado.

Vários autores, tais como Foucault (1988), Giddens (1993), Heilborn (1999), Bozon 2004 e tantos outros, se debruçaram a estudar esse assunto sob diferentes paradigmas, mediante influência do período histórico vivenciado, ou seja, a partir da ótica da modernidade. A autora Citeli (2005) ressalta a década de 1970 como um marco para as pesquisas sobre sexualidade, pesquisas essas impulsionadas em todo o mundo pelos movimentos feministas e homossexuais.

Bozon (2004) retrata sobre o sentido da sexualidade para a sociologia. Assim, o autor aponta que os seres humanos aprenderam a se comportar socialmente e sexualmente, relatando que os mesmos são “desnaturados” e, portanto, aprenderam a se relacionar. Para o referido autor, a sexualidade humana representa uma construção social. Para enfatizar o posicionamento da sociologia sobre essa temática, Bozon (2004, p.14) apresenta que:

A sexualidade humana não é um dado da natureza. Construída socialmente pelo contexto cultural em que está inscrita, essa sexualidade extrai sua importância política daquilo que contribui, em retorno, para estruturar as relações culturais das quais depende na medida em que as incorpora e representa [...] na maioria das sociedades a sexualidade tem um papel importante não apenas na legitimação da ordem estabelecida entre os sexos, como também na representação das ordens das gerações [...]

Nas últimas décadas, o termo sexualidade está cada vez mais próximo de algo aprendido, construído e vivenciado de forma diferenciada de geração a geração. No Brasil, o significado dado a essa temática vai para além de uma abordagem biológica, representando uma abordagem sociológica, histórica e cultural, aproximando-se da perspectiva dos direitos humanos. Não obstante, a própria legislação brasileira aponta diferentes conceituações na tentativa de definir sobre o que é sexualidade para a nossa sociedade. Atualmente esse conceito se aproxima cada vez mais daquilo que pode ser observado no documento do Ministério da Saúde:

A sexualidade é uma dimensão fundamental de todas as etapas da vida de homens e mulheres, envolvendo práticas e desejos relacionados à satisfação, à afetividade, ao prazer, aos sentimentos, ao exercício da liberdade e à saúde. A sexualidade humana é uma construção histórica, cultural e social, e se transforma conforme mudam as relações sociais. No entanto, em nossa sociedade, foi histórica e culturalmente limitada em suas possibilidades de vivência, devido a tabus, preconceitos, interdições e relações de poder. (BRASIL, 2006, p. 13)

A vivência da sexualidade na atualidade não se coincide com a de décadas atrás nem tampouco com a de séculos atrás. Em cada região, em cada país e em cada cultura, foram elaborados conceitos diferentes e uma forma peculiar de se vivenciar a sexualidade. Nos países ocidentais era comum o exercício da sexualidade apenas para a procriação, associando a sexualidade à aspectos biológicos e fisiológicos. Mas esse posicionamento possuiu forte

influência da religião, que agregava a sexualidade ao sexo e condenava toda forma de prazer. Aqui, o sexo pelo prazer era visto como um pecado, sendo permitido apenas para a reprodução da espécie. De acordo com Fossey (2011, p.01) temos que:

[...] Segundo a doutrina católica, o sexo está primordialmente associado à procriação – isto é, à geração de filhos – o que está, por conseguinte, associado ao conceito de família composta por um homem e uma mulher unidos pelos laços do matrimônio. Nessas condições, e apenas nessas, o sexo pode ser praticado [...]

Desse modo, a Igreja Católica exercia um controle sobre a sexualidade, de forma a constituir indivíduos puros. Controle esse expresso na forma em que eram permitidas ou coibidas as relações entre os indivíduos. Percebemos que, por trás desse controle, havia um interesse de regulamentação de uma ordem social imposta pelo Catolicismo e pelo conservadorismo, trazendo consigo a ideia de família como algo sacramentado. Mas não é de qualquer ideia de família a que se trata esse discurso. Refere-se a uma família heterossexual, conjugal, cujo destino e a finalidade consistem apenas na perpetuação da espécie (PIERUCCI, 1978).

Segundo Bozon (2004), no período medieval e clássico, a Igreja pregava um discurso de que os homens não poderiam agir “contra a natureza”. Assim, conforme o autor, não era permitido nenhum tipo de prática sexual que “[...] tentasse enganar a natureza em busca de esterilidade, como a sodomia ou o coito interrompido, mas também sobre atos em desacordos com os papéis sociais [...]” (BOZON, 2004, p.20).

Assim, toda forma de exercício da sexualidade que se afaste do modelo heterossexual, normatizado e naturalizado, constitui-se como pecado contra a natureza, institui-se como ‘imoral’ e anormal, pois distancia-se daquilo que é permitido e aprovado pela ordem católica e conservadora. Quando ressaltamos aqui que há um interesse conservador na manutenção dessa ordem estabelecida, nos referimos aos interesses que estão subjacentes nesses discursos. Para Pierucci (1978), o interesse em estabelecer o propósito da procriação vai para além dos interesses eclesiásticos, indo de acordo com uma “[...] superestrutura de economia onde a prole numerosa é uma necessidade [...]”.

Essa necessidade coaduna com uma estratégia de dominação de uns indivíduos sobre outros (PIERUCCI, 1978).

Nos reportando ao Brasil, encontramos registros sobre como a sexualidade era vivenciada desde o período da colonização. Na obra *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (2005) temos uma exaltação da sensualidade. Essa exaltação se referia aos povos indígenas do local, e aos escravos trazidos de outros países. Encontramos outros registros que tratam sobre a sexualidade no Brasil nesse período, tais como: COSTA, 1989; TIBÚRCIO, PEREIRA e NÓBREGA, 2006; dentre outros. Ao contemplar os referidos autores, podemos perceber que a colonização além de explorar as terras brasileiras, passou a explorar nosso povo tanto economicamente quanto sexualmente.

Assim, a associação do Brasil a um “paraíso sexual” remete à ideia da colonização. Essa visão foi atribuída ao povo brasileiro pelos portugueses e se mantém até os dias atuais. Ela consiste numa prerrogativa utilizada pelos portugueses para enfatizar a necessidade de moralização do povo brasileiro. Essa forma de perceber a sociedade brasileira, corrobora e contribui para que a prática da exploração sexual de crianças e adolescentes seja tão recorrente e presente no nosso país. Com base em Faleiros e Faleiros (2008), destacamos o turismo sexual que, através do slogan “Brasil, um paraíso sexual”, transforma as principais cidades turísticas do Brasil em verdadeiros comércios sexuais, envolvendo mulheres, crianças, adolescentes, travestis e transexuais.

Essa associação da sexualidade ao povo brasileiro também pode ser identificada a partir dos estudos de Heilborn (2006), ao analisar a cultura brasileira a partir da cultura indígena. Nas palavras do referido autor observamos:

Geralmente se considera que os brasileiros são muito desinibidos, ‘quentes’, calorosos e estão sempre prontos a fazer de tudo na cama. É como se o país fosse uma espécie de paraíso sexual. Essa noção foi construída historicamente: trata-se de uma imagem do Brasil que remonta à ideia de que os portugueses, ao chegarem ao país, descobriram indígenas que viviam sem roupa e conheciam formas de organização social muito simples [...] A ideia dos colonizadores era de que o Brasil era um país sem moralidade sexual, com nativos muito sensuais [...] (Heilborn, 2006, p.49)

Para tanto, o controle sexual e a disciplina do povo brasileiro ocorreu por meio dos colonizadores, da igreja, do exército e de tantas outras instituições. A política higienista adotada no país, por exemplo, também exerceu forte influência na organização social e controle sexual. Ela estabeleceu normas, regras, papéis e uma nova moral, definindo o que era certo e errado no que concerne ao comportamento sexual dos indivíduos. De acordo com o autor Jurandir Costa (1989, p.130-131), ao desenvolver o estudo sobre a medicina higienista e o modo de organização social no Brasil, entre os séculos XVIII e XIX, observamos que:

A higiene, ao mesmo tempo em que plantava mais um enclave no ventre da família promíscua, oferecia-se como emblema de diferenciação social [...] os indivíduos vestiam-se com as regras da civilização europeia. Regras que defendiam tabus e preconceitos quanto à exposição de certas partes do corpo ou manifestação de certo tipo de contato físico. Homens, mulheres e crianças que nunca haviam sentido vergonha em exhibir na intimidade barrigas e torsos cabeludos, peitos e coxas e até mesmo órgãos sexuais como no caso das crianças, começaram a envergonhar-se de seus hábitos e impedir que eles se reproduzissem.

Costa (1989), em seu livro *Ordem Médica e Norma Familiar*, relata a respeito das transformações no ambiente familiar, introduzidas pela Medicina Higienista<sup>46</sup>. Uma das formas encontradas para exercer o controle da sexualidade dos indivíduos foi através do casamento. O autor afirma que os higienistas, além de atribuírem diferentes papéis para homens e mulheres, conceberam aos mesmos, total responsabilidade para com as crianças e adolescentes. Oriundos desta ideia estavam o amor materno e paterno, apontados como algo natural e incondicional a todos os indivíduos e que, portanto, deveria ser desenvolvido pelos pais. De acordo com Costa (1989, p.219):

A seleção do parceiro conjugal tornou-se uma questão capital para a higiene. A saúde do filho não dependia apenas do trato que lhe fosse dado após o relacionamento. Ela estava condicionada à saúde dos pais. [...] No casamento idealmente concebido pela higiene o casal olhava o futuro e não o passado. Seu compromisso era com os filhos e não com os pais. A escolha do cônjuge estava manietada a esta proposição. O cuidado com a prole converteu-se, por esta via, no grande paradigma da união conjugal [...]

---

<sup>46</sup> A Medicina Higienista foi fruto e intensificada pela *Liga Brasileira de Higiene Mental* (LBHM), fundada em 1923, no Rio de Janeiro, com objetivo de elaborar programas de higiene mental, difundidos principalmente através do sistema educacional. Segundo Costa (1989), a sua finalidade consistia em realizar um programa de higiene mental para melhorar o nível de saúde coletiva, sendo difundido através de regras, normas e ordens, inseridas no sistema educacional.

Assim, a medicina higienista exercia uma educação física, moral, intelectual e sexual sobre o povo brasileiro. Mediante o autor supracitado, os indivíduos que não desempenhassem os papéis e valores estabelecidos pelos higienistas, eram considerados como promíscuos, indecentes ou mal-educados. Podemos interpretar então que essa política higienista era responsável por uma repressão sexual. Repressão essa, disseminada nos discursos dos indivíduos e no modo de ver e viver a sexualidade brasileira. Essa ordem médica e familiar foi basilar para fortalecer as opressões entre homens e mulheres, entre adultos e crianças/adolescentes/jovens, entre heterossexuais e homossexuais, e tantos outros segmentos sociais.

Contudo, houve forte atuação no Brasil, dos movimentos sociais (feministas, gays e lésbicos) que tinham como um dos objetivos reverter essa situação de repressão sexual. Esses movimentos sociais, bem como a disseminação de métodos contraceptivos<sup>47</sup>, as intervenções sobre o grande número de casos de Aids e o estabelecimento da sexualidade como direito humano, marcaram os estudos da sexualidade no país, entre os anos de 1970 até os dias atuais. De acordo com a autora Fossey (2011, p.31) os acontecimentos acima impulsionaram tantos outros, no estado brasileiro tal como pode ser visto:

[...] a revolução sexual, o advento da epidemia de Aids e a declaração dos direitos sexuais podem ser definidos como acontecimentos sob e sobre os quais outras tantas camadas de acontecimentos se formam (a elaboração de leis e portarias, a distribuição, em escolas e postos de saúde, de anticoncepcionais e preservativos, pronunciamentos de padres católicos e a reafirmação do valor da família por eles, a tematização da doença em filmes, etc.) [...]

Esses acontecimentos enfatizaram a necessidade de perceber a sexualidade como uma prática que requer intervenção governamental. E é diante disso que foram formuladas e ampliadas as políticas públicas brasileiras direcionadas a essa área, sendo as práticas sexuais dos indivíduos o principal foco dessas políticas (FOSSEY, 2011). De acordo com a referida autora, essas políticas ocorrem sob influência do aparato legal mundial, conforme relata Fossey (2011, p.01):

---

<sup>47</sup> A formulação e uso dos métodos contraceptivos, possibilitou maior autonomia – principalmente para as mulheres – diante do direito de escolha à reprodução da espécie. Assim, a escolha do número de filhos passou a ser reconhecida como um direito sexual a partir das lutas dos movimentos supracitados e da difusão dos métodos contraceptivos (FOSSEY, 2011).

Respondendo a demandas sociais refletidas em diretrizes formuladas pela Organização das Nações Unidas (ONU) – as políticas de fomento à educação sexual têm sido cada vez mais incentivadas pelo Estado brasileiro que, alinhado com o movimento de muitos países do ocidente, adere à ideia de que educar os cidadãos é uma passagem obrigatória para a construção de uma sociedade menos preconceituosa, mais democrática e mais saudável.

Não apenas a formulação de políticas, mas a efetivação de leis que tratam sobre direitos sexuais e reprodutivos tem sido algo presente no Brasil. Essas leis, contribuem para a formulação de diferentes discursos sobre a sexualidade no nosso país. Esses discursos, como já visto anteriormente possuem grande influência do aparato religioso, jurídico, científico e de organizações internacionais.

Segundo Fossey (2011), no Brasil, existem dois discursos predominantes sobre a sexualidade: um com posicionamento religioso e outro laico. Esse último é associado pela autora ao discurso governamental. Assim, em Fossey (2011), temos que o Estado brasileiro se institui enquanto “laico”, baseado em discursos científicos, jurídicos e de organizações internacionais para instituir suas políticas e suas leis. Conforme podemos observar em Fossey (2011, p.92):

[...] a proposta laica se caracteriza por apoiar-se no tripé saber científico-direitos humanos-leis, sendo que nenhum deles é mais fundamental que o outro e mais que isso, todos são indissociáveis entre si. Seria possível pensar que toda e proposta laica é consequência de um ‘consenso’ de que o exercício pleno e seguro da sexualidade é uma questão de direitos humanos. No entanto, esse ‘consenso’ só se tornou possível por meio da mobilização de um saber científico (seja ele sociológico, seja médico/biológico) e de um trabalho conjunto com o campo jurídico (já que o outro lado da moeda dos direitos humanos é um corpo de leis locais que garantem que eles sejam respeitados), campo do qual, em última instância, as organizações internacionais são parte.

Entretanto, cabe refletirmos se há, de fato, um posicionamento laico por parte do Estado brasileiro, conforme o mesmo se propõe. Ou seja, se faz necessário questionarmos os reais interesses intrínsecos nas leis elaboradas e nas políticas efetivadas, em que tratam sobre a sexualidade no nosso país. Isso porquê, apesar do estado brasileiro intitular-se laico, vemos ainda uma forte influência de aspectos religiosos regendo políticas e leis<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup> Como exemplo podemos citar o Projeto de Lei 6583/13, em análise na Câmara dos Deputados que trata sobre o Estatuto da Família, no qual defende a família como núcleo formado a partir da união entre homem e mulher, através do casamento, união estável ou comunidade formada pelos

Assim, apesar de convivermos em um estado que intitula-se “laico” – e embora tenhamos observado alguns avanços com relação ao entendimento sobre a sexualidade humana – percebemos que o controle sobre os corpos e sexualidade dos indivíduos, ainda ocorre mediante a religião, as leis e as políticas públicas (mais especificamente na área da saúde), voltadas para os direitos sexuais e reprodutivos (ABRAMO, 2014). O Estado considera-se laico, porém encontramos discursos e posicionamentos cada vez mais próximo dos dogmas religiosos.

Diversas são as instituições que exercem esse controle, dentre elas podemos apontar ainda a forte influência da Igreja e demais “agências de socialização”. Conforme Abramo (2014), essas instituições exercem forte influência nos indivíduos desde sua formação. Dentre elas estão: a família, a escola, os meios de comunicação, as novas mídias, etc. As mesmas constituem-se em “agências de socialização”, que controlam e moldam os corpos desde a infância até a fase adulta, ressaltando como cada uma dessas fases devem vivenciar sua sexualidade. Segundo a autora Fossey (2011, p. 36), observamos:

[...] As disciplinas têm seu espaço no interior do Estado, que possui aparelhos disciplinadores bastante conhecidos nossos, como a polícia e, em certa medida, as escolas. Na verdade, as escolas atuam nos dois campos, disciplinando os corpos (começando em um nível bem banal, por assim dizer, quando exige das crianças que se mantenham sentadas e obedeçam aos professores), e também, com incrível força, veiculando conceitos de higiene, cuidados pessoais e de educação sexual. Mas também atua sobre o corpo social, quando insere o tema orientação na grade curricular e busca formar indivíduos conscientes de práticas sexuais seguras para si e para a sociedade em que vivem [...]

Portanto, o Estado também exerce o disciplinamento e a regulação dos indivíduos e das relações sexuais entre os mesmos. Isso ocorre através do seu discurso – que se diz laico – e através das organizações e diversas instituições que o compõe. Foucault (1988) ressalta que esse controle sobre a sexualidade é realizado através do discurso que se faz presente em cada instituição social (família, igreja, escola e demais organizações sociais). Porém, o autor retrata que nunca se falou tanto sobre sexo quanto no período em que o mesmo passou a ser

---

pais e seus descendentes. O referido projeto vai de encontro com os valores religiosos, em contraponto ao reconhecimento do casamento homossexual. Dados disponíveis em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/488503-RELANCADA-FRENTE-PARLAMENTAR-MISTA-EM-DEFESA-DA-FAMILIA.html>. Acesso no dia 12/05/2016.



coibido. Para Foucault (1988), a proibição e coibição da sexualidade consiste em estratégia para regular não apenas as relações sexuais dos indivíduos, mas também, uma forma de exercer o poder sobre os mesmos. Desse modo, para controlar os indivíduos economicamente, se faz necessário controlá-lo sexualmente. Conforme ressalta o autor:

[...] No cerne deste problema econômico e político da população: o sexo; é necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torna-las fecunda ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas [...] Através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo. Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico. (FOUCAULT, 1988, p.32)

Assim, para o referido autor, ao invés de cessarem as discussões sobre esse assunto, o que ocorreu foi uma regulação do discurso sobre o mesmo. Ou seja, conforme Foucault (1988), adultos, crianças, adolescentes, idosos, passaram a ser disciplinados pelas instituições sociais, e ensinados a vivenciar suas sexualidades. Essas instituições estabelecem aquilo que se torna proibido e/ou permitido. Desse modo, os discursos utilizados na sociedade brasileira, tem como finalidade repreender e controlar a sexualidade dos indivíduos.

Contudo, encontramos estratégias de resistência – principalmente por parte do público juvenil – em busca de maior liberdade e diversidade sexual no nosso país. As lutas do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros – LGBT são exemplos de organização social em busca de resistência ao controle sexual estabelecido em nossa sociedade.

Percebemos, porém, que a sociedade brasileira precisa caminhar em direção a uma maior liberdade sexual. No caso da juventude, a vivência da sexualidade dependerá de aspectos sociais, culturais, econômicos e históricos aos quais esses indivíduos pertencem. De acordo com os autores Heilborn, Araújo e Barreto (2009, p.21) averiguamos que:

[...] A sexualidade juvenil é marcada pelo processo de socialização e pelo acesso (ou falta de acesso) à educação, ao diálogo e aos cuidados que a sociedade oferece aos jovens. Em termos gerais, isso significa admitir que os indivíduos são socializados para a entrada na vida sexual por meio da cultura, que orienta roteiros e comportamentos considerados aceitáveis para cada grupo social.

Obtemos então que a sexualidade é algo construído, ou seja, aprendido e disseminado pelos indivíduos sob influências de diversas instâncias seja a família, o Estado, a religião, dentre outras. Cada uma delas realiza essa disseminação conforme seus interesses. Em Heilborn, Araújo e Barreto (2009, p.22) observamos:

[...] o exercício da sexualidade está submetido aos fatores culturais e sociais apreendidos desde a infância, a partir de contatos com o corpo e com diferentes instâncias sociais. A sociedade, como um todo, transmite informações por meio de livros, revistas, televisão, filmes, conversas com familiares e amigos/as, de tradições das quais herdamos valores, costumes, hábitos. Todos estes meios suscitam sentimentos, desejos e percepções que formam a sexualidade vão sendo registradas no decorrer de nossa vida.

Diante do que foi exposto, no que concerne à sexualidade, por mais que atualmente as discussões sobre essa temática passem a enveredar uma perspectiva de liberdade sexual, o que temos observado consiste em um discurso que ainda exerce o controle sobre os corpos dos indivíduos, e se baseia em uma moral sexual.

Assim, percebemos que a sexualidade pode ser vivenciada de uma forma liberal ou protecionista, a depender de qual contexto social cada indivíduo está inserido. Cabe refletirmos sobre como o posicionamento religioso, ou tantos outros posicionamentos protecionistas, se manifestam no discurso estatal e jurídico no contexto brasileiro. Se faz necessário aqui, que o discurso científico tente desvendar o que está por trás desses diferentes posicionamentos, de modo a contribuir para que todos os indivíduos possam vivenciar sua sexualidade de forma igualitária, livre de todo controle, preconceito e discriminação, independentemente de sua identidade de gênero e orientação sexual.

### 3 A EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL E SUAS EXPRESSÕES



*Abuso ou exploração sexual,  
Diferente e ao mesmo tempo igual,  
Medo e solidão,  
Necessidade ou obrigação.  
Sem ter o quer comer,  
Muitos acabam por se vender.  
Um corpo comercializado,  
Por dinheiro comprado.  
Uma vida marcada,  
Uma mancha que não se apaga.  
Na pele sentida,  
Na alma uma ferida.  
Sofrendo calada, muitas vezes ameaçada,  
Chora na madrugada sem poder falar nada.  
Assim é a vida, de meninos e meninas,  
Que buscam mudar de vida.  
Curar essa ferida.  
É preciso dar oportunidade,  
Dar apoio de verdade,  
Lutar por igualdade  
Nessa nossa sociedade.*

*(Natália Mendes, jovem egressa do Projeto ViraVida)*

A exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes é uma prática presente na sociedade brasileira ao longo de sua história. Porém, apesar de existir há muito tempo, os estudos sobre essa temática denotam seus primeiros registros apenas na década de 1980 (LIBÓRIO E SOUSA, 2004). Não apenas os estudos sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, como também os estudos sobre a situação da infância e da adolescência no Brasil passaram a ganhar maior relevância por volta da referida década, tendo como principal foco crianças e adolescentes em situação de extrema pobreza, em situação de rua e/ou em situação de exploração sexual. Esses estudos foram

primeiramente promovidos por ONGs e jornalistas, com produções tímidas por parte de alguns autores ainda na década de 80. Só em seguida, na década de 1990, há registros de produção teórica sobre o assunto, por meio das universidades e órgãos oficiais (COIMBRA E SOUSA, 2004).

Destarte, para fundamentar esse estudo sobre a exploração sexual comercial vivenciada na infância e na adolescência de jovens do sexo masculino, egressos do Projeto ViraVida - CE, se fez necessário compreendermos o contexto histórico sobre a categoria exploração sexual, ou seja, entendermos sua origem, como a mesma acontece, como é definida e entendida por autoras e autores que pesquisam o assunto, e como é dimensionada pela legislação brasileira.

E é exatamente dessa forma que o presente capítulo se encontra subdividido. Procuramos primeiramente compreender o conceito exploração sexual, as diferentes terminologias adotadas para se referir a tal termo e por fim analisamos uma emblemática discussão sobre a categoria exploração sexual e prostituição infanto-juvenil. Toda análise e construção desse capítulo partiu da consulta ao arsenal de estudos bibliográficos que realizamos, como também, foi oriunda da apreciação do conteúdo adquirido através da pesquisa empírica. Assim, a interpretação das falas dos sujeitos participantes dessa pesquisa foi fundamental para construirmos esse capítulo. Analisar a exploração sexual sob o olhar dos jovens que a vivenciaram, em conjunto com as interpretações das autoras e autores que estudam sobre o assunto, foram o pilar para que pudéssemos elaborar e aprofundar a nossa pesquisa.

Para tanto, utilizamos como principais referências teóricas os estudos de Alves (2009), Diógenes (1998 e 2008), Faleiros (2000), Faleiros e Faleiros (2008), Leal (1999), Libório e Sousa (2004), Perlongher (1987) e Santos (2011). De tal modo, é sobre esses estudos, como também sobre o olhar dos sujeitos participantes dessa pesquisa, que se trata o presente capítulo, levando o leitor a uma compreensão sobre esse fenômeno a partir da observância de sua história no cenário brasileiro. Quanto mais exercitamos o nosso olhar para as diversas formas de expressões da exploração sexual, mais próximo estaremos de compreendê-la. É assim, que convidamos o leitor a fazer esse exercício a partir do nosso estudo.

### 3.1 EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DOIS LADOS DE UMA MESMA MOEDA.

*O que eu fazia era exploração sexual, eu só num tinha consciência do que era isso, mas hoje em dia eu vejo que eu era sim, porque eu era de menor, os clientes sabiam que eu era de menor [...] eu falava quantos anos eu tinha e parecia que aumentava era o desejo deles por mim e eles me levavam. Coisa que hoje eu sei que é errado, a pessoa nessa idade tem que estar é no colégio estudando e não na esquina pra ganhar a vida.(Kuka)<sup>49</sup>*

Para verificarmos como a exploração sexual comercial perpassou a vida dos sujeitos dessa pesquisa, se fez necessário compreendermos a fundo do que se trata esse fenômeno. Se a autora Diógenes (2008, p.31) relata que a exploração sexual representa “[...] quase um dialeto a ser decodificado [...]”, então, entender **os dois lados de uma mesma moeda** significa que precisamos aqui decodificar esse fenômeno. É desse modo que propomos, neste tópico, realizar uma breve análise da construção desse conceito, a partir de olhares diferenciados, sob a perspectiva de pesquisadores e autoras que estudaram o assunto, como também, sob o olhar e entendimento dos sujeitos que vivenciam ou vivenciaram esse fenômeno.

Dito isto, ressaltamos que abordaremos, de forma sucinta, alguns conceitos por entendermos que, para estudar como a exploração sexual comercial se expressa, se faz necessário nos aproximarmos dos mesmos<sup>50</sup>. Como exemplo, não há como falar sobre exploração sexual de crianças e adolescentes e não mencionar os termos tais como abuso sexual, violência sexual e/ou “prostituição infanto-juvenil”, uma vez que os estudos sobre as categorias mencionadas se encontram co-relacionadas. Para a autora Faleiros

---

<sup>49</sup> Dados coletados nas entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa, nos meses de fevereiro, março e abril de 2017, na sede do Projeto ViraVida (localizada no SESI da Parangaba, Av. João Pessoa, nº 6754, Montese - Fortaleza - Ce).

<sup>50</sup> Falar sobre o conceito “exploração sexual comercial” é abordar também sobre vários outros segmentos tais como: poder, violência, abuso, mercado, prostituição, desigualdade, direitos, dentre tantos outros que não poderão ser contemplados e/ou aprofundados aqui, devido às limitações e objetivos desse estudo, mas que poderão ser abordados e aprofundados em estudos posteriores.

(2000), a definição da categoria exploração sexual, como das demais categorias supracitadas, é dificultada devido suas imprecisões terminológicas. Assim, a autora observa:

Uma análise inicial do vocabulário sobre o tema e do material bibliográfico disponível revelou imediatamente uma imprecisão terminológica. Por exemplo, o fenômeno do abuso sexual é designado por diferentes termos, como: violência sexual, agressão sexual, vitimização sexual, exploração sexual, maus tratos, sevícia sexual, ultraje sexual, injúria sexual, crime sexual [...] o uso sexual de menores de idade com fins lucrativos é designado ora como prostituição infanto-juvenil, ora como abuso sexual, ora como exploração sexual comercial. Por outro lado, um mesmo termo pode designar distintas realidades, como, por exemplo, o termo exploração sexual é utilizado pela Organização Mundial de Saúde para designar situações de abuso sexual intra e extrafamiliar e prostituição, enquanto que muitos autores o utilizam referindo-se apenas à exploração sexual comercial. (FALEIROS, 2000, p.04)

Embora houvesse essa imprecisão terminológica das referidas categorias, atualmente encontramos definições que retratam sobre cada uma delas, definições e conceituações que serão apresentadas no decorrer desse estudo. Importante ressaltarmos que a nossa compreensão sobre exploração sexual comercial de crianças e adolescentes tem como referência o posicionamento das autoras e autores: Leal (1999), Faleiros e Faleiros (2008) e Santos (2011) conforme será apresentado logo adiante.

No entanto, para possibilitarmos um melhor entendimento sobre o termo exploração sexual, elencaremos a princípio, algumas categorias as quais consideramos indispensáveis abordar, tais como: violência contra crianças e adolescentes, poder, violência estrutural, violência física, violência psicológica, negligência, violência sexual e abuso sexual.

Iniciamos abordando de forma breve sobre a categoria violência contra crianças e adolescentes, pois consideramos a exploração sexual como uma das formas de expressão dessa violência. Segundo a autora Diógenes (1998), em um dos seus estudos realizados em Fortaleza sobre a exploração sexual comercial de adolescentes de ambos os sexos, temos que a violência em si mesma pode se expressar de diversas formas, inclusive de formas visíveis e invisíveis. Conforme expõe a autora:

A violência se torna uma estratégia cotidiana na luta pela sobrevivência e o corpo seu território de ação. A violência sobre os corpos é apenas o registro visível da produção de uma 'tecnologia da violência' que se inicia nas inaugurais situações de discriminação, de medo, de preconceito e estigma e parece ser utilizada também, pelos adolescentes, como o modo mais 'familiar' de defesa e de manutenção das 'regras' clientes/segmento prostituído. A violência não pode ser pensada assim apenas como o ato do abuso sexual, do estupro, da agressão física propriamente dita, tendo em vista que esses são apenas momentos de visibilidade da violência, marcas da violência nos corpos e nas almas [...] (DIÓGENES, 1998, p. 14)

Grande parte das violências notificadas pelos órgãos competentes são as que deixam marcas visíveis no corpo, porém, é importante entendermos que existem os mais diversos tipos de violência, alguns visíveis e outros invisíveis, mas que, conforme abordado acima, deixam sua marca. Com relação à violência contra crianças e adolescentes, qualquer uma de suas formas de expressão consistem em uma relação de poder, na qual confrontam-se forças, conhecimentos, maturidade e diversos outros recursos de maneira desigual (FALEIROS e FALEIROS, 2008).

Na nossa sociedade verificamos que existem várias relações de poder, dentre elas destacamos aqui as relações de poder entre adultos e crianças/adolescentes, sendo a mesma, até certo ponto, "tolerável e aceitável"<sup>51</sup> em nossa cultura. Porém quando essa relação de poder se torna uma relação violenta, a mesma pode ser prejudicial para esses sujeitos, podendo comprometer seu desenvolvimento, tornando-se uma violação de seus direitos.

Portanto, é importante compreendermos aqui que crianças, adolescentes, negros/as, mulheres, travestis, são alguns exemplos de pessoas que estão mais sujeitas a situações de violência na sociedade brasileira. Isso porque, devido nossa cultura patriarcal, machista, racista, sexista e adultocêntrica, esses sujeitos são colocados em uma posição de desvantagem, fruto de relações desiguais de poder que autojustificam relações violentas contra esses indivíduos. Segundo Leal (1999, p.19 e 20):

---

<sup>51</sup> Partimos do pressuposto que as relações de poder entre adultos e crianças são, de certo modo, aceitas e toleradas na nossa sociedade, sendo esse um aspecto cultural que a sociedade brasileira carrega consigo. Desse modo entendemos que nossa sociedade, por muito tempo e por vezes ainda hoje, se baseia em uma cultura de cunho patriarcal e adultocêntrico, que coloca crianças e adolescentes em relação de desvantagem perante adultos. Desse modo, acreditamos que as relações de poder entre adultos e crianças/adolescentes é algo cultural na sociedade brasileira.

A violência é um fenômeno antigo, produto de relações sociais construídas de forma desigual e geralmente materializada contra aquela pessoa que se encontra em alguma desvantagem física, emocional e social [...] as pesquisas têm confirmado que a incidência é maior entre meninas e mulheres [...]

Sendo crianças e adolescentes os principais alvos e vítimas da violência no nosso país, se faz necessário compreendermos quais os tipos de violência que perpassam a vida desses sujeitos. Nos estudos que realizamos (FALEIROS e FALEIROS, 2008; SANTOS, 2011; dentre outros) verificamos que a violência contra crianças e adolescentes pode ser definida entre quatro principais formas: violência física, violência psicológica, negligência e violência sexual. Essas formas de violência podem ser acometidas por diferentes atores e ocorrer em diferentes lugares.

Realizando uma breve explanação sobre esses quatro tipos de violência contra crianças e adolescentes, iniciamos aqui discutindo sobre a violência física, uma vez que essa é a forma mais comum e mais conhecida em nossa sociedade. Assim, a violência física contra crianças e adolescentes é uma das formas mais notificada, em virtude de deixar marcas visíveis nos corpos das vítimas. Ainda em Faleiros e Faleiros (2008, p.35) encontramos a seguinte definição para esse tipo de violência:

A violência física contra crianças e adolescentes, é uma relação social de poder que se manifesta nas marcas que ficam principalmente no corpo, machucando-o, causando-lhes lesões, ferimentos, fraturas, queimaduras, traumatismos, hemorragias, escoriações, lacerações, arranhões, mordidas, equimoses, convulsões, inchaços, hematomas, mutilações, desnutrição e até morte.

Enquanto a violência física é um dos tipos mais comuns e mais evidentes de violência contra crianças e adolescentes em nossa sociedade, os demais tipos, como a violência psicológica por exemplo, passam a ser invisibilizados. Para os referidos autores, a violência psicológica é muito frequente, porém pouco notificada devido a um alto grau de tolerância de sua prática na sociedade brasileira. De acordo com os estudos realizados, identificamos que ela acontece por meio de ameaças, constrangimentos, humilhações e demais práticas que promovem o sofrimento psíquico da vítima. Os principais atores que praticam esse tipo de violência contra o público infantil/adolescente são os pais, parentes, professores, policiais e profissionais de saúde (FALEIROS e FALEIROS, 2008). Já a negligência, por sua vez, é



associada ao abandono e omissão por parte dos sujeitos responsáveis por essas crianças e/ou adolescentes. Ainda com foco nos referidos autores apreendemos:

A negligência é a negação e a falta de compromisso com as responsabilidades familiar, comunitária, social e governamental. É a falta de proteção e de cuidado da criança e do adolescente, a não existência de uma relação amorosa, a falta de reconhecimento e de valorização da criança e do adolescente como sujeitos de direitos. É o desrespeito às suas necessidades e à sua etapa particular de desenvolvimento. Crianças e adolescentes negligenciados vivem, pois, situações de abandono, de privação e de exposição a riscos. (FALEIROS e FALEIROS, 2008, p. 34)

O último tipo de violência contra crianças e adolescentes, trata-se da violência sexual, principal foco do nosso estudo. Esse tipo de violência consiste em uma preocupação mundial e vem mobilizando a sociedade por meio de Congressos, seminários, campanhas<sup>52</sup> e estudos sobre o tema. Assim como nos demais tipos de violência, aqui se confrontam relações desiguais de poder em que coloca seus atores em uma posição superior – física, financeira, dentre outras – ao sujeito contra quem a mesma é acometida.

Para Faleiros (2000) todas as formas de violência sexual contra crianças e adolescentes são abusivas e violentas na medida em que são violações de direitos humanos universais. Em Faleiros e Faleiros (2008, p.39) observamos que a mesma pode ocorrer da seguinte forma:

A violência sexual pode acontecer de várias formas: através de contato físico, ou seja, por meio de carícias não desejadas, penetração oral, anal ou vaginal, com o pênis ou objetos, masturbação forçada, dentre outras; e sem contato físico, por exposição obrigatória a material pornográfico, exibicionismo, uso de linguagem erotizada em situação inadequada.

---

<sup>52</sup> As campanhas de enfrentamento à violência sexual têm como objetivo principal levar a sociedade a denunciar situações de exploração sexual de crianças e adolescentes, sendo essa uma das formas de violência ainda pouco notificada. Das campanhas consideradas como referência nacional citamos: Campanha contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil, promovida em 1995 pelo CEDECA da Bahia com apoio do UNICEF; Campanha Nacional pelo fim da Exploração, Violência e Turismo Sexual contra Crianças e Adolescentes, cujo lema era “Exploração Sexual Infanto-Juvenil: Não dá para engolir”, lançada por organizações da sociedade civil, organizações governamentais e, principalmente, pela Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, do Ministério da Justiça; Campanha “Faça Bonito: Proteja nossas crianças e adolescente”, lançada em 2010 pelo Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência sexual contra Crianças e Adolescentes, tendo como proposta mobilizar a sociedade para assumir a responsabilidade diante dessa causa, prevenindo e enfrentando todas as formas de violência sexual praticada contra crianças e adolescentes no Brasil. Esta última campanha vem sendo adotada até hoje. (ALVES, 2009; Faleiros, 2000)

De acordo com Faleiros (2000) existe diferença quanto a gravidade da violência sexual, e esta diferença pode estar associada a quem a pratica (pais, parentes, estranhos), e/ou como a pratica (tipos de violência utilizada no ato) e/ou às consequências na vida dos sujeitos contra quem a mesma foi praticada (gravidez indesejada, sequelas físicas e psicológicas, morte). Se tomarmos como referência a legislação brasileira temos que qualquer ato sexual praticado por adultos contra pessoas com idade inferior a 14 anos, é considerado crime sexual. E no caso de adolescentes entre 14 a 18 anos incompletos, também consiste em crime sexual na medida em que o ato for denunciado às autoridades competentes (Código Penal, 1940).

As principais legislações brasileiras que atuam mediante ao enfrentamento da violência sexual são a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e o Código Penal Brasileiro<sup>53</sup>. O ECA, especialmente, foi fundamental na luta contra o abuso e a exploração sexual desses sujeitos. Esse aparato legal tem contribuído para a compreensão e enquadramento da violência sexual enquanto crime, possibilitando a responsabilização dos seus autores<sup>54</sup>. Esta legislação corroborou também para a efetivação de políticas de atendimento e defesa de crianças e adolescentes, além de mobilizar ações para o enfrentamento da violência sexual por meio do poder público e privado, e de organizações da sociedade civil. De acordo com Santos (2011, p.174):

O ECA faz muito mais do que somente reforçar um princípio constitucional, porquanto toma medidas concretas para proteger crianças e adolescentes e para punir os responsáveis por crimes sexuais e de exploração sexual. Entre as medidas estabelecidas nesse marco legal, estão: obrigatoriedade de notificação dos casos de abuso, inclusive as suspeitas, aos Conselhos Tutelares; afastamento do autor de violência

---

<sup>53</sup> O Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, institui o Código Penal Brasileiro, considerado uma das principais legislações que atuam no enfrentamento à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil. De acordo com o monitoramento da política de atendimento às vítimas de violência sexual realizado em 2014 pelo CEDECA – CE, o Código Penal Brasileiro passou por modificações favoráveis ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Dentre as principais alterações do referido Código, damos destaque aqui à Lei 12.978/14 (que classifica como crime hediondo qualquer forma de exploração sexual de crianças e adolescentes) e à Lei 12.015/2009 (que passou a considerar “crime de estupro de vulnerável”, qualquer ato libidinoso contra pessoas menores de 14 anos). (CEDECA, 2014, p.53)

<sup>54</sup> Em seu art. 5º, o Estatuto da Criança e do Adolescente institui: Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão, a seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990).

sexual da moradia comum; proibição de uso de crianças e adolescentes em produtos relacionados à pornografia; criminalização de pessoas e serviços que submeterem crianças e adolescentes à exploração sexual; agravamento das penas do Código Penal para os crimes de maus-tratos, estupro e outras violações sexuais quando cometidos contra crianças menores de 14 anos.

Além dessas leis, é válido mencionarmos que o combate à violência sexual também foi uma luta aderida pelo Ministério da Justiça e pela Secretaria Nacional dos Direitos da Cidadania que, em 1996, implementaram as diretrizes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA<sup>55</sup>. Nessas diretrizes constam que a política de defesa dos Direitos Humanos da população infanto-juvenil deve apoiar campanhas, ações e programas de atenção a crianças e adolescentes em situação de exploração sexual (SANTOS, 2011).

Em 17 de maio de 2000, por meio da Lei Federal 9.970, o Brasil instituiu o 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A referida lei tem como objetivo “[...] mobilizar e sensibilizar a sociedade em geral para assumir a defesa e a promoção dos direitos de crianças e adolescentes abusados e explorados sexualmente [...]” (ALVES, 2009, p.27). A efetivação dessa lei foi fruto de uma série de mobilizações da sociedade civil diante do assassinato da menina Araceli<sup>56</sup> que em 1973, com apenas oito anos de idade, foi espancada, estuprada, drogada e morta.

Ainda no ano de 2000, sucedido de mobilizações contra a violência sexual de crianças e adolescentes e em comemoração aos dez anos do ECA, foi pactuado o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil<sup>57</sup>. Ao elaborar esse Plano, o Brasil foi um dos primeiros países a seguir os direcionamentos do I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial

---

<sup>55</sup> Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente (Nacional, Estaduais e Municipais) são órgãos do poder executivo, de caráter deliberativo e de composição paritária (50% dos membros indicados pelo poder público e 50% Eleitos pela sociedade civil), previstos no artigo 88º, inciso II, do ECA (Faleiros e Faleiros, 2008, p.83).

<sup>56</sup> Maiores informações sobre o caso Araceli, podem ser encontradas no site <http://facabonitocampanha.blogspot.com.br/p/o-slogan-faca-bonito-proteja-nossas.html>. Acesso em 09 de junho de 2017.

<sup>57</sup> O Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e adolescentes foi elaborado em junho de 2000, durante o Encontro Nacional para enfrentamento à violência sexual, ocorrido em Natal (RN). A princípio era nomeado por Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, mas em 2012 passou por uma reformulação trazendo então a modificação do nome e atualização de algumas tipologias referente à violência sexual. O Plano consolida o processo no qual foram definidas as diretrizes gerais para uma política pública de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes (BRASIL, 2013)

de Crianças<sup>58</sup>. A partir da implementação desse Plano, ocorreram conquistas significativas no âmbito do enfrentamento à violência sexual, tais como: o fortalecimento das redes locais/estaduais, a realização de campanhas para sensibilização contra o fenômeno, criação de políticas para atendimento às vítimas e aos familiares, dentre outras (SANTOS, 2011).

As leis apresentadas nesse estudo, foram fundamentais para impulsionar e pressionar o poder público para dar respostas diante dessa problemática. Além disso, as referidas leis também são importantes instrumentos para o processo de investigação e criminalização dos aliciadores de crianças e adolescentes. Porém, apesar dessas conquistas, a realidade nos apresenta políticas públicas, leis e ações sem eficiência, que não alcançam as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, que não conseguem autuar os principais responsáveis por esse crime e principalmente, nem tampouco atender, acolher, escutar os meninos inseridos nessa situação, conforme apontou o estudo de Alves (2009).

Desse modo, essas leis tornaram-se importantes ferramentas para nos ajudar na compreensão e estudo sobre esse fenômeno, porém, com pouca efetividade para atuar diante do mesmo. Tratando-se das contribuições para a definição dessa problemática, o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual entende que essa violência se expressa de duas formas – abuso sexual e exploração sexual, e a define como “[...] todo ato, de qualquer natureza, atentatório ao direito humano ao desenvolvimento sexual da criança e do adolescente, praticado por agente em situação de poder e de desenvolvimento sexual desigual em relação à criança e adolescente [...]” (BRASIL, 2013). As autoras Azevedo e Guerra (2000), também estudaram sobre o assunto e definiram a violência sexual da seguinte forma:

[...] é todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa. (AZEVEDO e GUERRA, 2000, p.42)

---

<sup>58</sup> Maiores detalhes sobre o referido Congresso serão apresentados a posteriori.

Essa definição por parte de Azevedo e Guerra (2000) contempla tanto situações de abuso sexual (intra e extrafamiliar), como situações de exploração sexual (na qual há uma relação comercial). Para as referidas autoras, a violência sexual é subdividida dessa forma (entre abuso e exploração sexual). O abuso sexual foi um dos conceitos muito difundidos em nossa sociedade, sendo um dos tipos de violência com grande repercussão na mídia nas últimas décadas. Em Faleiros e Faleiros (2008, p.39 e 40), verificamos:

Nas situações de abuso sexual, crianças ou adolescentes são usadas para gratificação de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho, com base em uma relação de poder que pode incluir desde manipulação da genitália, mama, ânus, exploração sexual, voyeurismo, pornografia, exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem violência.

No caso de abuso sexual, se utiliza da condição de descoberta da sexualidade de crianças e adolescentes para se obter prazer ou promover prazer a outrem. Teoricamente o abuso sexual pode ser definido como intrafamiliar ou extrafamiliar. O abuso sexual intrafamiliar compõe toda a rede familiar responsável pelos cuidados da criança e/ou adolescente, ou seja, trata-se de quando o abuso é cometido por pais, parentes ou responsáveis legais. Já o abuso extrafamiliar é praticado por pessoas que possuem algum vínculo (conhece, confia) com a criança e/ou adolescente, ou mesmo por pessoas desconhecidas (SANTOS, 2011).

Desse modo, o abuso sexual tem sido utilizado para se referir aos casos em que há uma relação de caráter sexual entre uma criança/adolescente e um adulto, ou entre criança e adolescente mais velho, relação essa que pode ser ou não consentida, na qual o agressor se utiliza de chantagem, ameaças, sedução, promessas e tantos outros recursos que podem levar a vítima a um processo de culpabilização pelo ato praticado.

Casos de abuso sexual intra e extrafamiliar também foram identificados em nossa pesquisa empírica. Jovens como Vanderson, Dezirre Layser e Alerrandro relataram inclusive, que foi por conta do abuso sexual sofrido em suas infâncias, que decidiram ingressar e permanecer na situação de exploração. Nas palavras dos jovens analisamos:

*Outra coisa que marcou a minha infância foi a tentativa de abuso sexual [...] a gente morava em Itarema nessa época, e o cunhado da minha mãe*

*abusou das minhas irmãs e de mim, na época, eu era pequeno, criança e por isso não tinha maldade, ele começou a abusar de forma (pausa, choro), chegou brincando, me chamando para brincar, aí começou a pegar nas minhas partes íntimas, começou a me bulinar, aí aconteceu, não chegou a ser um estupro, foi um aliciamento, só isso, mas me marcou bastante. Eu fiquei com bastante raiva porque ele me ameaçava, se eu falasse, ele dizia que iria matar a minha irmã, porque ele abusou dela também, e eu não contava pra minha mãe porque eu tinha medo da reação dela, não sabia o que ela iria pensar, no que ela iria dizer, eu tinha medo de falar alguma coisa, eu nunca cheguei para ela pra conversar sobre isso, eu só contei no ViraVida que já fui abusado, mas não foi com tanta explicação, não foi com detalhes, só falei que tinha sofrido abuso e só isso [...] (Alerrandro)*

*Naquele tempo eu brincava na casa dos meus amigos [...] as vezes os tios dos meus amigos se aproveitavam de mim e me abusavam. Eu tinha uns 8 a 7 anos, é forte né, num tenho nem como esquecer, eu me lembro que passou um tempinho e depois eu fui crescendo [...] eu num contava pra ninguém, porque eles me davam muita coisa, me agradava, e dizia que se eu dissesse, quem ia apanhar era minha mãe. Eles me davam dois reais de bala, chocolate, essas coisas. [...] eles tentavam fazer de uma forma que me agradasse pra que eu ficasse em sigilo. Aí eu comecei a já passar a gostar [...] (Vanderson)*

*Foi no dia em que eu ganhei um celular, de um rapaz, amigo da minha família [...] eu achava que tava me presenteando [...] na intenção boa, mas a intenção dele era outra, começou a mandar eu levar o celular na casa dele, pra poder olhar, consertar, aí, desde então, ele começou a me acariciar. Eu não entendia muito né, eu só tinha sete anos de idade [...] ele tinha me dado o celular com defeito, mas eu não entendia [...] ele sempre me ajudava com alguma coisa, comida, brinquedo e já que ninguém me dava essas coisas, eu achava ele uma pessoa boa né, porque eu era criança, só que ele se aproveitava da minha inocência (choro) [...] foi, foi terrível [...] foi uma coisa a força né, foi muito ruim [...] foi uma coisa muito aterrorizante, foi uma coisa que eu não queria, tipo eu era criança, e eu acreditava em bicho papão, então, pra mim, naquela época, aquele homem tinha virado um monstro, era como se ele fosse o bicho papão, ele começou a me aliciar eu percebi que alguma coisa estava errada, não era normal, me lembro que ele me trancou dentro de casa, aí me ameaçou [...] e ele fez, fez o que quis [...] pra mim era uma coisa muito aterrorizante, muito ruim mesmo, uma coisa inexplicável, uma coisa que não apaga, você pode passar anos e anos mas parece que foi ontem. (Dezirre Layser)*

Nas falas dos referidos jovens identificamos situações de ameaças, atração e chantagens pelas quais os mesmos passaram, sendo essas, estratégias comuns utilizadas por agressores sexuais com intuito de ocultar a violência sexual ocorrida. Após analisarmos todas essas tipificações de violências que perpassam a vida de crianças e adolescentes podemos nos deter ao estudo da exploração sexual. Isso porque, a mesma pode apresentar como um dos seus determinantes a vivência de uma ou mais das situações de violência apresentadas aqui.

Assim, a exploração sexual pode ocorrer de forma cumulativa, trazendo embutida situações de violência física, violência psicológica, negligência e/ou abuso sexual. Além dessas, outras violências e violações de direitos podem envolver esse fenômeno, conforme será retratado mais adiante nesse estudo. Quando falamos que ela **pode ser** cumulativa não significa que, obrigatoriamente, toda criança e/ou adolescente que sofreu abuso sexual intrafamiliar<sup>59</sup>, por exemplo, está sujeito a ingressar no mercado do sexo, assim como nem tampouco os que passaram por outras situações de violência. Porém, estudos (DIOGENES, 2008; FALEIROS e FALEIROS, 2008; SANTOS, 2011; dentre outros) apontam que essas situações são motivadoras para o ingresso de crianças e adolescentes no mercado do sexo<sup>60</sup>.

Negligência, violência psicológica, violência física e violência sexual são algumas das formas de violência que apareceram nas falas dos sujeitos participantes dessa pesquisa. Conforme análise dos depoimentos, essas violências foram cometidas por pais e/ou demais membros da família, podendo ser esse, um dos fatores impulsionadores para que esses jovens buscassem fora de casa, apoio, reconhecimento e/ou liberdade.

Porém, sendo a exploração sexual o foco deste estudo, se faz necessário uma análise criteriosa sobre seu conceito. Tomamos como principais referências para entender essa categoria os estudos das/os autoras/es Leal (1999), Faleiros (2000 e 2004), Diógenes (2008), Faleiros e Faleiros (2008), Santos (2011) e as interpretações auferidas dos sujeitos da pesquisa. Desse

---

<sup>59</sup> Embora esse não seja um determinante – ou o único determinante – identificamos que os jovens dessa pesquisa que sofreram situação de abuso sexual, o apontaram como um dos fatores que os levaram a ingressar na exploração sexual. Como exemplo, podemos verificar na fala de Dezirre Laysen: [...] Acho que a maioria que estão ali, fazendo programa, é porque sofreram alguma coisa na infância, sofreram algum tipo de abuso, tipo eu. No meu caso, por exemplo, eu tinha sete anos quando aconteceu, aí o tempo foi passando e eu passei a fazer programa, porque eu pensei assim: ‘se naquela época que eu sofri aquilo, eu ganhei alguma coisa, então agora eu vou tentar ganhar alguma coisa também, fazendo o que eu sofri no passado’ [...] e eu acho que maioria pensa assim como eu.

<sup>60</sup> Utilizamos o termo mercado do sexo para nos referir à exploração sexual comercial de meninos e meninas, tendo como embasamento teórico os estudos de Leal (1999) e Faleiros (2000), autoras que também fazem uso do referido termo. Em Faleiros (2000, p.32) verificamos: “No mercado do sexo há a comercialização e a produção da mercadoria, serviços e produtos sexuais. Trata-se de um produto subjetivo – o prazer, que passa a ter valor de uso para os consumidores/clientes. Neste mercado são produzidas e comercializadas diversas mercadorias (prostituição, shows eróticos, call girls, fotos, vídeos e filmes pornográficos, entre outros), cujo objetivo é a geração de lucro para os proprietários das empresas industriais e comerciais”.

modo, entendemos por exploração sexual comercial de crianças e adolescentes todo e qualquer ato de caráter sexual que envolva crianças e adolescentes, mediado por uma relação comercial (em que envolve aquisição de dinheiro, roupa, droga, comida ou abrigo), em troca de satisfação sexual (do cliente ou de outrem), podendo esse ato ser “consentido” ou não pelos sujeitos nele envolvido. O caráter do consentimento aqui, não exclui a nossa percepção de que crianças e adolescentes são levados a ingressar na situação de exploração sexual devido ao contexto histórico, econômico, cultural e ideológico no qual estão inseridos.

Tendo como foco o caráter comercial que essa situação carrega consigo, a mesma passou a ser definida como **exploração sexual comercial**. Essa terminologia foi adotada a partir do I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças<sup>61</sup>, realizado em Estocolmo, em 1996. O Congresso de Estocolmo foi um marco no que diz respeito à luta contra o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, estabelecendo que ambas as situações consistem em crime contra a humanidade, determinando metas para seu combate. O referido Congresso reuniu 122 representantes de diversos países para pensarem e elaborarem uma agenda de ação com foco no enfrentamento dessa situação, ficando determinado que cada país deveria elaborar um Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil<sup>62</sup> (LEAL, 1996).

Segundo Faleiros (2004), foi ainda por meio do referido Congresso que a exploração sexual comercial foi tipificada em quatro modalidades, quais sejam:

---

<sup>61</sup> Além do Congresso de Estocolmo, foram realizados posteriormente mais dois Congressos Mundiais contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, envolvendo atores de diversos países. O II Congresso Mundial ocorreu em dezembro de 2001, em Yokohama, no Japão e teve como objetivo “[...] criar espaço de debate para monitorar programas e políticas atuantes nessa área, fomentar a mobilização regional e juvenil, além de tecer um número maior de instituições parceiras” (ALVES, 2009, p.29). Já o III Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes ocorreu no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, em 2008. Segundo Alves (2009, p.35), o referido Congresso “[...] identificou vários problemas no conhecimento e no entendimento de lidar com a complexidade e as diversas formas de exploração sexual. Ressaltou que muitos Estados não criminalizam os exploradores adequadamente, assim como denunciou a impunidade presente em alguns países. Apontou a ineficiência de atenção e ausência de medidas para eliminar a exploração sexual, não disponibilizando recursos suficientes para execução dos serviços existentes. Desse modo, crianças e adolescentes não são protegidas conforme os padrões internacionais preconizam [...]”.

<sup>62</sup> Como já citado no decorrer desse estudo, o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes tem sido um importante documento no que concerne ao enfrentamento desse fenômeno no território brasileiro. O referido documento tornou-se uma referência para o monitoramento e efetivação de políticas públicas, permitindo que a sociedade civil exija, do poder público, respostas perante essa problemática.



“prostituição infantil”<sup>63</sup>, turismo sexual, pornografia e tráfico para fins de exploração sexual (FALEIROS, 2004). Conforme a referida autora, essas quatro modalidades se entrecruzam, o que dificulta ainda mais sua identificação e conceituação. Libório (2004, p.24) corrobora com essa opinião e além disso, expõe:

As quatro modalidades de exploração sexual comercial encontram-se inter-relacionadas, e influenciam-se mutuamente, formando, às vezes, um círculo vicioso difícil de ser quebrado, no qual o tráfico para propósitos sexuais pode ter como consequência a prostituição, geralmente relacionada com a produção de material pornográfico.

A partir de então, apesar dos entraves, cada uma das modalidades supracitadas passaram a ser tipificadas. A exemplo, a “prostituição infantil”, quando exposta em ruas, avenidas, bares, terminais, e tantos outros espaços públicos, representa o caráter mais visível da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Porém, a mesma também se manifesta de forma camuflada, nos mais diversos ambientes. De acordo com Santos (2004, p.101), verificamos que:

O fenômeno da prostituição possui aspectos visíveis e invisíveis. A prostituição de rua é a sua fase mais visível e expressa-se na presença de crianças e adolescentes em pequenos grupos ou sozinhos nas imediações de restaurantes, bares ou logradouros públicos, turísticos ou não, não importando a hora do dia ou da noite, onde seus corpos são submetidos à venda ou expostos à violação de seus direitos humanos básicos [...]

Quando os sujeitos envolvidos nessa situação tentam disfarçar suas idades e identidades, elaborando um processo de adultização de seus corpos, essa também é uma forma de dificultar a identificação desse fenômeno. A tentativa de crianças e adolescentes em adulterar seus documentos e de adotar estratégias para serem vistos como adultos foi percebida nas falas dos entrevistados, conforme podemos verificar:

*[...] a gente ia pro motel, mesmo eu sendo de menor a gente conseguia entrar, porque eu nunca aparentei ser de menor. A gente sempre ia pra algum motel que eu já conhecia, geralmente era o x, o y, o z<sup>64</sup>, aqueles mixurucas mesmo. (Vanderson )*

<sup>63</sup> Usamos esse termo em aspas pois atualmente, o mesmo foi substituído pelo termo exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, conforme será abordado nesse estudo.

<sup>64</sup> De modo a resguardar esse estudo e seus participantes, optamos por não identificar o nome dos motéis e instituições citadas pelos jovens. Embora os motéis e instituições tenham sido recorrente na fala dos jovens participantes dessa pesquisa, a mesma não se propunha a realizar

*Na minha adolescência eu gostava muito de sair né, com 13, 14 anos, eu gostava de ir pra boate, eu não entrava, eu ficava na porta. A primeira vez que eu entrei foi com um documento que não era meu porque eu sempre fui assim altão e tive corpão. Aí eu conseguia disfarçar a minha idade e entrar nesses lugares, tudo por conta do meu corpão e dos documentos falsos. (Kuka)*

Disfarçar a idade é uma prática comumente adotada pelos sujeitos que vivenciam a exploração sexual. E embora essa tenha sido uma estratégia utilizada por esses jovens para “driblar” as leis e ter o “passe livre” em alguns estabelecimentos, ela corrobora com a preferência pela prática sexual com crianças e adolescentes, algo ainda atrativo para clientes do mercado do sexo.

Além da “prostituição infantil”, as demais formas de exploração sexual passaram a ser recorrente na vida de crianças e adolescentes. Dentre elas ressaltamos outra prática muito antiga mas presente até os dias atuais, trata-se da pornografia infantil. Essa prática consiste na exibição de crianças e adolescentes com a finalidade de obter prazer sexual ou promover prazer a outrem. Essa exibição pode ocorrer por diferentes meios (foto, vídeo) e sua criminalização vai desde a sua produção, distribuição ou uso do material produzido (LIBÓRIO, 2004).

Os primeiros registros que encontramos sobre a pornografia de crianças e adolescentes, foram os mencionados na obra de Lorenzi (1987), quando o autor dá ênfase a uma reportagem envolvendo um menino de cinco anos contracenando com uma garota de 17 anos em um filme chamado “come tudo”, exibido em 1986 no Rio de Janeiro e São Paulo (LORENZI, 1987, p.40). Ainda sobre a definição da modalidade pornografia infantil, podemos observar em Leal (1999, p. 26):

*A produção pornográfica utilizando crianças e adolescentes constitui exploração sexual e são considerados exploradores os produtores (fotógrafos, videomakers), ou intermediários (aliciadores e pessoas de apoio), os difusores (anunciantes, comerciantes, publicitários) e os colecionadores ou consumidores do produto final [...]*

Embora o ECA tenha tipificado a pornografia infantil como crime, a mesma ainda é uma realidade recorrente na vida de crianças e adolescentes da atualidade. Dos 10 entrevistados, 02 relataram ter participado dessa modalidade

---

uma investigação mais detalhada sobre a recorrência de situações de exploração sexual ocorridas em tais espaços.

da exploração sexual. Os jovens Juan e Gabriel Bryan declararam que através da exposição de fotos suas nas redes sociais, conseguiam divulgar seus serviços e manter contato com novos e antigos “clientes”. No depoimento de Juan identificamos essa realidade quando analisamos: “[...] *eu continuo a fazer programa através de um site, e combino tudo com os meus clientes no WhatsApp [...] você fala o seu preço, tira sua foto, tira foto até da suíte para saber se o cliente está no local, e pronto, é até mais seguro*”. Já o jovem Gabriel Bryan, por sua vez, relata que foi através da internet que se inseriu na rede de exploração sexual, conforme podemos perceber nas palavras do jovem: “[...] *Tudo começou por bate papo, todas as pessoas que eu achava foram por bate papo [...] no bate papo eu colocava "Menino afim" e dois cifrões, o que indicava dinheiro, aí os clientes iam pelo entendimento[...] e foi a partir daí [...]*”.

É fato que, em tempos atuais, há um maior acesso à pornografia – seja adulta ou infantil – e esse acesso foi ampliado mediante o desenvolvimento tecnológico. Em Santos (2004), percebemos que os crimes de pornografia infantil passaram a ter grande incidência após o surgimento e difusão da internet, pois essa ferramenta tem possibilitado maior divulgação e acesso a imagens pornográficas de crianças e adolescentes. Desse modo, os crimes que envolvem essa prática são de difícil responsabilização devido ao rápido acesso que a internet propicia, e à facilidade de camuflagem que a mesma favorece ao explorador sexual (SANTOS, 2004).

O tráfico para fins de exploração sexual, por conseguinte, consiste em outra modalidade da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, muito recorrente no nosso país. Encontramos registros sobre essa realidade ainda nas obras de Lorenzi (1987), de Santos *et al.* (1990) e Dimenstein (1992). O tráfico de crianças e adolescentes para fins sexuais ocorre mediante uma rede, que pode ter – ou não – conexão com as demais modalidades da exploração sexual; além disso, os sujeitos envolvidos nessa situação podem ser obrigados a outras formas de exploração. Segundo Faleiros e Faleiros (2008, p. 46) observamos:

A prática das redes de tráfico envolve atividades de cooptação e/ou aliciamento, rapto, intercâmbio, transferência e hospedagem da pessoa recrutada para essa finalidade. É importante destacar que, no tráfico nacional ou transnacional de mulheres, crianças e adolescentes, as

peças são exploradas não somente nas atividades sexuais comerciais (prostituição, turismo sexual, pornografia), mas também por meio de trabalho forçado e escravo.

Associado e sustentado por transações ilegais, o tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual pode acontecer a nível Internacional (ou seja, de país para país); a nível Estadual (de um Estado para o outro); e, a nível Municipal (sendo aqui mais recorrente o tráfico de crianças e adolescentes da região metropolitana, ou cidades do interior do Estado, para a Capital). Segundo as autoras Santos *et al.* (1990, p.102) temos que “[...] a rota do tráfico de crianças brasileiras pode se iniciar em Fortaleza, com destino ao Rio de Janeiro, onde as crianças são negociadas, ou pode ainda se estender do Sul do Brasil para países fronteiriços como Paraguai e Argentina”.

No documento do monitoramento da política de atendimento às vítimas de violência sexual, promovido em 2014 no município de Fortaleza, pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará – CEDECA, constatamos que o tráfico para fins sexuais ocorre da seguinte forma:

Tráfico para fins sexuais – é o deslocamento de localidade (em qualquer âmbito, seja municipal, estadual, nacional ou internacional) de uma ou mais pessoas para fins de exploração sexual. Esta forma de violência pode ser cometida contra crianças, adolescentes e adultos, independente de gênero. O tráfico conta com uma rede de pessoas, empresas e serviços minimamente articulados e organizados, dificultando assim a devida fiscalização e combate. (CEDECA, 2014, p.99)

Na nossa pesquisa empírica não foi identificado nenhum jovem inserido diretamente no tráfico para fins de exploração sexual. Porém, identificamos dois jovens que relataram ter recebido convites de viagem para outro país, sendo esse convite associado a uma estratégia de mudança e transformação do corpo masculino em um corpo feminino<sup>65</sup>. Kuka, em sua entrevista relata: “[...] eu já tava pensando em virar travesti e até viajar pra fora, realizar o sonho de fazer cirurgia, fazer plástica né [...] Já teve pessoa que quis me levar pro estrangeiro, só que eu não podia viajar por eu ser de menor”.

---

<sup>65</sup> A transformação do corpo masculino em um corpo feminino é uma realidade almejada por alguns meninos que se travestem e que estão, ou não, inseridos na exploração sexual. No nosso estudo, nos deparamos com essa realidade, como no caso do jovem Kuka. Segundo o referido jovem, quando o mesmo estava exercendo essa prática, sonhava em colocar silicone, tomar hormônio, deixar seu corpo “feminizado”, porém o jovem relatou que não tinha interesse em fazer a mudança do sexo, ou seja, retirar o pênis.

Nesse caso, o jovem expôs que, quando estava no “*auge*” da exploração sexual, pensava em viajar para outros países para fazer a transformação no corpo, porém, o mesmo também ressalta que sabia dos riscos que corria e que esse era um dos motivos pelos quais não aceitou o convite que lhe foi feito. O mesmo relata sobre casos de jovens que viajaram na esperança de realizar esse sonho, mas que acabaram sendo enganadas. Nas palavras de Kuka verificamos:

*[...] eu vejo pessoas, amigas travestis que hoje dia ainda são exploradas, porque tem umas cafetinas em outros estados, e elas pagam valores absurdos pra poder morar e trabalhar em uma esquina. Vão com uma pretensão e quando chegam lá é completamente diferente do que achavam, do que foi dito. Elas pedem pra voltar pro seu estado, pra sua família, mas eles não deixam porque a dívida existe, e eles ameaçam dizendo que se fugir eles vão fazer algo de errado com irmão, com a mãe [...]* (Kuka)

Retomando a análise sobre as modalidades da exploração sexual, temos, em Faleiros (2000), que essas modalidades vão de acordo com o desenvolvimento econômico de cada território. Assim, segundo a referida autora, nas zonas de extração mineral (garimpos) há presença maior de tráfico e de meninas/mulheres escravizadas em bordeis; em grandes centros urbanos a presença de garotas/os de programa é mais recorrente; já nas cidades onde houve grande incentivo ao investimento do turismo, floresceu o sexo turismo (FALEIROS, 2000).

Abordando agora a quarta e última modalidade da exploração sexual, temos o turismo sexual de crianças e adolescentes que, segundo Faleiros e Faleiros (2008), desenvolveu-se no Brasil a partir de 1980. Sendo mais recorrente nas cidades litorâneas do Nordeste brasileiro<sup>66</sup>, o turismo sexual também anda em conjunto com as demais modalidades da exploração sexual, principalmente com a pornografia infantil, uma vez que esta funciona como subsídio para a divulgação das crianças e adolescentes aliciadas para o turismo sexual. É nesse

---

<sup>66</sup> Em Fortaleza - Ce, o turismo tem atraído cerca de 1 milhão de pessoas por ano, segundo Diógenes (2008). Em seu estudo, a autora chama a atenção sobre o turismo sexual ser uma das modalidades recorrentes no referido município. No monitoramento realizado pelo CEDECA, em 2014, foi verificado que: “Fortaleza é muito conhecida pela alta incidência de turismo sexual. O tema é constantemente denunciado pelos meios de comunicação, e caminhar em diversos pontos da cidade é comprovação de todas essas denúncias. O crime é praticado abertamente nas ruas da cidade, onde centenas de meninas expõem seus corpos oferecendo serviços sexuais [...]” (CEDECA, 2014, p.26).

sentido que o Brasil foi citado, no Congresso de Estocolmo, como um país que promove e incentiva o pornoturismo<sup>67</sup> (Alves,2009).

Assim como as demais modalidades, o turismo sexual ocorre através de uma rede de exploração sexual. Essa rede envolve hotéis, restaurantes, barracas de praia, taxistas, garçons, agências de viagem, guias turísticos, dentre outros atores. Em Faleiros e Faleiros (2008, p. 45), podemos averiguar sobre os sujeitos envolvidos nessa modalidade, conforme os autores apresentam:

O turismo sexual pode ser autônomo ou vendido em excursões e pacotes turísticos, que prometem e vendem prazer sexual 'organizado'. É o comércio sexual, em cidades turísticas, envolvendo turistas nacionais e estrangeiros e, principalmente, mulheres e jovens, de setores pobres e excluídos, de países do Terceiro Mundo.

O turismo sexual foi uma das modalidades encontrada nas falas dos sujeitos participantes dessa pesquisa. Nos depoimentos de Kuka, os turistas apareciam como um dos principais clientes da exploração sexual, especialmente por conta do território o qual o mesmo utilizava para fazer programa – a Beira Mar<sup>68</sup>. Assim, Kuka e Alerrandro apontaram situações de turismo sexual quando relataram:

*Nós ficávamos em um determinado local que era bem próximo a orla da beira mar [...] e os turistas chegavam né, até nós [...] quando era na beira mar era gringo, era pessoas da proximidade que tinha condições financeiras [...] e chegava e perguntava, como se fosse uma entrevista né, perguntava quantos anos tinha, o que era que gostava de fazer, quanto que era o programa. Geralmente era R\$ 50,00 reais, mas se fosse um gringo era R\$ 150,00 [...] aí se aceitasse bem, se não, esperava o próximo, era como uma roleta, a noite passando e os clientes rodando atrás. (Kuka)*

*Comecei a fazer programa em Flexeiras, quando eu trabalhava de garçom, no restaurante x, lá na praia. Um turista me chamou pra ir no hotel dele, e eu, por curiosidade, acabei indo e ganhei dinheiro para ficar com ele, foi meu primeiro programa [...] e eu precisava, então fui [...]* (Alerrandro)

No III Congresso Mundial contra a Exploração Sexual, ocorrido no Brasil, em novembro de 2008, foram questionadas e debatidas sobre as novas formas de exploração sexual comercial e seus novos cenários. Assim, de acordo

<sup>67</sup> Expressão utilizada para se referir à pornografia em consonância ao turismo sexual (ALVES, 2009).

<sup>68</sup> Nos estudos realizados (DIÓGENES, 1998 e 2008; MESQUITA e MORAES, 2008; CEDECA, 2014, dentre outros), a Beira-Mar foi apontada como um dos territórios recorrentes para a prática de exploração sexual de crianças e adolescentes, sendo frequente o incentivo ao turismo sexual nesse local.

com os Anais do referido Congresso, houve uma mudança na nomenclatura das modalidades da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, e a mesma passou a ser subdividida e nomeada da seguinte forma: exploração sexual de crianças e adolescentes no contexto da prostituição (contemplando aqui as formas de exploração com ou sem agenciamento de terceiros); turismo sexual; tráfico para fins de exploração sexual (considerando tanto o tráfico interno como o internacional); e por fim, a pornografia infanto-juvenil (ampliando a atenção para os casos de pornografia na internet) (BRASIL, 2008).

Temos, portanto, que a exploração sexual comercial com agenciamento ocorre quando há um intermediário, ou seja, uma terceira pessoa que negocia o programa (desde os valores, local e demais requisitos para a ocorrência do mesmo), alguém a quem essa criança e/ou adolescente precisa “prestar conta”. Conforme pesquisa do CEDECA (2014), esse tipo de exploração é mais comum em bordéis, hotéis, pousadas, motéis e serviços clandestinos de acompanhantes. Situações como essa também foram observadas nas falas dos entrevistados, ao serem inseridos na exploração sexual por intermédio de terceiros, conforme podemos observar nas falas do jovem Alerrandro:

*Quando eu vim pra Fortaleza, eu fui morar com seis amigos, todos homossexuais, e quem nos arranjava os clientes era uma cafetina, uma senhora, ela nos ajudava com alimentação. A casa que a gente morava era alugada por ela, ela morava no Centro e nós no Jacarecanga. Ela dava a assistência de pagar o aluguel, a energia, pagava tudo, e fazíamos programa e pagávamos uma taxa para ela, geralmente era cinquenta reais por programa, que tínhamos que pagar a ela. E todo dia ela mandava clientes pra gente. Até mesmo quando a gente não queria. (Alerrandro)*

No caso da exploração sexual sem agenciamento, ocorre quando a criança e/ou adolescente oferece serviços sexuais sem necessariamente ter um intermediário, ou seja, esses sujeitos procuram se inserir (ou são incentivados por amigos, familiares, dentre outros) na rede de exploração sexual, em troca de dinheiro, roupa, droga e objetos de consumo de um modo geral (CEDECA, 2014). Essa foi a prática mais comumente vivenciada pelos sujeitos participantes dessa pesquisa.

Sobretudo, embora essa prática não seja obrigatoriamente organizada por um intermediário, ela também funciona por meio de uma rede, rede essa

interligada a outras práticas ilegais que facilitam e favorecem a inserção de crianças e adolescentes no mercado do sexo. Taxistas, motéis, bordeis, cafetinas, são possíveis intermediários que facilitaram o ingresso e permanência na exploração sexual vivenciada pelos jovens entrevistados nessa pesquisa. No depoimento de Karlos Angel e Juan identificamos:

*[...] Pra entrar em motel é fácil, porque tem motel que nem olha, num pede a identidade, num pede nada [...] a gente já sabia quais eram os motéis que não pedem identificação, pois os donos dos motéis mesmo, já sabem que por ali tem muito programa, e que tem menores, tem travestis, aí nem pede pra se identificar, no motel x, no y, no z, sempre tinha menores fazendo programas, eles já sabiam mas num pediam nada, pra facilitar pro cliente [...] (Karlos Angel)*

*Tinha uma pessoa que nos levava para rua, era uma pessoa que nós pagávamos. Era como se fosse um cafetão, ele nos dava a casa, peruca e o local, nós íamos para a esquina de carro, de táxi, era o carro dele. Ele ia nos deixar e buscar, ficava passando por nós durante a noite, como se fosse vigiando, e cada uma pagava vinte reais pra ele, por noite. (Juan)*

Portanto, pudemos identificar que quase todas as formas de exploração sexual foram vivenciadas pelos meninos participantes desse estudo, com exceção para a situação de tráfico para fins de exploração sexual. Assim, exploração sexual comercial com e sem agenciamento, turismo sexual, pornografia infanto-juvenil foram situações que permearam as falas dos entrevistados ao remeterem sobre suas histórias de vida.

Para as autoras Leal (1999), Faleiros e Faleiros (2008), o entendimento desse fenômeno deve andar em conjunto com a compreensão da organização da sociedade capitalista, uma vez que essa forma de organização social impulsionou todas as formas de exploração dos indivíduos, dentre elas, a exploração sexual. Em Faleiros e Faleiros (2008, p.41) podemos observar:

*Além da exploração econômica, a exploração sexual de crianças e adolescentes no mercado do sexo é um abuso, uma violência, uma violação de direitos e um crime. A exploração sexual comercial, por seu caráter econômico, deve ser estudada e compreendida no contexto do sistema capitalista e da sociedade de consumo globalizados e em suas articulações com as atividades econômicas dos territórios onde ocorre. A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes ocorre em um mercado específico, o mercado do sexo. Esse mercado abrange, de maneira profundamente articulada, o comércio do sexo e a indústria pornográfica. É sustentado, fundamentalmente, pelo lucro gerado na exploração do trabalho sexual de mão-de-obra adulta e infanto-juvenil.*



O modo de produção adotado pelo capitalismo intensificou as desigualdades sociais. Como abordado no capítulo anterior, a população jovem tem sofrido diretamente os impactos das transformações sociais e econômicas na sociedade brasileira<sup>69</sup>, impactos esses que perpassam a vida desses sujeitos desde suas infâncias e adolescências.

Situação de pobreza, trabalho precoce, desemprego, dificuldade de acesso a políticas públicas, são apenas alguns dos resultados e impactos do modo de produção capitalista na sociedade brasileira, impactos esses que podem influenciar direta e indiretamente para inserção de crianças e adolescentes no mercado do sexo. Sobre essa discussão, nos baseamos nos estudos de Vicente Faleiros (2004). Segundo o referido autor o modo de produção capitalista influencia diretamente nas desigualdades sociais que permeiam o cenário brasileiro. O autor ressalta que essas desigualdades podem ser responsáveis pelo ingresso de meninos e meninas no mercado do sexo. Conforme analisa o Faleiros (2004, p.63), temos:

[...] O trabalho precoce e subalterno aparece tanto para meninos como para meninas pobres, como o destino social de sua classe (Faleiros, 1995), trazendo para a discussão da exploração sexual, não apenas a questão da relação de classe social, ou seja, são os explorados economicamente que acumulam, na maioria, a condição de explorados sexualmente. São os filhos e as filhas dos excluídos e dominados pela economia capitalista que vão buscar sustento na periferia prostituída pelo próprio capitalismo.

A partir disso, observamos que o sistema capitalista se apropria desse mercado. Em Santos (2004), verificamos que a exploração sexual de crianças e adolescentes é uma indústria altamente rentável, que movimenta cerca de bilhões e opera no mundo inteiro (SANTOS, 2004). A ideia do corpo como mercadoria é também uma realidade presente no modo de produção capitalista. Essa forma de organização social tem como proposta inverter as relações sociais promovendo uma coisificação<sup>70</sup> dos sujeitos. Desse modo, se o sexo é uma mercadoria

---

<sup>69</sup> Para retomar essa discussão e obter detalhamento sobre o assunto, consultar o capítulo 2, tópico intitulado: "O TRABALHO SOB A ÓTICA DA JUVENTUDE".

<sup>70</sup> O termo coisificação é utilizado pelo autor Karl Marx como sinônimo para reificação, ou seja, para tratar da transformação de tudo em coisas, em objetos. Quando citamos tudo, nos referimos às pessoas, suas ideias, suas relações. O sujeito passa a ser um mero objeto, uma mercadoria, própria da cultura da sociedade capitalista. A autora Lamamoto (2010a, p.20) ressalta que "A reificação do capital – sua manifestação como sujeito não humano, coisificado na forma dinheiro, em que aparece numa relação consigo próprio, como motor de seu autocrescimento – ofusca os processos sociais reais mediadores de sua própria produção [...]".

altamente vendável, o corpo também o passa a ser. É nesse sentido que, na exploração sexual, o corpo, assim como o sexo, é uma mercadoria que está sujeita à venda, à troca, ao tráfico, ao turismo, à exposição, passando a ter um valor de uso e um valor de troca (LEAL, 1999).

É nesse sentido que o corpo como moeda de troca, como mercadoria, tem sido uma realidade vivenciada pelos jovens do sexo masculino inseridos na exploração sexual. Realidade essa, bastante recorrente na fala dos entrevistados, conforme podemos observar nos depoimentos de Kuka e Vanderson:

*Quando eu tava no programa eu me sentia um produto né [...] que tava ali pra ser usado, quem mandava era seu dinheiro, seu bolso. Se você tinha dinheiro você me levava, se não, deixasse aí que passava outro e me pegava [...] (Kuka)*

*Eu me sentia um copo descartável, usado e jogado fora, mas explorado não, porque eu ia por minha vontade. Eu me sentia um copo descartável porque ficava só ali, naquela noite. Tipo, acabou, pagou, foi embora. Tinha cliente que nem falava com a gente, terminou, tomou banho, foi embora. Eu me sentia usado, mas, eu já passei por tantas outras coisas que isso era o de menos. (Vanderson)*

Na fala de Vanderson, podemos apreender que o mesmo já passou por “tantas outras coisas” que se inserir no mercado do sexo, e sentir-se como um objeto, talvez fosse a menor das violações vivenciadas em sua vida. A inserção na exploração sexual pode ser interpretada aqui como uma forma de resistência ou uma estratégia a qual esse jovem buscou para lidar com as demais violações de direitos (vale ressaltar que o jovem em epígrafe teve tantos outros direitos violados que vão desde as condições mínimas de sobrevivência até a vivência das mais diversas formas de violência).

De acordo com o que foi exposto podemos perceber que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, nas suas diferentes formas de expressão, se apropria da exclusão social que aflige o cotidiano de crianças e adolescentes, principalmente as que compõem as classes mais pobres. As diferentes formas as quais a exploração sexual foi/é vivenciada pelos sujeitos da pesquisa, nos trouxe apenas um recorte de um retrato sobre como a mesma aparece na nossa sociedade. Um recorte, pois entendemos que essa problemática vai para além de uma análise de 10 casos de indivíduos que a

vivenciaram/vivenciam. Cada história é diferente, assim também o é cada vivência da exploração sexual. Em alguns momentos, essas histórias se entrecruzam e em outros, se distanciam. Assim se faz a história da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, assim são as interpretações sobre esse fenômeno. E é exatamente sobre essas interpretações que desenvolveremos o próximo tópico.

### 3.2 EXPLORAÇÃO SEXUAL VERSUS PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIL: DIFERENTES FORMAS DE VER UMA SÓ PROBLEMÁTICA

*Pra mim, exploração é quando você é obrigado a fazer uma coisa que você não queira, você é explorado, é usado, e era exatamente isso que acontecia comigo. Às vezes eu me sentia explorado, porque tinha coisas que eu não queria fazer, mas eu era obrigado a fazer o que eu não queria, e eu não gostava disso. (Karlos Angel)<sup>71</sup>*

Nesse tópico tratamos sobre uma discussão entre duas categorias que se assemelham e se distinguem ao mesmo tempo. Trata-se das categorias Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e “Prostituição infantil<sup>72</sup>”. Para estudarmos sobre o termo exploração sexual comercial de crianças e adolescente, se faz necessário compreendermos que a construção do mesmo, na sociedade brasileira, está associada à história da “prostituição infantil”. Isto porque, os primeiros estudos sobre essa temática carregavam consigo o tema “prostituição infantil” ou “prostituição infanto-juvenil”. Para Diógenes (1998, p.77):

A história de inserção na atividade na prostituição deve ser contada desde os seus primeiros passos, quando ela ainda não tinha nome, não tinha cara, não tinha jeito de prostituição. Ao contrário dos enfoques frequentemente utilizados para a discussão da temática, a prostituição não pode ser pensada e encarada como uma ação imediata e tópica. A prostituição é uma história. Isso quer dizer: ela se inicia nas primeiras vivências relativas à infância, à sexualidade e à família para apenas ganhar corpo e registro social. Desse modo, para bem poder caracterizar as tramas da prostituição infanto-juvenil, faz-se necessário compreender em que contexto se produz a situação prostituição infanto-juvenil? Quais os passos trilhados que configuram e dão existência à prostituição enquanto tal [...]

---

<sup>71</sup> Dados coletados nas entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa, nos meses de fevereiro, março e abril de 2017, na sede do Projeto ViraVida (localizada no SESI da Parangaba, Av. João Pessoa, nº 6754, Montese - Fortaleza - Ce).

<sup>72</sup> O uso de aspas se dá pelo motivo do termo “prostituição infantil” ter sido substituído pelo termo exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Conforme será detalhado neste tópico.

Temos aqui que o termo exploração sexual comercial, anteriormente era entendido como “prostituição infantil” e utilizado para se referir a uma realidade presente no nosso país desde o período colonial, no qual meninas negras escravas sofriam violência de seus senhores e eram obrigadas a se ‘prostituírem’ (SANTOS, 2004). Para a autora Leal (1999) a primeira forma de expressão da exploração sexual de meninos, meninas e adolescentes no Brasil, ocorrem em locais utilizados para explorar as riquezas naturais do nosso país – como por exemplo nos garimpos – e funcionava das mais perversas formas (cárcere privado, venda, leilão de virgens, tráfico). Além dessa forma de expressão, a autora também relata que haviam registros sobre exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas e em portos marítimos.

A associação da exploração sexual de crianças e adolescentes com a situação de rua, segundo Leal (1999) só aparece em seguida, sendo fruto das condições de miséria e negligência a qual esses sujeitos sofriam. Em seus primeiros estudos a referida autora mesclava os termos usando ora o termo exploração sexual, ora o termo “prostituição infantil”. Essa mistura entre os termos também é encontrada na fala dos jovens participantes desse estudo, que utilizavam os mais diversos nomes e códigos para se referir a essa prática, tais como: *prostituição, programa, exploração, descer pra pista, cair na vida, bater portinha, azarar os boys*, dentre outros. Analisando os depoimentos dos jovens, averiguamos:

*Para mim exploração sexual é quando usam crianças e adolescentes, é o mesmo que prostituir de menor, eu era explorado sexualmente, mas eu queria e gostava, mas era também exploração porque eu era de menor [...] (Juan)*

*Para mim exploração sexual é você ser usado, de uma forma nojenta, [...] eu as vezes eu me sentia sujo, não me sentia legal [...] eu tive até febre emocional, por ter que fazer coisas que eu não gostava, me sentia usado, eu me sentia explorado por estar sendo pago, estava me vendendo, e sendo explorado. (Gabriel Bryan)*

*Minha primeira experiência sexual foi com 14 anos, quando eu me assumi mesmo e decidi descer pra pista, quero dizer, fazer programa [...] (Vanderson)*

*[...] tinham bichas que batia mais portinha, isso é fazia mais programa [...] as vezes eu "batia", saía com um cliente, as outras chegavam e diziam: “E aí mona! A senhora bateu uma portinha né”[...] (Diego)*

O autor Santos (2011), também fez uso dos dois termos para falar sobre essa temática. Segundo o referido autor, a primeira forma de visibilidade da

“prostituição infantil” foram as trocas sexuais realizadas por meninos e meninas de rua, práticas essas denunciadas e colocadas em pauta para a formulação de políticas públicas pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, pelo Movimento de Defesa dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes e demais atores que almejavam dar visibilidade ao tema do abuso sexual e da “prostituição infantil”. Nas palavras de Santos (2011, p. 27) observamos:

A primeira forma de ‘prostituição’ a ganhar visibilidade nesse amplo movimento social de defesa dos direitos de crianças e adolescentes foram as trocas sexuais realizadas por meninos e meninas de rua. As ações no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a Casa de Passagem – ONG, criada no final da segunda metade da década de 1980 em Recife, que mais tarde passou a se chamar Centro Brasileiro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Casa de Passagem) – , contribuíram para dar visibilidade à interface entre a violência sexual doméstica, o engajamento de meninas de rua na prostituição e sua exploração sexual desde a mais tenra idade.

Temos que as décadas de 80 e 90 marcaram o período em que a “prostituição infantil” passou a ser visibilizada e, portanto, estudada. Um dos primeiros estudos sobre essa temática que ganhou maior repercussão no Brasil foi o Dossiê “Crianças e Adolescentes no Interior Amazônico: Injustiça e Descaso”, organizado pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, pelo Centro de Defesa do Menor de Belém, e outras entidades do Estado do Pará, denunciando a situação de centenas de meninas em condição de “prostituição escrava” em garimpos da Região Norte (SANTOS, 2011).

O referido estudo incentivou o autor e jornalista Gilberto Dimenstein a pesquisar e divulgar, em 1992, uma série de reportagens sobre diversas formas de “prostituição infantil” na Região Norte e Nordeste, reportagens essas que deram origem ao livro “Meninas da Noite: a prostituição de meninas-escravas no Brasil”. Dimenstein entrevistou 53 meninas que estavam nas mais diversas formas de “prostituição infantil” nas regiões do Nordeste (Maranhão) e Centro-Oeste (Tocantins e Mato Grosso). O referido autor se deparou com as seguintes situações:

No jogo do aliciamento vale tudo. Até namorar a vítima e depois vendê-la. Ou comprar a menina da família. As notícias sobre pais que vendem crianças são estonteantes [...] Há casos e mais casos de mães que exploram as filhas no próprio prostíbulo. Policiais que exploram as

garotas, como fonte de prazer e renda. Ou de pais que as usam para satisfação sexual. (DIMENSTEIN, 1992, p.20)

Outra prática comum na região eram os “leilões de virgens”; um deles, investigado por Dimenstein (1992), era realizado por Maria Dalva Bandeira, ex-professora, informada sobre a chegada de meninas virgens na cidade de Imperatriz, se responsabilizava em realizar o leilão dessas jovens colocando suas virgindades em comercialização.

Além dessas pesquisas de repercussão midiática, outros estudos sobre essa temática já vinham sendo desenvolvidos no nosso país ainda na década de 80. Como o caso da pesquisa de Mário Lorenzi, em 1987, intitulada por “Prostituição Infantil no Brasil e outras Infâmias”. Essa pesquisa denunciou diversas situações de “prostituição infantil” no país, apontando sobre suas possíveis causas e consequências. Para retratar sobre como essa situação acontece, Lorenzi (1987) utilizou como fonte o relatório da Associação Internacional dos juristas Democratas – AIJD.

Outro estudo sobre o assunto foi apresentado no livro “Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder”, de Maria Amélia Azevedo e Viviane Guerra, o qual aborda sobre a violência física e sexual vivenciada por crianças e adolescentes. Com sua primeira edição em 1989, essa obra retratou sobre os aspectos da violência sexual contra crianças e adolescentes, expondo as dificuldades em apurar estatísticas concisas sobre o assunto nessa época.

Em Fortaleza, o Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (NUCEPEC), da Universidade Federal do Ceará – UFC, desenvolveu no período de 1990 um dos trabalhos pioneiros no município sobre a “prostituição infantil”, intitulado por “Prostituição Infantil: considerações teóricas e observações sobre a realidade da cidade de Fortaleza, organizado por Santos *et al.*, apresentando a realidade de meninas envolvidas com a “prostituição”, na cidade de Fortaleza.

Assim, a repercussão na mídia, os estudos sobre a temática, a mobilização por parte de ONG’s, dos movimentos sociais e da sociedade civil como um todo, reverberou para que as autoridades brasileiras se posicionassem diante da problemática da “prostituição infantil”. Foi nesse momento que em 1993

foi realizada a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar casos de “prostituição infantil”. Conhecida como CPI da Prostituição Infantil<sup>73</sup>, a mesma ouviu cerca de 100 depoentes, conforme apresenta Sousa (2004, p.202):

No período de 27 de maio de 1993 a 9 de junho de 1994, a CPI ouviu, em depoimentos públicos ou secretos, centenas de pessoas (crianças, adolescentes e adultos), fez diligências por vários estados brasileiros, mobilizou a opinião pública e, por fim, apresentou em 9 de junho de 1994, à Câmara dos Deputados e à sociedade de uma forma geral, seu relatório final [...]

A partir dos depoimentos da CPI de 1993, foram realizados seminários e novos estudos sobre o assunto, inclusive estudos que questionavam o termo “prostituição infantil”. As mobilizações para entender e lidar com essa situação passaram a ocorrer a nível nacional e internacional. A CPI possibilitou que a temática da “prostituição infantil” entrasse de fato para a agenda das autoridades públicas e iniciou esse questionamento sobre o uso ou não do referido termo.

É dessa forma que a CPI supracitada foi um dos subsídios para a consumação do I Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizado na capital da Suíça, em Estocolmo, no ano de 1996. Os impactos desse Congresso na implementação de políticas públicas para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes foram de fundamental importância. O referido Congresso passou a ser um marco e uma importante ferramenta no que concerne ao enfrentamento à exploração sexual de incentivando novos estudos e pesquisas sobre essa problemática, tentando averiguar as principais causas que levaram e ainda levam crianças e adolescentes a ingressarem no mercado do sexo.

---

<sup>73</sup> A CPI de 1993 foi a primeira a investigar casos de exploração sexual de crianças e adolescentes. Porém, após esse período, novas CPIs para investigação dos diversos tipos de exploração sexual ainda ocorreram, como é o caso da CPI de 2001/2002, promovida pela Câmara Municipal de Fortaleza, que investigou casos de prostituição e turismo sexual na referida cidade; já a Comissão Parlamentar Mista de Inquerito da Exploração Sexual, de 2003, investigou casos emblemáticos em todo o Brasil, dentre eles citamos: “[...] no Vale de Jequitinhoma/MG (exploração sexual infanto-juvenil na cidade de Itaobim e adjacências com crianças sendo obrigadas a fazer programas sexuais pelo valor de R\$ 0,50; [...] em Fortaleza/CE, turismo sexual com exploração de adolescentes e com indícios de conexão com tráfico de mulheres para fins sexuais e tráfico de adolescentes do sexo masculino de Fortaleza para São Paulo, submetendo meninos a injeções diárias de silicone [...]) (FALEIROS, 2004, p.58-59); por fim, ressaltamos que em 2012, a Câmara Municipal de Fortaleza instaura uma nova CPI para investigar casos de exploração sexual de crianças e adolescentes. Esta última, realizou 13 audiências públicas, 18 reuniões com representantes de instituições e coletou 12 depoimentos de pessoas ligadas a órgãos públicos, a entidades de classe, a estabelecimentos comerciais sob suspeita e a Organizações Não-Governamentais – ONGs. A mesma revelou 74 pontos de exploração sexual em Fortaleza, sendo 21 voltados para o turismo em áreas da Orla do município. (CEDECA, 2014)

Foi a partir de então que os estudos sobre a temática trouxeram à tona uma discussão não consensual entre os termos exploração sexual de crianças e adolescentes e “prostituição infantil”. Autores como Leal (1999), Faleiros (2000), Libório (2004), Faleiros e Faleiros (2008), dentre outros mencionados nesse estudo, passaram a adotar o termo exploração sexual de crianças e adolescentes por acreditarem que esses indivíduos não se prostituem, mas sim, são prostituídos, abusados e explorados.

Faleiros (2000), deixa claro seu posicionamento ao dizer que todas as formas de violência sexual contra crianças e adolescentes são abusivas, inclusive a exploração sexual. A autora relata que identificou entre pesquisadores, instituições e profissionais que atuam com esse público, diferentes concepções quanto à inserção de crianças e adolescentes no mercado do sexo, sendo algumas posições favoráveis ao uso do termo “prostituição infantil” e outras, favoráveis ao termo exploração sexual. Em Faleiros e Faleiros (2008, p.43), temos:

Profissionais, pesquisadores e estudiosos da exploração sexual vêm questionando a adoção do termo ‘prostituição’ quando essa é praticada por crianças e adolescentes. Consideram que esses não optam por este tipo de atividade, mas são cooptados para praticá-la e, portanto, são prostituídos. São induzidos por adultos, por suas próprias carências e imaturidade emocional, bem como pelos apelos da sociedade de consumo. Neste sentido, não podem ser caracterizados como trabalhadores do sexo, mas sim como seres prostituídos, abusados, e explorados sexual, econômica e emocionalmente.

Já a autora Libório (2004) escolhe usar o termo criança e adolescente prostituído porque entende que a palavra prostituição carrega consigo o caráter de “opção”, e segundo a autora, essa “opção” só pode ser designada ao mundo adulto. Libório (2004) acrescenta que associar crianças e adolescentes à prostituição pode caracterizá-las como infratoras. Essa discussão sobre “opção” e escolha, quando se refere a crianças e adolescentes, é permeada por controvérsias. Não queremos nos colocar aqui enquanto contrários à prática da prostituição adulta, pois entendemos que a mesma, por si só, já carrega um estigma em nossa sociedade, e esse estigma caminha em conjunto com uma história de luta e busca pelo reconhecimento da profissão, por parte dos/das profissionais que a exercitam, nesse caso os/as profissionais do sexo. Porém,



quando se trata de crianças e adolescentes exercitando essa prática, entendemos que a mesma precisa ser investigada, averiguada bem de perto, de modo a entender os fatores e atores que levaram esses sujeitos a ingressarem e permanecer nessa situação, levando-nos a compreendê-la enquanto exploração sexual comercial.

Contudo, nas falas dos jovens entrevistados o uso da palavra opção também se faz presente. Segundo o jovem Vanderson, o seu ingresso na exploração sexual partiu de sua própria escolha, conforme o mesmo relata: “[...] eu pensei: eu quero isso e eu mesmo comecei a marcar. Tinha amigas que me indicava, aí eu pá, comecei a cair na esquina e fui me acostumando até os 18 [...] no nosso caso, eu num acho que era exploração não, porque a gente queria, eu mesmo optei [...]”].

O referido jovem relatou que não se sentia explorado, pois considerava ter ingressado nessa condição por vontade própria. Porém, no decorrer de sua entrevista, Vanderson relata que, por vezes, se sentia como um objeto e ficava constrangido ao ter que fazer coisas com as quais não concordavam, mas, como o “cliente é quem manda” o mesmo se sentia obrigado a fazer. A realidade de não se sentir explorado também surgiu na fala de outros participantes da pesquisa, como podemos verificar no depoimento de Kuka:

*Eu não me sentia explorado, porque eu não sabia o que era isso naquele tempo. Hoje se fosse naquele tempo eu acharia que era exploração, porque num é 50,00 reais nem 100,00 reais que vai servir pra pagar a minha dignidade, nem a minha alma que ficou ferida e um pouco abalada[...] (Kuka)*

O jovem relata aqui, que na época no qual estava inserido na exploração sexual não a considerava como exploração. Porém, ressalta que hoje, a percebe como uma forma de exploração e nos descreveu na entrevista, o modo como era explorado<sup>74</sup>. Sentir-se obrigado, sentir nojo, ter a alma ferida, febre emocional, vergonha, são vários os sentimentos que perpassam no cotidiano de jovens inseridos na exploração sexual, o que reforça a condição de violação de direitos que essa situação carrega consigo. Sentir-se ou não explorado é uma das indagações apresentadas também em outras pesquisas sobre exploração sexual

---

<sup>74</sup> Os detalhes sobre como era vivenciada a situação de exploração sexual pelos meninos participantes desse estudo serão melhor elucidados no próximo capítulo.

de crianças e adolescentes (DIÓGENES, 2008; MESQUITA e MORAES, 2008). As referidas pesquisas demonstram que crianças e adolescentes inseridos na exploração sexual não se sentem explorados, e constatam que:

Essas crianças e adolescentes de nossa cidade não têm consciência da exploração que vivenciam e chegam a afirmar que tolo é o outro, que o gringo é aquele fácil de ser “enrolado”, como uma artimanha própria daqueles que não conseguem ver, porque o conscientizar-se é paralisador. (MESQUITA e MORAES, 2008, p.86)

No nosso estudo, dos 10 jovens entrevistados, apenas 02 relataram que não se consideravam explorados. Porém, é válido analisarmos que essa pesquisa foi realizada após a participação desses sujeitos no Projeto ViraVida, o que pode interferir direta ou indiretamente na percepção desses jovens acerca da exploração sexual. Talvez, se tivéssemos realizado esse estudo há anos atrás, quando os jovens estavam cotidianamente inseridos na exploração sexual, seria provável que suas percepções fossem diferenciadas. Contudo, ao serem interrogados se sentiam-se explorados, a maioria (oito) relatou que sim. Nas falas dos jovens apreendemos:

*Eu me sentia explorado sim, porque eu era ainda um menino, um menino de 13 anos, sem o mínimo de expectativa de vida, com a cabeça minúscula, o cérebro sem pensar em nada, só queria saber de ganhar dinheiro [...] e as pessoas se aproveitavam disso e me exploravam [...] (Victor)*

*Para mim exploração sexual é quando uma pessoa explora a outra, a força, e eu me sentia explorado. Tinha certo tipo de coisa que eu não queria fazer, mas como tavam pagando você era obrigado a fazer, mas eu me sentia explorado quando eu fazia algo que não gostava, [...] quando pediam para fazer sem camisinha [...] diziam que eu tinha que fazer [...] eu me sentia qualquer um. Tinha uns que me puxavam, querendo fazer a força, querendo bater na gente [...] pelo dinheiro que eles tinham eles achavam que era o dono da vida da gente, era chato, eu não gostava, e é por isso que eu me achava explorado. (Ronaldinho)*

*Exploração sexual é ser obrigado, induzido ou aliciado, nem sei a palavra certa, enfim, você é obrigado a fazer sexo sem querer, tem aquela obrigação [...] você acaba sendo induzido a um ato sexual sem querer [...] eu me sentia explorado, lógico que nunca chegou alguém a dizer, bora você tem que fazer, ninguém me obrigou, mas, na maioria da vezes eu me sentia obrigado a ter que fazer aquilo (choro) eu sentia dificuldade pra fazer, não tem explicação, principalmente quando eu tinha que realizar os fetiches dos clientes. Eu estava vulnerável, eu era um produto, ele estava pagando, ele estava no direito dele, eu tinha a obrigação de fazer o que o cliente queria, porque ele estava pagando [...] (Alerrandro)*

Retomando à discussão sobre a mudança da terminologia “prostituição” para exploração sexual de crianças e adolescentes, a autora Leal

(1999) também vem contribuir para nossa análise. Segundo a referida autora, crianças e adolescentes “não escolhem” ingressar na situação de exploração sexual, mas são levados, devido ao contexto histórico, social, econômico e ideológico no qual estão inseridos. Para Leal (1999) a prostituição seria algo praticado de forma espontânea apenas por adultos.

Santos (2011) relata que a transformação desses conceitos – de “prostituição infantil” para exploração sexual – tem data certa, e essa data consiste no início da década de 1990, no auge das lutas em prol da efetivação dos direitos de crianças e adolescentes. O autor adverte que a mudança dos termos anda em conjunto com a luta contra o trabalho infantil e contra outras violações de direitos de crianças e adolescentes. Assim, Santos (2011, p.13) aponta:

A partir da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990a), juntamente com outras normas e acordos internacionais, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes deixaram de ser apenas crimes contra a liberdade sexual, passando a ser tratados como violações aos direitos humanos, ou seja, ao respeito, à dignidade, à liberdade, à convivência familiar e comunitária e ao desenvolvimento de sexualidade saudável.

Desse modo, na medida em que a “prostituição infanto-juvenil” passa a ser tipificada enquanto crime, o termo exploração sexual de crianças e adolescentes passa a ter mais adesão por parte dos estudiosos sobre o assunto. A legislação trabalhista brasileira, por si só, já vetaria que crianças e adolescentes praticassem esse tipo de “trabalho”. Isso porque, segundo a referida legislação, qualquer tipo de trabalho para menores de 14 anos é proibido. Acima dessa idade, e até os 18 anos, são permitidas na condição de aprendiz, atividades laborais que não propicie danos/riscos para esses sujeitos. Assim sendo, as condições de trabalho na prostituição, poderia se enquadrar aqui como trabalho perigoso, executado, em maior parte, no período noturno, podendo trazer prejuízos na vida daqueles envolvidos, sendo então proibido para crianças e adolescentes (SANTOS, 2011).

Além da legislação trabalhista, existem outros impedimentos à nível nacional e internacional que vetam a participação de crianças e adolescentes no mercado do sexo, como podemos observar:

Segundo a legislação e as normas internacionais, crianças e adolescentes de nenhuma idade pode ser envolvida em trabalho sexual. Existem tantos impedimentos de ordem dos crimes contra a dignidade quanto de ordem trabalhista [...] a legislação brasileira baseia-se em recortes de idade e a decisão do ato sexual (se voluntário ou involuntário). Assim, proíbe-se terminantemente qualquer relação sexual com pessoas menor de 14 anos, independentemente do emprego de força física ou não, fica presumida a violência da pessoa de maior idade. A prática sexual com pessoas dos 14 aos 18 anos, mesmo quando ocorrida sem violência ou exploração, pode ser também considerada crime de 'sedução' ou 'corrupção', se denunciado às autoridades, devido à existência de uso de poderes desiguais. Porém, se não houver denúncia formal, a polícia não tem instrumentos para prender um cliente da prostituição de adolescentes acima de 14 anos [...] (SANTOS, 2004, p.140)

E é justamente pela questão desse 'consentimento', por parte dos adolescentes acima de 14 anos, que o emprego dos termos "prostituição infantil" e/ou exploração sexual comercial de crianças e adolescentes torna-se uma polêmica na sociedade. Essa polêmica gira em torno de uma discussão na qual esses/as adolescentes são considerados/as maduros/as o suficiente para decidirem sobre o exercício de sua sexualidade e, ao mesmo tempo, são considerados/as como indivíduos em desenvolvimento<sup>75</sup>, cujas decisões ainda são fluidas e que, portanto, não podem se responsabilizar totalmente pelos seus atos. Em Faleiros (2000, p.16), identificamos também essa discussão, quando a autora revela:

[...] A questão do consentimento ou não da criança ou adolescente violentado sexualmente é uma das mais discutidas, controvertidas, e sujeita a preconceitos, inclusive dos pontos de vista policial, legal, jurídico e da opinião pública. A cultura machista tende a culpabilizar a vítima mulher, acusando-a de seduzir o homem violentador sexual. Outro argumento que vem sendo muito utilizado juridicamente na defesa de violentadores sexuais é o de que as adolescentes atualmente são amadurecidas e informadas o suficiente para se oporem a abusos sexuais, o que significaria que estes ocorrem com o consentimento das vítimas ou provocados por estas.

Não obstante, imbuídos pelas análises da consulta bibliográfica e das legislações pesquisadas e apresentadas no decorrer desse estudo, nos posicionamos enquanto favoráveis ao uso do termo exploração sexual comercial de crianças e adolescente, por acreditarmos que meninos e meninas, ao

---

<sup>75</sup> Entendemos aqui que crianças e adolescentes são sujeitos em condição de desenvolvimento e, de acordo com o novo Código Civil Brasileiro, Lei 10,406 de 10/01/2002, Art. 5º: São absolutamente incapazes até os 16 anos e, relativamente desta data até os 18 anos, para exercerem pessoalmente alguns atos da vida civil[...].

ingressarem nessa situação, não podem ser culpabilizados diretamente sobre essa “escolha”; por entendermos que existem diversos condicionantes que favorecem essa “decisão” – sendo alguns desses condicionantes apresentados nesse estudo tais como situações de violência, violações de direitos e aspectos culturais da sociedade brasileira – ; e por compreendermos que, na medida em que não são possibilitadas uma variedade de opções de escolhas para esses sujeitos, os mesmos se limitam a escolher as alternativas que lhe são postas. Sobretudo, para reforçar essa discussão a respeito das escolhas desses jovens, nos baseamos na reflexão da autora Liana Araújo (2007,p.98):

Embora as escolhas sejam próprias dos sujeitos, elas não podem ser entendidas e estabelecidas como algo apenas do sujeito que escolhe. Por isso, em última instância, são os seus responsáveis imediatos. De fato, as escolhas são postas pelos sujeitos em relação e interação com o mundo objetivo, e são engendradas a partir da complexa relação homem e mundo. Como afirmou Marx (1985b) os homens fazem sua história, porém não pela sua própria vontade imediata, mas sob circunstâncias dadas e postas, com as quais estão diretamente se confrontando.

Assim sendo, consideramos que a desigualdade social estabelecida no nosso país é uma das circunstâncias que levam crianças e adolescentes a ingressarem no mercado do sexo. Através de consulta ao arsenal de trabalhos realizados sobre exploração sexual de crianças e adolescentes verificamos que essa situação não atinge apenas as classes mais desfavorecidas, porém, é consenso entre os/as autores/as consultados/as que essa é uma realidade muito mais recorrente nas camadas empobrecidas, sendo a necessidade financeira um dos principais motivos<sup>76</sup> que levam meninos e meninas a ingressarem no mercado do sexo.

Não queremos aqui estabelecer que meninas e meninos em situação de pobreza estão determinados a ingressarem na exploração sexual, contudo, uma das últimas pesquisas<sup>77</sup> (MESQUITA e MORAES, 2008, p.160-161)

---

<sup>76</sup> Importante ressaltar que os motivos que levaram os jovens participantes dessa pesquisa a ingressarem na exploração sexual, serão apresentados apenas no próximo capítulo.

<sup>77</sup> Além dessa, outras pesquisas abordaram sobre o perfil de meninos e meninas inseridos nas redes de exploração sexual. Como exemplo, citamos o estudo de Vicente Faleiros (2004), no qual o mesmo relata: “Essa rede de exploração sexual usa um número significativo de pessoas provenientes de regiões de pobreza e de famílias com relações de violência sexual e maus-tratos ou com trajetórias de desproteção e abandono dos filhos, que, por sua vez, não são devidamente atendidos pelos poderes públicos [...] A relação entre prostituição infanto-juvenil e a pobreza familiar vem sendo constatada em várias pesquisas, mostrando que as condições sociais e

desenvolvida em Fortaleza, sobre o perfil das crianças e adolescentes inseridas nessa situação, deduz que o valor *per capita*/família é de R\$ 89,92 (oitenta e nove reais e noventa e dois centavos), admitindo então que as famílias desses indivíduos compõem as classes de menor perfil socioeconômico. No caso dos jovens participantes desse estudo, conforme pesquisa documental<sup>78</sup>, identificamos uma realidade bem próxima do que foi apresentado. Dos 10 jovens, apenas 2 possuíam renda *per capita*/família de aproximadamente R\$ 300,00 (trezentos reais), os demais, a renda *per capita*/família variava entre R\$ 100,00 (cem reais) a 70,00 (setenta reais), o que classifica a maioria dos participantes como pertencentes às classes de menor perfil socioeconômico. Esses dados levam-nos a refletir e questionar se esses sujeitos tiveram a oportunidade para fazer escolhas diferentes.

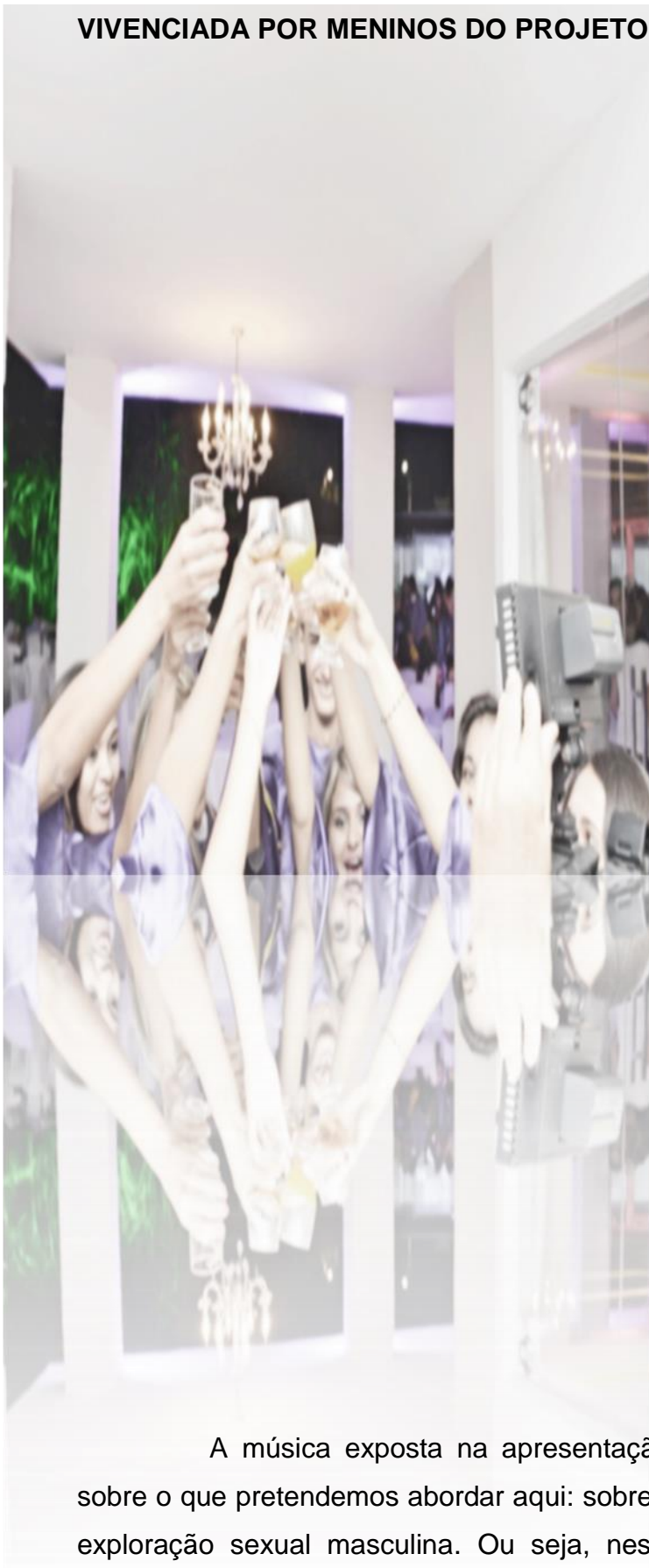
Então, sendo a exclusão (e aqui nos referimos tanto à exclusão social quanto à econômica) um dos principais determinantes da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, lidar com essa situação perpassa possibilitar a inclusão dos sujeitos nela envolvidos. Quando falamos em inclusão nos remetermos ao acesso aos direitos implementados para crianças e adolescentes, como também, às políticas públicas que foram criadas para colocar em prática aquilo que a lei determina. Os jovens participantes desse estudo apontaram diferentes aspectos que os levaram a ingressar, permanecer ou sair da situação de exploração sexual, aspectos esses que serão apresentados no próximo capítulo, onde retrataremos também sobre como a exploração sexual masculina foi vivenciada pelos meninos participantes desse estudo.

---

culturais se articulam às condições econômicas de exclusão social de onde proveem a maioria das garotas e garotos sexualmente explorados [...]". (FALEIROS, 2004, p.59)

<sup>78</sup> Para coletarmos os dados sobre a renda familiar dos jovens, ao ingressarem no Projeto ViraVida, consultamos registros, relatórios e fichas, documentos esses, que traçavam o perfil socioeconômico dos mesmos.

#### 4 A EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL MASCULINA: UMA REALIDADE VIVENCIADA POR MENINOS DO PROJETO VIRAVIDA – CE



*Bebida é água  
 Comida é pasto  
 Você tem sede de quê?  
 Você tem fome de quê?  
 A gente não quer só comida  
 A gente quer comida, diversão e arte  
 A gente não quer só comida  
 A gente quer saída para qualquer parte  
 A gente não quer só comida  
 A gente quer bebida, diversão, balé  
 A gente não quer só comida  
 A gente quer a vida como a vida quer  
 A gente não quer só comer  
 A gente quer comer e quer fazer amor  
 A gente não quer só comer  
 A gente quer prazer pra aliviar a dor  
 A gente não quer só dinheiro  
 A gente quer dinheiro e felicidade  
 A gente não quer só dinheiro  
 A gente quer inteiro e não pela metade[...]*

**(Titãs, música: Comida)**

A música exposta na apresentação desse capítulo trata exatamente sobre o que pretendemos abordar aqui: sobre diferentes interpretações acerca da exploração sexual masculina. Ou seja, neste último capítulo, expomos sobre

como acontece a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes do sexo masculino, sobre os motivos que levaram esses sujeitos a ingressar nessa situação e sobre os significados da exploração sexual para os meninos que a vivenciaram/vivenciam. Para tanto, tomamos como ponto de partida a análise e interpretação dos discursos dos entrevistados, no qual expuseram sobre a exploração sexual vivenciada em suas infâncias e adolescências, junto a isso, utilizamos a análise da pesquisa bibliográfica utilizada no decorrer desse trabalho.

Tivemos dificuldade em recorrermos a estudos de autores e autoras que pesquisaram sobre o fenômeno da exploração sexual comercial masculina devido à escassez dos mesmos. Ou seja, nos deparamos com poucas pesquisas que trataram especificamente sobre situações de crianças e adolescentes do sexo masculino inseridos na exploração sexual. No entanto, para somar ao nosso trabalho, tomamos como referência os estudos de Perlongher (1987), Diógenes (1998 e 2008), Faleiros (2000), Alves (2009) e Delmondes (2012). Ademais, partimos principalmente da realidade, ou seja, da interpretação das vivências relatadas pelos sujeitos participantes da pesquisa, para entendermos sobre onde, como e porque a exploração sexual masculina acontece/aconteceu.

Necessário ressaltarmos que todos os objetivos que buscamos foram alcançados e têm sido apresentados ao longo desse trabalho. Desse modo, o objetivo que pretende identificar os motivos que levaram jovens do sexo masculino a ingressarem na exploração sexual, como também o que pretende desvendar o sentido dessa prática na vida desses sujeitos, serão abordados a seguir. Por fim, nossa pesquisa foi para além desses objetivos propostos e apreendeu, a fundo, sobre como a exploração sexual masculina acontece, destacando dados específicos sobre a mesma, tais como: clientes, valores, territórios, consequências, dentre outros; conforme poderemos observar adiante.

#### 4.1 ONDE, QUANDO E COMO OCORRE A EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL MASCULINA

[...] Sempre fui o menor da turma, pequeno, pequenininho. E às vezes o menor se sentia tão sozinho. Foi bom pra eu me virar, aprendi a me virar. Descobri o valor dos sonhos, me virei pra realizar! Tava tentando descobrir onde a felicidade mora, até meu pai me dizer: ‘– Engole o



choro, homem não chora!’ Com essa frase na cabeça, e o sonho no coração, olhei pro horizonte e fui buscar uma solução.” (RIMA, 2017, p.18)

Meninos em situação de exploração sexual comercial, ainda pequenos, pequenininhos, aprenderam a “se virar”. E muitos, tiveram que “se virar” sozinhos. A poesia acima, escrita pelo poeta, rapper, músico Felipe Rima – um jovem cheio de sonhos, oriundo “das Zareias” (comunidade localizada na periferia de Fortaleza – Ce) – vem contribuir e nos inspirar na construção do nosso trabalho.

Ali, o poeta apresenta dois pontos fundamentais nesse estudo. O primeiro: “[...] aprendi a me virar [...] fui buscar uma solução”. Todos os dias, crianças, adolescentes e jovens, no cenário brasileiro, aprendem a “se virar” e “buscar soluções”, e aqui nos referimos, especialmente aos sujeitos das classes desfavorecidas, na qual o trabalho precoce, a situação de rua, e outras violações de direitos se fazem presentes com maior frequência. Foi aprendendo a “se virar” que meninos passaram a ingressar na exploração sexual comercial: seja para ter dinheiro, para ter comida, para ter droga, para ter roupa, para ter sonhos ou para sonhar em ser o que quiserem o ser. E é justamente aqui que chegamos no segundo ponto dessa poesia, que vem a contribuir com o nosso estudo: “[...] – Engole o choro, homem não chora [...]”. Na sociedade brasileira, por muito tempo e, por vezes ainda hoje, são impostos alguns padrões de comportamento para homens, mulheres, travestis, transexuais... Padrões esses que vêm aos poucos, sendo modificados, e quando falamos aos poucos, aqui nos remetemos a um trabalho árduo e incansável de lutas e mobilizações impulsionada por movimentos sociais<sup>79</sup> para que os referidos sujeitos sejam reconhecidos enquanto plurais e ao mesmo tempo com suas particularidades e individualidades.

Mas, o que isso tem a ver com a nossa pesquisa? Tudo! Numa sociedade em que um homem não pode sequer chorar, como pode esse mesmo homem se deixar explorar? Iniciamos falando sobre isso, porque ao começarmos a desenvolver a nossa pesquisa, nos deparamos com a seguinte realidade: Será a exploração sexual masculina um fenômeno invisível? Nos fizemos essa pergunta devido à dificuldade em que obtivemos para buscar, consultar e

---

<sup>79</sup> Os principais movimentos sociais que buscaram de uma maior igualdade de gênero e reconhecimento de identidade são: movimento feminista, movimento LGBT, dentre outros.

encontrar material teórico que abordasse especificamente sobre esse tema. De acordo com o autor Alves (2009, p. 10-11), verificamos que:

[...] os estudos e pesquisas não tem direcionado sua atenção para os adolescentes do sexo masculino inseridos no mercado do sexo. Poucos estudiosos chamam a atenção para a inserção das crianças e adolescentes do sexo masculino no mercado do sexo, apontando que, apesar da existência em menor escala, a situação também é numerosa e tem aumentado [...]

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, em si mesma, é um crime bastante comum, mas subnotificado em nosso país. Autoras (FALEIROS, 2000; LIBÓRIO, 2004) o definiram como um fenômeno que possui classe, cor e gênero, e esse gênero ao qual se referiram aqui, trata-se do feminino. É fato que meninas e mulheres são as principais vítimas das mais diversas formas de expressão da violência sexual. Elas aparecem em maior número nas pesquisas realizadas sobre essa temática (DIÓGENES, 1998; MESQUITA e MORAES, 2008; dentre outras). Além disso, precisamos lembrar que compomos uma sociedade machista e sexista, na qual as mulheres ainda ocupam um lugar desfavorável em relação aos homens, situação essa, fruto também de uma sociedade baseada na síndrome do pequeno poder.

De acordo com a autora Saffioti (2000), a síndrome do pequeno poder deteriora todas as relações sociais, dando ênfase às desigualdades sociais entre seus protagonistas. Assim, nesse modelo, “[...] Crianças são consideradas socialmente inferiores a adultos, mulheres socialmente inferiores a homens, negros socialmente inferiores a brancos, pobres socialmente inferiores a ricos [...]” (p.18). Sobretudo, a autora relata que a síndrome do pequeno poder se expressa na nossa sociedade da seguinte forma:

[...] Trata-se do trabalhador que, com raiva de obedecer às ordens de seus superiores hierárquicos, maltrata a mulher e os filhos, quando volta a casa. Trata-se da mãe que oprimida e espezinhada pelo marido, exerce seu pequeno poder contra os filhos, maltratando-os quando atacada pela síndrome do pequeno poder. Trata-se do assaltante jovem, que estupra uma mulher de mais de 70 anos. Obviamente, o móvel do crime não foi o desejo sexual, mas a síndrome do pequeno poder [...] (SAFFIOTI, 2000, p.18)

Segundo Saffioti (2000), esta síndrome acontece por conta das relações de desigualdades existentes entre os indivíduos. Desse modo, aquele

que se encontra em posição favorável aplica seu poder diante daquele que está em posição desfavorável. Assim, mulheres, travestis, meninas aparecem como os últimos lugares na ordem do poder. Embora o número de mulheres e meninas vítimas de violência sexual seja consideravelmente maior do que o número de homens e de meninos, é fato que o ingresso desses últimos na exploração sexual comercial é algo que merece atenção. Conforme o autor Alves (2009, p. 12), temos:

Nos últimos anos a mídia vem tratando do assunto. Especialmente no Rio de Janeiro, em jornais de grande circulação, como por exemplo, o jornal O Globo chamou a atenção para a presença de garotos na exploração sexual comercial, destacando em abril de 2008 o episódio de um adolescente de 12 anos de areia em Copacabana e que manteve relações sexuais comerciais em hotel de luxo [...] De acordo com o jornal, os aliciadores recebem R\$ 500,00 pelo agenciamento e o adolescente teria recebido R\$ 200,00 por manter relações sexuais e pernoitar com o cliente estrangeiro.

No ano de 2009, o mesmo periódico publicou uma série de reportagens denunciando casos de exploração sexual comercial de meninos, meninas e travestis, associando esse crime ao narcotráfico. Nesse caso, os traficantes agiam como aliciadores que favoreciam para que crianças e adolescentes mantivessem relações sexuais com adultos, crime esse, que ocorreu mediante apoio de policiais corruptos (ALVES, 2009).

Além desses, investigamos novos casos de Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes do sexo masculino, dessa vez nos deparamos com as seguintes situações: em janeiro de 2014, meninos iniciantes no futebol amazonense denunciaram situações de assédio em escola de futebol, em Manaus. Os mesmos ressaltam que para ingressarem e se manterem vinculados aos times precisavam ter relações sexuais com técnicos, que “ofereciam dinheiro e titularidade nas equipes em troca de sexo”. Recentemente, em maio de 2017, outro treinador de uma escola de futebol, no município de Canarana na Bahia, foi denunciado por aliciar meninos para ingressar no time. Esse crime, por sua vez, foi denunciado por meio do Disque 100<sup>80</sup>.

---

<sup>80</sup> Esses dados foram investigados, coletados e divulgados em internet e na mídia local. Os mesmos encontram-se disponíveis nos seguintes endereços: <http://catbasebrasil.blogspot.com.br/2014/01/denuncia-exploracao-sexual-no-futebol.html> e <http://g1.globo.com/bahia/noticia/treinador-de-escola-de-futebol-e-presos-suspeito-de-aliciar-menores-na-ba.ghtml>. Acesso em julho de 2017.

Pesquisas (FALEIROS, 2004; SANTOS, 2011) apontam que a exploração sexual masculina ainda consegue ser mais subnotificado que a exploração sexual feminina, por isso, a mesma aparece em menor proporção nos espaços de produção teórica. Porém, a quantidade não diminui a importância desse fenômeno. Em Santos (2011, p.12-13) observamos:

[...] Contudo, o fato de a maioria dos casos notificados ser de crianças e adolescentes do sexo feminino não deve minimizar a importância dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes do sexo masculino, para os quais vêm sendo computados números crescentes de denúncias à medida que as campanhas pró-notificação contribuem para superar os tabus de gênero.

A autora Saffioti (2000) associou essa subnotificação dos casos de exploração sexual comercial masculina ao tabu tão presente na sociedade brasileira, no qual o sexo masculino não pode ser passível de crimes sexuais, pois isso “pode pôr em risco” sua masculinidade. Será então esse um motivo para que, em nossa sociedade, a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes do sexo masculino não tenha tanta visibilidade? Ao realizar nosso trabalho, nos deparamos com essa dificuldade pois poucos foram os estudos realizados especificamente sobre esse assunto.

Localizamos pesquisas (DIÓGENES, 1998; DIÓGENES, 2008; MESQUITA e MORAES, 2008) que falam sobre crianças e adolescentes de ambos os sexos inseridas/os na exploração sexual. As referidas pesquisas apresentam sobre como essa problemática acontece, levantando importantes estatísticas sobre o assunto, apresentando dados tanto referente ao público feminino quanto masculino. Em Mesquita e Moraes (2008), verificamos que o número de meninos inseridos na exploração sexual comercial vem crescendo<sup>81</sup>, segundo as autoras, o percentual encontrado foi de: 57,4% de meninas envolvidas na exploração sexual *versus* 42,6% entrevistados do sexo masculino. Se os números vêm aumentando, continuamos a nos indagar sobre os motivos da invisibilidade dessa situação na nossa sociedade e nos trabalhos acadêmicos.

Outros estudos consultados, falam sobre a prostituição masculina adulta, porém, é possível verificarmos também a presença de adolescentes do

---

<sup>81</sup> Em pesquisa realizada anteriormente por Diógenes (1998), as estatísticas apresentavam que o segmento entrevistado era 27,1% do sexo masculino e 72,9% do sexo feminino.

sexo masculino nesse contexto. Nos referimos aqui ao trabalho de Perlongher (1987), um dos pioneiros no Brasil a tratar sobre a presença da figura masculina no mercado do sexo, mais especificamente em São Paulo. Foi o primeiro trabalho que alcançou de fato esses sujeitos, colhendo depoimentos de como os mesmos vivenciavam essa situação. Porém, Perlongher (1987) não diferenciou o caso de adolescentes, jovens e adultos inseridos no mercado do sexo, não identificando a situação de meninos nessa atividade enquanto exploração sexual comercial.

Tratando diretamente sobre esse assunto, ou seja, sobre a exploração sexual comercial de meninos, encontramos apenas o estudo de Alves (2009) e Delmondes (2012). Utilizamos o primeiro como principal referência para entendermos sobre como esse fenômeno acontece. Imbuído de suas análises sobre a temática e de sua experiência profissional, Alves (2009) desenvolveu essa pesquisa na cidade do Rio de Janeiro, e identificou que a exploração sexual masculina era algo recorrente, porém, esse público não conseguia chegar aos projetos, programas e políticas públicas, que atuam no enfrentamento à essa problemática. O autor reforça ainda que as instituições, como também seus profissionais, encontram-se despreparados para atender os meninos explorados sexualmente.

Sobre os estudos nessa área, Alves (2009) menciona a pesquisa de Araújo (1996), na qual é constatado que o número de “meninos na prostituição” é um dado sub-relatado no mundo, havendo uma crescente ocorrência dessa situação na América Latina e na Ásia. Além dessa, Alves (2009) refere-se ao estudo desenvolvido por Lopes e Stoltz, em 2002, na qual o mesmo observa:

A pesquisa realizada por Lopes e Stoltz (2002) teve como objetivo caracterizar a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na região de Foz do Iguaçu, Paraná – Brasil, tendo como sujeitos da pesquisa 60 crianças e adolescentes em situação de rua, explorados sexualmente, com idade entre 10 e 17 anos de ambos os sexos, notando-se aí a resposta de 38 entrevistados do sexo masculino [...] (ALVES, 2009, p.11)

Alves (2009) ressaltou sobre sua dificuldade em encontrar um arcabouço teórico tratando sobre a exploração sexual masculina, e relatou também sobre os obstáculos que encontrou para alcançar os adolescentes do sexo masculino, participantes do seu estudo. Ao nos depararmos com essa mesma dificuldade, pudemos perceber o quanto esse fenômeno ainda é

“invisibilizados” pela mídia, academia e políticas públicas. Os jovens participantes do nosso estudo também relataram sobre essa “invisibilidade” na exploração sexual masculina. De acordo com os entrevistados, embora em número menor, existem sim, crianças e adolescentes do sexo masculino fazendo “programas sexuais”, mas, devido ao preconceito, a sociedade “não quer ver”. Conforme o depoimento de Karlos Angel, observamos:

*Eu vejo e conheço poucos meninos fazendo programa, vejo mais é travesti [...] e a sociedade já tem aquele padrão, achando que homem não faz isso. Então é uma coisa escondida, a sociedade não quer ver. As pessoas não querem falar sobre isso, e quando falam, falam besteira, querem matar, mas existem homens que fazem sim e fazem por necessidade. (Karlos Angel)*

Nos discursos coletados nas entrevistas, os jovens apontavam que, por serem meninos e por medo de serem julgados, tinham vergonha de falar sobre o que faziam. Contudo, os jovens ressaltaram que meninas, “travinhas”, travestis e “as bichas”<sup>82</sup>, falavam sobre o assunto abertamente. Assumir-se enquanto explorados sexualmente significa assumir uma posição de desvantagem, posição essa, na qual os homens não foram “ensinados” a ocupar.

Em nossa sociedade, cada ser, seja homem ou mulher, aprendeu como deve agir, o que deve falar, como deve andar, como deve ser. Belotti (1983, p.08) destaca que “As raízes da nossa individualidade são profundas e nos escapam, pois não nos pertence, foram outros que as cultivaram para nós, sem que disso tomássemos consciência [...]”. A partir da diferença entre os sexos são atreladas desigualdades entre o gênero masculino e feminino. Sobretudo, essa desigualdade advém de uma ordem socialmente construída por uma série de símbolos, normas e valores que coloca a mulher numa posição desfavorável à do homem. O sociólogo francês Bourdieu (2007) faz uma análise sobre as relações estabelecidas entre homens e mulheres, enfatizando *como* e *porque* a dominação se estabelece e se *naturaliza*. Para tanto, Bourdieu (2007, p.82) destaca:

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (esse) é ser-percebido (percipi), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar de outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam ‘femininas’, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas [...]

---

<sup>82</sup> Todos os termos apresentados aqui foram utilizados pelos jovens entrevistados participantes do nosso estudo. Eles relataram que esses são alguns dos códigos e termos que utilizam nas ruas.

Mas assim como as mulheres, os homens também compõem uma ordem social que impõe papéis predeterminados que interferem nas suas relações. Prova disso, é a dificuldade de alguns jovens em se declarar explorado sexualmente. Ser explorado aqui significa ser frágil, coisa que, historicamente e socialmente foi atribuído ao gênero feminino. Ao sexo masculino, no Brasil, por muito tempo foi exigido a capacidade de provimento, de força e de autoridade, uma identidade que, segundo Nolasco (1995) vem permeada por uma necessidade de reconhecimento social. O trabalho e o desempenho sexual, para o gênero masculino, têm sido apontados como a principal forma de se obter reconhecimento social. Segundo Nolasco (1995, p.50), observamos:

O trabalho e o desempenho sexual funcionam como as principais referências para a construção do modelo de comportamento dos homens. Desde cedo, os meninos crescem assimilando a ideia de que, com o trabalho, serão reconhecidos como homens.

Assumir a condição de explorado foi um desafio para esses meninos. Porém, mesmo assim, esses sujeitos foram capazes de declarar abertamente sobre como vivenciaram a exploração sexual comercial, o que nos permitiu lançar um olhar diferenciado para entender quem são esses jovens, quais os motivos o levaram a ingressar nessa situação e quais os significados da mesma na vida desses indivíduos.

Assim, para analisarmos os dados da nossa pesquisa, se faz fundamental falarmos sobre onde esse fenômeno acontece, sobre o território no qual esses meninos realizavam seus “programas sexuais”. Segundo Faleiros (2000), a rua funciona de acordo com a lei do mercado, ou seja, de acordo com “a lei da oferta e da procura”, e tudo tem seu preço. Frequentar a rua tem seu preço. Fazer programa tem seu preço. O território tem seu preço.

Mas não seria a rua livre? Pois bem, identificamos em nossa pesquisa que a rua não é livre e impõe suas regras, suas normas, suas leis. “Não poder brigar” e “ter que pagar” foram as normas mais recorrentes nas falas dos jovens. Nas palavras de Diego,

*Na esquina não podia haver brigas [...] não podia ter briga para não atrapalhar o movimento do “ponto”, por que muitas vezes os clientes se afastavam com medo de confusão, e por isso a cafetina mantinha a ordem do local. (Diego)*

Utilizaremos aqui nesse estudo o termo “território” para retratar o local no qual os meninos entrevistados realizavam seus programas sexuais. Esses “territórios” consistiam nos mais diversos, pois haviam jovens que frequentavam praças, ruas, avenidas, esquinas; outros se comunicavam com os clientes por redes sociais e iam ao encontro dos mesmos em motéis; outros frequentavam “casas de amigos”, locais nos quais eram explorados sexualmente por um intermediador. Desse modo, verificamos os mais diversos “territórios” utilizados por esses meninos para a prática sexual.

Na pesquisa de Delmondes (2012), também foi tratado sobre os diversos territórios e espaços de exploração sexual comercial, utilizados por adolescentes do sexo masculino. Assim, a referida autora identificou que a exploração sexual comercial de meninos é uma realidade existente em Brasília, embora seja também “invisibilizadas”. Sobre como e onde essa situação acontece, a autora relata:

Os adolescentes masculinos, de forma discreta, mas presentes, são vistos sendo abordados por clientes e levados a determinados lugares. Existem locais com pontos que servem apenas para o adolescente se encontrar com os clientes, que podem ser frequentes ou espontâneos, inclusive com horários agendados. Esses locais podem ser dentro de automóveis, lugares a ermo (matagal), viadutos, vielas e túneis, banheiros públicos, assim como também, motéis, o que acarreta uma série de preocupações referente aos mesmos, por estarem exposto a riscos. (DELMONDES, 2012, p.13)

Interessante observarmos que, a depender do território utilizado, também se faz possível apreender sobre qual é a modalidade da exploração sexual comercial a qual os meninos estão envolvidos. No nosso estudo verificamos caso de exploração sexual com e sem aliciamento, turismo sexual e pornografia. Entretanto, sobre a descrição dos territórios utilizados pelos jovens participantes do nosso estudo, identificamos:

*Eu ficava perto da minha casa, perto da Marinha. E fazia com conhecidos também [...] (Dezirre Layser)*

*A gente ficava próximo a minha casa, no balão do mondubim. A gente só fazia programa lá mesmo [...] (Victor)*

*De onde eu moro pra esquina em que eu fazia programa, eram uns seis quadras, perto de um trilho [...] só quem podia frequentar aquele lugar, eram as bichas do bairro, e como nós éramos do bairro, nós se vestia de mulher e ia também [...] (Diego)*

*[...] onde nós ficávamos, não era um canto específico de fazer programa, nós mesmos que criamos aquele canto, nós mesmos inventamos que ali*



*saía alguma coisa, aí não tinha muita gente, não, não dava tanto lucro, era perto da nossa casa [...] (Ronaldinho)*

*Tudo começou assim [...] eu tinha 12 anos. Eu tinha ido no shopping com um amigo, chegando lá eu me perdi dele [...] Eu tinha ido até escondido, eu ainda me lembro, aí chegando lá eu percebi um cara encarando, olhando pra mim, assim. Aí ele chegou até a mim e começou a conversar, puxar assunto [...] e perguntou se eu queria visitar a orla né, com ele [...] Aí me convidou pra ir e eu fui, e quando chegamos ele desviou o caminho e me levou pra um prédio [...] aí quando chegou lá ele disse, me espera aqui que eu vou só aqui pegar uma câmera. Aí eu fiquei na sala, aí quando ele já veio, já foi nu, aí eu me desesperei né, mas o que é que eu podia fazer, eu era uma criança, num sabia nada. Aí aconteceu né [...] ele me deu R\$ 15,00 quinze reais, pra mim voltar pra casa, eu ainda me lembro, 3 cédulas de R\$ 5,00 cinco reais [...] Depois comecei a sair com os perto de casa, e depois fui pra esquina, pra Beira-Mar e assim foi [...] Nós ficávamos em um determinado local que era bem próximo à orla da beira mar, ou então no centro. (Kuka)*

Aqui, observamos dois pontos importantes: primeiramente, que a maioria dos jovens realizavam os programas sexuais, geralmente, nas proximidades de suas residências. Situação essa também apontada em outras pesquisas, como no caso do estudo de Diógenes (2008), no qual a autora aponta que os moradores locais são os principais clientes da exploração sexual de crianças e adolescentes, em sua pesquisa, eles apareceram em 54,9%. O segundo ponto que merece observação trata-se sobre o fato da “rua não ser livre”, ou seja, a rua sempre tinha um dono, e um preço. E o preço pago para estar na rua era um preço alto.

*O preço do programa é variado, mas o valor fixo da esquina era cinquenta reais, e tinha o da cafetina, cada programa pagávamos vinte reais para ter a proteção desta cafetina, todas pagavam o mesmo preço, mas tinham cantos que eram mais variados, que tinham bichas que batia mais portinha, isso é fazia mais programa [...] as multas tinham que ser pagas toda semana, indo ou não, tinha a multa, que era cinquenta reais por semana, indo ou não indo pra esquina, tinha que pagar. Toda semana a gente pagava e se não pagasse era agredida [...] quando a gente era atrevida com a cafetina, ela mandava uns homens em um carro vir e eles batia na gente. A multa era para pagar os homens que ficavam prestando atenção na gente. (Diego)*

*A gente descia de sexta, sábado e domingo, mas tipo assim, a rua é livre, né, você pode descer na hora que você quiser. Mas você só tem que pagar uma cafetina. A cafetina de lá é uma outra travesti, que comanda a rua. Ela tipo, lhe protege ali naquele momento. Se pára um carro, ela já fica perto já pra saber que cor é o carro, da onde é o carro, anota a placa, anota tudo, pra se acontecer alguma coisa com você, ela já saber, entendeu? Aí a gente pagava uma diária pra ela, toda noite. A diária era 20,00, independente de quantos programas você fizer, você paga 20,00. Tinha que pagar, pra ficar na rua você tinha que pagar, porque se num pagar ela mete a peia, ela manda até matar, as travesti são o cão, tem que ter muito cuidado com elas. Aí tipo ninguém assim*

*afrontava ela porque é ela que mandava e ainda manda né [...] (Karlos Angel)*

Fica nítida então que, mesmo “sem aliciamento” direto, os meninos em situação de exploração sexual comercial tinham sempre um intermediário, uma cafetina, um taxista, um porteiro do motel, atores que apareceram no decorrer da nossa pesquisa e que se beneficiavam direta ou indiretamente dessa prática. Além disso, averiguamos que o preço do programa também variava de acordo com o território no qual o mesmo acontecia, de acordo com o cliente (idade, aparência), de acordo com o tipo do serviço realizado. Dinheiro, drogas, perfumes, presentes, comida, abrigo, os pagamentos eram os mais variados, e os “serviços prestados” também eram os mais diversos. Sobre esse leque de preços, os jovens também falaram abertamente, e mencionaram valores que cobravam, relatando porque estabeleciam esses valores. Nas palavras dos jovens apreendemos:

*O que eu ganhava era besteira pra mim, como eu num tinha nada, o que eu ganhava tava bom. 10, 20 real pra mim era muito, eu nunca tinha ganhado nenhum dinheiro. Além de dinheiro eu recebia também presentes, comida e além de tudo, um lugar onde dormir (Dezirre Laysen)*

*[...] eu ganhava geralmente 200,00 por noite, eu fazia por 80,00 cada programa, mas depende do serviço, mas depende de cada coisa que for feita, pode falar o nome? [...] se for um boquete, que na linguagem das bichas e das travas era chupetinha, era 30,00 reais [...] se for serviço completo, que era tudo mesmo, era 80,00.[...] (Karlos Angel)*

*O valor menor que eu já fiz foi por 20,00 R\$, e o maior foi de um cliente que eu ganhei 400,00 R\$ e um celular que valia mais de 1.000R\$. Esse homem perguntou o que é que eu queria, como ele era muito feio eu pedi 100,00R\$, aí ele me pagou 400,00 R\$ e deu o celular. Eu já recebi proposta tipo: eu te dou 50,00 pra tu ir só pro motel, me acompanhar e cheirar pó. Tem uns que pagam só pra gente usar com eles, não faz nada e usam cocaína, crack, maconha, o que vier, eu usava junto, eu era pago pra isso [...] (Vanderson)*

*O valor era de 50,00 a 150,00 reais, quem definia era o cliente. Já ganhei óculos, roupa importada, perfume. Às vezes o cliente queria passar do horário aí mudava o valor, e ia multiplicando. O maior programa que eu já fiz em uma noite foi 1000 reais, esse foi um programa só, agora assim em uma noite mesmo eu já cheguei a fazer 3.000 reais. O cliente de 1.000 reais eu peguei ele de noite e ele só veio me soltar meio dia do outro dia. Passei a noite e o dia com ele no motel. Sem beber, que era o difícil, eu fazia 3, 4, em média no mínimo 2 programas por noite. Tinha dia que eu usava preservativo mas teve cliente que já ofereceu o dobro do programa, era 150,00 e ele me ofereceu 300,00 pra fazer sem camisinha, era um cliente fino, aí eu peguei e fiz [...] (Kuka)*

Não obstante, os “clientes” da exploração sexual também podem ser os mais diversos. No nosso estudo, em sua maioria eram homens, mais velhos, com idade acima de 30 anos. Eram vizinhos, turistas, estranhos, transeuntes, dos mais diversos tipos e classes, a depender do território no qual a exploração ocorria. Segundo Diógenes (2008, p.37), “[...] o cliente que se movimenta pela cidade sabe exatamente onde encontrar o que busca e não precisa de muito esforço e exposição pública para efetuar o programa [...]”. Assim, os clientes escolhem os “seus próprios produtos”. Em nossa pesquisa, ora os clientes escolhiam os meninos, ora os meninos “escolhiam” os clientes. Nas palavras dos jovens, percebemos que eles também estabeleciam “seus critérios” de “escolha” sobre os clientes: “[...] se tivesse bêbado, ou noiado, eu não ia [...]” (Vanderson); “[...] se fosse aqueles velho, asqueroso, fedorendo, eu num queria não [...]” (Kuka); “[...] mas tinha uns tão bonitinho né, que eu fazia até sem preservativo [...]” (Karlos Angel). Sobre a descrição dos clientes da exploração sexual comercial de meninos, identificamos:

*A maioria dos clientes eram casados, [...] você não sabe como é o cliente hoje, como é o cliente amanhã, um é mais carinhoso, o outro é mais bruto, é isso, é uma "área" que não dá futuro [...]* (Gabriel Bryan)

*Tinha cliente de todo jeito, ninguém sabe o que está por vir, você entra dentro do carro, mas não sabe se volta. Quem tá nessa vida pega pessoa ignorante, simpática, educada, tem de tudo [...] Eu tinha muitos clientes perto de onde eu moro, até hoje vejo eles [...]* (Juan)

*A maioria dos clientes eram pessoas estranhas, mas tinha pessoa do bairro, o sexo oral custava vinte reais, o sexo anal era trinta reais e os dois custava cinquenta reais. Eu fazia mais com estranho [...]* (Ronaldinho)

*A gente era obrigado a sair com pessoas que a gente num queria, aqueles homens véi gordo, asqueroso. Cada cliente tinha uma história diferente. Tem uns que já viram clientes fixos. A princípio, é como eu te disse, eu comecei com os de casa, mas depois que eu me taquei pra esquina, já foi pessoas completamente diferente, de todo tipo, ai era homem de todo tipo bonito, feio, limpo, cheiroso, todo tipo né, [...] uns cavalo, mas tem muitos homens casados que procuram a gente que tratam a gente bem [...]* (Vanderson)

*Com relação aos clientes, eu tinha contato com algumas pessoas perto da minha casa, mas isso foi logo quando eu me descobri, quando eu me descobri como homossexual [...] Nas esquinas eles chegavam até nós, quando era na beira mar era gringo, era pessoas da proximidade que tinha condições financeiras, na maioria das vezes, tinham até suas próprias família, mas saía na noite procurando algo diferente [...] Já me deram até 300,00 euros, pra mim ficar só ali, foi um italiano, pra ele ficar usando droga e eu fiquei só bebendo e fazendo companhia. Na Orla, eu só pegava turista. (Kuka)*

Em Faleiros (2004), é preciso olhar para essa realidade com uma dimensão crítica para não esquecer que essa relação entre cliente/vítima, está para além de uma simples relação entre dois indivíduos, ela é algo estrutural, e que pode colocar em risco esse último. Aqui, o autor destaca que a exploração sexual comercial é uma prática/atividade que ocorre sem contratos legais, sem vínculos empregatícios, sem garantias, sem segurança, sem condições de higiene, sem garantia de pagamento, podendo ser prejudicial para a vida dos sujeitos nela envolvidos.

Assim, a exploração sexual comercial pode acarretar vários prejuízos e consequências para a vida dos sujeitos nela envolvidos. Foi identificado no nosso estudo, que os meninos inseridos no mercado do sexo estavam/estão vulneráveis a situações de violência, ao envolvimento com drogas, a adquirir infecções sexualmente transmissíveis, dentre outras violações de direitos. Não queremos aqui determinar que todos os sujeitos inseridos na exploração sexual terão as mesmas consequências. Contudo, apontamos aqui as consequências nas vidas dos sujeitos da pesquisa, quais sejam:

*O mundo da prostituição nos traz várias consequências, na saúde, no psicológico, consequência na família, várias consequências [...] Eu sofri todas essas consequências, mas a pior, que o programa trouxe foi que eu me afundei muito no mundo das drogas, nessa vida de prostituição aparece de tudo e acabei caindo nessa situação. (Gabriel Bryan)*

*[...] eu me tornei uma pessoa seca, amarga, ter ficado desvalorizado, essa é a consequência maior, você não é mais visto como um cidadão, você é visto como um qualquer, um pedacinho de carne, você é só visto como um objeto, um prato de prazer, coisa assim [...] quando eu fazia programa eu tive gonorreia duas vezes, e isso pode ter sido uma porta pra eu contrair o HIV, pois é, quando eu fazia programa eu também peguei AIDS [...] (Alerrandro)*

*As consequências que a exploração sexual me trouxe foram alguns traumas, o que ficou foram os traumas [...] eu já adquiri uma doença sexualmente transmissível, o HPV. Por causa disso eu já tentei até me matar [...] Foi por causa dessa doença que eu parei de fazer programa [...] se eu pudesse ter evitado isso, teria evitado. (Ronaldinho)*

*Fazer programa não trouxe nada de bom pra mim, trouxe as drogas pra gente, as brigas, as doenças, e o dinheiro não trouxe nada de bom o dinheiro não devolve a minha saúde. (Diego)*

*[...] eu digo é uma coisa que se puder não faça, porque você carrega cicatrizes pelo resto de sua vida você se lembra de tudo todos os seus programas, todos os toques diferentes você se lembra de tudo dos rostos, do olhar, das agressões é um preço que você vai carregar pelo resto da vida [...] (Dezirre Layser)*

Conforme observamos na análise dos discursos, foram várias as consequências que a exploração sexual trouxe para a vida desses jovens. Dos 10 jovens entrevistados, 5 relataram ter adquirido infecções sexualmente transmissíveis (HIV, HPV, Sífilis e Gonorreia) através da exploração sexual. Além disso, 6 jovens relataram que foi por meio da exploração que passaram a se envolver com drogas (cocaína, crack, maconha, álcool). O jovem Kuka declarou: “[...] foi nesse mundo (**da prostituição**) que eu conheci a bebida, o álcool, a droga [...]”. O jovem Diego, por sua vez, afirma: “Foi fazendo programa que comecei a usar drogas: a maconha durante o dia, e a noite era o pó [...]”.

De acordo com a pesquisa, identificamos que o envolvimento dos jovens entrevistados com essas drogas se deu por meio de colegas que “frequentavam o mesmo ponto”, ou por meio do próprio programa. Alguns jovens relataram que os clientes os incentivavam e/ou obrigavam a usar drogas durante o programa, outros mencionaram que usavam esses entorpecentes para “criar coragem”. Nos depoimentos dos jovens podemos verificar:

*[...] a bebida era o que me ajudava né, porque você sai um pouco de si né, e quando tava bêbado, ficava mais fácil, digamos assim, eu só conseguia fazer se bebesse [...]* (Victor)

*[...] antes de ir eu bebia muito pra criar coragem né, eu procurava tipo num álcool [...] como fosse um remédio [...]* (Dezirre Layser)

*[...] todos os programas que eu fiz tanto com mulher, como com homem eu nunca fui lúcido, eu sempre fui drogado, muitas vezes quando a gente entrava no motel tinha o Rivotril, o chamado Rocha, Diazepan, cheirava cola, tinha bebida alcóolica, cerveja, cachaça, tudo, que certa forma amenizava aquela dor, aquela coisa ruim, de certa forma para amenizar aquele momento. E eu sempre usava, pra criar coragem, nenhuma vez eu estive lúcido.* (Alerrandro)

Além do envolvimento com drogas, a falta de interesse pelos estudos, a dificuldade em frequentar a escola e se dedicar às aulas também foram apontados pelos jovens como resultado da exploração sexual a qual vivenciaram. Alguns relatam sobre sua defasagem escolar e interpretam que por motivo dessa defasagem não tem acesso à melhores condições de trabalho. Victor diz: “[...] por conta disso, fiquei quase 3 anos sem estudar, foi um atraso na minha vida [...], e Vanderson também aponta: “[...] Eu parei de estudar por causa disso, parei no ensino fundamental [...]”. O distanciamento da família, também aparece recorrentemente na fala dos jovens como uma das consequências que a exploração sexual trouxe para suas vidas. Como podemos observar na fala de

Kuka: “ [...] a maior consequência foi no meu convívio familiar, eu num dava satisfação pra ninguém, e eu me afastei da minha família e da minha vó, eu sentia falta do amor deles, mas eu mesmo que me afastei [...].

O risco que os meninos enfrentavam nas ruas e a violência que esses jovens sofreram durante os programas sexuais, também foram apontados como grandes prejuízos. Inclusive, essa foi apontada como o principal aspecto motivador para a saída dos jovens da situação de exploração sexual. Dos 10 jovens, apenas 01 relatou não ter sofrido nenhum tipo de violência física durante os programas. Todos os demais o sofreram. Nas falas dos jovens, verificamos:

*[...] só saí quando fui agredido fisicamente, um cliente não quis me pagar e me bateu e quebrou meu braço. Eu alarmei, nós brigamos, aí eu, de menor e ele grande, quebrou o meu braço. No outro dia as bichas pegaram ele na rua e ele nunca mais foi lá [...]* (Diego)

*Uma vez um cliente na hora da relação tentou me segurar a força, já tive clientes ignorantes que me ameaçaram, que queriam me matar, clientes que não quiserem pagar e eu partia pra briga algumas vezes, eu evitava porque sou medroso, tenho medo, nesse meio tem muita gente ruim, clientes e até travesti. Vi até uma amiga morrer na esquina porque um homem queria ter relação a força com ela e ela reagiu [...] ele nunca foi pego só porque somos travesti e ficou por isso mesmo [...]* (Juan)

*Muitas vezes tinha uns que não pagavam, tinha uns que batia, tinha uns que deixava a gente a pé. Eu já apanhei, já tentaram me matar a bala, me colocaram pra correr do carro e saíram atirando no meio do mato lá pra banda do Icará, por maldade, chamam a gente pra fazer o programa, faz o programa, usam e abusam, aí quando termina fazem o que bem entendem,* (Vanderson)

*Já quiseram me bater. Eu sempre levava uma mochila, toda travesti que faz programa sempre tem faquinha dentro da bolsa, usa gogó de garrafa, pedra. Aí quando eu comecei a fazer eu era menino mas me ensinaram. Eu também tinha, aí eu levei minha mochila com uma faca dentro, um punhal. Um boy chegou até a mim me perguntou quanto era o programa eu disse que era 80,00, aí quando eu cheguei no motel com ele, ele não queria pagar, aí eu disse você não vai me pagar? Pois então eu vou quebrar o motel, aí vão chamar a polícia e você vai preso porque eu sou de menor, aí ele falou: você num é doido, e me segurou e tacou minha cabeça num vidro do espelho, quebrou o espelho e cortou minha cabeça todinha. Aí ele me deixou no meio da rua, só pagou o motel e não me pagou, e eu tive que ir andando até chegar em casa.* (Karlos Angel)

*Já fui agredido, já bati também, porque o cliente não queria me pagar, a gente tinha acertado um preço e na hora H ele me mandou descer, e eu disse que num ia descer e quebrei o vidro do carro, e ele me deu um soco, e a gente se pegou. Já levei tiro também, tenho uma bala alojada, outro pegou de raspão. Isso num é vida de gente não* (Kuka)

Podemos perceber aqui uma relação de poder e violência entre os jovens e seus respectivos clientes. Relação essa mediada principalmente pelo

dinheiro, no qual coloca os jovens numa situação de desvantagem perante o cliente. Desse modo, entendemos que é também por conta dessa relação desigual de poder, que essa prática se torna uma exploração.

Por fim, observamos que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes do sexo masculino é um fenômeno bastante presente em nossa sociedade, embora seja pouco visibilizada e discutida nos mais diversos espaços (mídia, academia, políticas públicas). Esse estudo foi uma oportunidade para darmos um pouco mais de visibilidade a esse fenômeno, apresentando como o mesmo acontece. Esses meninos estão a mercê das redes de exploração sexual, vítimas de toda forma de preconceito e julgamentos, sendo incompreendidos os motivos que os fizeram ingressar e permanecer nessa situação. Assim, é sobre esses motivos que abordamos no tópico a seguir.

#### 4.2 ENQUANTO PESSOAS PERGUNTAM POR QUÊ, OUTRAS PERGUNTAM POR QUÊ NÃO? MOTIVOS E SENTIDOS DA EXPLORAÇÃO SEXUAL PARA JOVENS DO SEXO MASCULINO

*Jamais eu ia contar para a sociedade, o máximo que iam dizer é que era sem-vergonhice, não iam entender, não iam entender que a minha mãe tinha falecido, que meu pai tinha me abandonado, que eu não tinha como comprar uma roupa, cortar o cabelo, que eu não tinha como viver, entendeu? Ninguém ia entender isso, que eu tinha apenas 13 anos, e que eu não ia conseguir um trabalho, que eu estava sem estudar, ninguém ia entender [...] iam julgar logo [...] (Victor)*

“Eu ainda era um menino” foi dito por Victor ao participar dessa pesquisa e relatar que ingressou na exploração sexual comercial com “apenas 13 anos”. Não apenas pela idade – embora ela também seja fundamental na análise dessa problemática – mas pela expectativa lançada por esses jovens ao ingressarem na exploração sexual, que pretendemos entender quais motivos os levaram a seguir esse caminho. Alguns adentraram nessa situação em busca de reconhecimento, realização de sonhos, acesso a bens, a dinheiro, a produtos, outros adentram como uma fuga da realidade de tantas violências e violações que vivenciaram.

Logo ao início, ainda na apresentação desse capítulo, utilizamos como epígrafe a música do grupo musical Titãs por considerarmos que ela retrata

exatamente sobre o que pretendemos discutir nesse tópico. A música apresenta: “[...] a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte [...]”. Assim é na música, assim é na vida de meninos inseridos na exploração sexual comercial. Ao ingressarem no mercado do sexo, os meninos participantes dessa pesquisa não queriam só comida, dinheiro, presentes. Eles buscavam, para além disso, diversão, reconhecimento, atenção, drogas, prazer, desejos, sonhos e tantos outros e diversos motivos, que os levaram a ingressar/permanecer/sair/retornar nesse mercado.

A música observa ainda: “[...] a gente não quer só comer, a gente quer prazer pra aliviar a dor [...]”. O “prazer pra aliviar a dor” pode ser associado aqui ao ingresso na exploração sexual que nos apareceu como uma estratégia de resistência utilizada pelos sujeitos da pesquisa para lidar com as violações, negações e violências que perpassaram suas histórias. O “prazer pra aliviar a dor” poder ser relacionado aqui ao uso de drogas como uma estratégia utilizada por esses mesmos jovens, para fugir da realidade do aqui e agora<sup>83</sup>. Prazer para aliviar a dor, pode ser a exploração sexual comercial se apresentando como um espaço de acolhimento, divertimento e entretenimento para esses meninos, espaço esse, no qual poderiam vivenciar e expressar seus desejos, sua sexualidade, suas identidades.

Dito isto, ressaltamos que é justamente sobre esses assuntos que esse tópico vem abordar. Para apreender os motivos que levam crianças e adolescentes do sexo masculino a ingressarem na exploração sexual comercial, recorreremos ao estudo do autor Alves (2009), que identificou uma variedade de fatores que levam crianças e adolescentes a ingressarem nessa situação. Acesso a dinheiro, uso de drogas, conflitos familiares, liberdade para vivenciar a orientação sexual, foram os principais motivos apontados pelos meninos na cidade do Rio de Janeiro. Já em pesquisa realizada pela autora Glória Diógenes, ainda em 1998, no município de Fortaleza, na qual foram colhidos depoimentos de adolescentes de ambos os sexos inseridos na exploração sexual comercial, identificamos:

---

<sup>83</sup> Inclusive, alguns jovens relataram que “fazer programa” foi uma forma encontrada para adquirir drogas. Outros mencionaram que só conseguiam fazer programa se estivessem sobre efeito de algum entorpecente, dentre eles o mais citado foi o álcool.



[...] O que parece impulsionar, nas suas visões, os adolescentes à prostituição, é por eles assinalado como sendo a 'necessidade financeira' (59,3%). A 'influência de amigos' aparece em segundo plano com 16,3%, e a alusão a uma escolha espontânea, 'porque gosta' da atividade se projetou com 12,6% [...] (DIÓGENES, 1998, p.111)

No que concerne aos jovens participantes do nosso estudo, os fatores supracitados também foram apontados, e além desses, diversos outros aspectos foram citados como motivadores para o ingresso dos meninos na situação de exploração sexual. Todavia, diferentemente daquilo que foi apresentado na pesquisa de Diógenes (1998), na qual identifica a necessidade financeira como principal determinante para a exploração sexual de crianças e adolescentes, em nossa pesquisa esse fator aparece em proporções semelhantes à "influência de amigos". Esse último foi recorrente na fala de quase todos os jovens. Dos 10 jovens entrevistados, 7 relataram que ingressaram na exploração sexual por influência/incentivo de amigos. Conforme ocorreu no caso dos jovens Kuka, Karlos Angel, Ronaldinho e Diego, onde os mesmos relataram:

*Uma amiga minha já fazia, a J., ela fazia programa e perguntou se eu num queria conhecer e tal, e aí eu fui conhecendo esse outro mundo né, da prostituição a partir dos meus 14 anos [...] Comecei por incentivo porque eu num sabia nem o que era isso, nera? Ela, "bora fazer programa" eu pensei que era programa de televisão, o que eu conhecia como programa era o que passava na televisão, pra você ver como eu era tão assim, tão ingênuo [...] foi aí que ela foi explicar falar o que era, como era, quanto era, aí fui fazer. [...] (Kuka)*

*Aos dezesseis anos comecei a me "montar", tudo por influência de amigos, devido eu ver meus amigos se montando, botando peruca, curtindo, e falando pra mim, que era legal, aí eu fui ver né [...] Se montar é se vestir de mulher [...] foi aí que eu comecei a ir pras esquinas e lá nós fazíamos programas. (Ronaldinho)*

*Eu entrei na exploração com 16 anos, através de uma amiga minha que mora perto da minha casa e ela me apresentou a S. [...] Numa festa a S. me disse: "E aí, bora fazer programa?" [...] aí ela chamou a gente, disse "bora, a gente ganha dinheiro". E eu disse "nam, eu num quero isso pra minha vida não". Aí ela passou o face dela pra mim, e continuou insistindo, aí no momento que eu precisei, eu tive que falar com ela pra descer com ela pra rua e a partir daí eu ía sempre [...] (Karlos Angel)*

*[...] no período de doze a dezesseis anos, eu era na esquina direto, eu me prostituía, eu entrei nessa vida impulsionado por amigos, o povo diz que amizade não influencia, mas influencia sim, porque eu estava em rodas que no momento não era para eu estar [...] e eu estava viciado em esquina, viciado, porque eu via que era uma coisa que eu ganhava dinheiro fácil [...] tudo por incentivo de amigos. (Diego)*

Os jovens acima reforçaram, em outros momentos de suas falas, que se não fosse pelo incentivo dos amigos talvez nunca tivessem ingressado na

exploração sexual. Em contrapartida, os jovens Gabriel Bryan, Dezirre Layser e Vanderson revelaram que não ingressaram na exploração sexual devido a influência de amigos, mas permaneceram por muito tempo nessa situação por incentivo dos mesmos. Assim, a influência dos amigos apareceu como um dos motivos tanto para o ingresso quanto para a permanência de crianças e adolescentes nas redes na exploração sexual. Com relação aos relatos dos jovens que permaneceram nessa situação devido o incentivo de amigos, podemos apreender:

*Quando entrei na prostituição foi por curiosidade, por ser adolescente queria conhecer o mundo [...] aí fui me envolvendo [...] Ninguém me incentivou a entrar [...] Eu tinha só um amigo que sabia, o L., ele fez até o curso aqui também. Nós conversávamos sobre o assunto, nós sempre fomos muito unidos, desde pequenos [...]. Aí a gente permaneceu nessa situação juntos, um compartilhava as coisas que acontecia com o outro, um incentivava o outro, e assim a gente continuava na prostituição [...]*  
(Gabriel Bryan)

*[...] esse rapaz, que me deu o celular, me propôs morar com ele [...] Não foi muito bom não, foi tipo uma troca de favores né, [...] mas ele mandava em mim tá entendendo, ele só queria sexo né [...] assim, eu num gostava não, de ser tocado por uma pessoa que eu não conhecia, mas foi o dinheiro as coisas que ele me davam que me fez levar isso, tipo eu era um escravo né, eu fazia as coisas só por fazer [...] Eu queria sair dessa vida mas meus amigos me incentivavam a continuar [...] eles tavam na mesma situação que eu, aí eles mandava eu fazer [...] Eles diziam : “vai que ele vai te levar pro cinema, vai comprar isso, aquilo, vai te dar dinheiro [...] aí eu ía, mas (choro) eu tinha era nojo, porque eu me lembrava da primeira vez, tipo assim era um nojo assim que [...] eu ficava ai tomara que termine logo entendeu? (Dezirre Layser)*

A permanência dos jovens na situação de exploração sexual é algo tão instigante de se investigar quanto os motivos que os levaram a ingressar nessa situação. Nas falas dos entrevistados verificamos que os motivos que os mantêm no mercado do sexo são, por vezes, maiores que aqueles que os levaram a ingressar. Como exemplo, em nossa pesquisa constatamos que alguns jovens ingressaram devido a influência de amigos, mas permaneceram porque as condições financeiras se agravaram, como é o caso de Gabriel Bryan, Alerrandro e Victor. Outros permaneceram porque encontraram nessa prática uma forma de manter o “vício” de drogas, como no caso de Kuka, Diego e Vanderson. Outros, se mantiveram na exploração sexual por terem encontrado nela a possibilidade de vivenciar suas identidades, orientação sexual e desejos, como declararam

Ronaldinho, Diego e Juan. Desse modo, identificamos que vários foram os motivos que levaram os jovens a se inserirem, ou serem inseridos, na exploração sexual e tantos foram os motivos que os levaram a nela permanecer.

Sobre a permanência de crianças, adolescentes e jovens na exploração sexual comercial, sobre aquilo que os mantém ligados a essa situação, a autora Diógenes (2008) também analisa em suas pesquisas. Assim, a referida autora, identificou:

[...] Não é somente o dinheiro que sustenta os vínculos com a rede de exploração. Há uma subjetividade nas práticas dessa rede e suas conexões são mantidas pela própria peculiaridade da exploração sexual comercial [...] Fatores como drogadição, laços familiares fragilizados ou rompidos, baixa autoestima, pouca escolarização, medos, angústias e sofrimentos por exemplo, vinculam e aprisionam as crianças e adolescentes à dinâmica da exploração sexual [...] (DIÓGENES, 2008, p.67)

Destarte, apesar de apresentarmos a “influência de amigos”, como uma das motivações para o ingresso dos sujeitos da nossa pesquisa nas redes de exploração sexual, é importante atentarmos que essa motivação não caminha sozinha, pois, ela vem acompanhada – ou seguida – de outras motivações que levaram esses sujeitos a se inserirem e/ou permanecerem nessa situação. No entanto, não associamos essa problemática apenas a um caráter econômico<sup>84</sup>, embora saibamos da forte influência que as desigualdades econômicas exercem sobre esse fenômeno. Nos colocamos aqui, enquanto estudiosos que consideram a exploração sexual como um fenômeno multifacetado, que carrega consigo variantes que vão desde questões históricas, culturais, sociais, políticas e econômicas. No nosso estudo, nos discursos dos entrevistados, diferentes aspectos apareceram como determinantes da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes do sexo masculino, cada um com a sua importância, cada um com a sua influência.

---

<sup>84</sup> Para essa análise, além da interpretação dos discursos dos entrevistados, nos embasamos também nos estudos do autor Santos (2004, p.119) no qual dispõe: “Contudo, desconstruir a associação mecânica entre pobreza e oferta sexual não significa negar os fatores econômicos que, de certa maneira, constituem o mercado sexual. Assim, as causas da prostituição infanto-juvenil devem ser abordadas na sua complexidade, pois se trata de um conjunto de fatores que combinados, em uma dada família, cidade ou país, provocam ou conduzem algumas pessoas para esse tipo de atividade [...]”.

Assim, a rua, o ponto, a esquina, o programa, aparecem como oportunidades para esses sujeitos vivenciarem suas identidades e sua orientação sexual, algo ainda “rejeitado” pela sociedade e por suas famílias. Para Faleiros (2004), em uma sociedade machista e homofóbica como a brasileira, a exploração sexual comercial vem assumindo um lugar de expressão da sexualidade dos sujeitos nela inseridos. Lugar esse no qual eles podem ser quem quiser, já que não podem o ser em suas famílias, escolas e demais instituições. Foi nesse sentido, que alguns jovens no nosso estudo apontaram a rua como um espaço no qual eram livres para vivenciarem suas identidades e orientação sexual, livres de todo preconceito e discriminação. Entretanto, é válido ressaltarmos que até mesmo na rua, e na ocasião dos programas, os jovens participantes dessa pesquisa apontaram situações de discriminação, preconceito e violência que vivenciaram por conta de suas identidades e orientação sexual.

*Eu acho que as pessoas pensam que o mundo tá perdido mesmo, mas elas muitas vezes nem sabem o que se passa na vida daquela pessoa, que tá ali sendo julgada [...] E muitos gritam, humilham, xingam, a sociedade em si não aceita, eles veem como se fosse vagabundagem. (Karlos Angel)*

*As pessoas que nos veem nas ruas nos xingavam muito, ficavam nos chamando de viados feios, chamando pra jogar bola. Mas muitos estão nas ruas por precisão, pra se manter, porque gostam de se vestir de mulher. Às vezes as mães não aceitam né, não aceitam que a gente goste de se vestir de mulher às vezes, e ninguém aparece pra ajudar, ninguém quer dar emprego pra traveco, né, então elas tem que ir para as ruas, tem que se manter né [...] (Juan)*

O jovem Juan<sup>85</sup>, retratou aqui sobre uma outra realidade observada em nosso estudo: “[...] ninguém quer dar emprego pra traveco, né [...]”. A discriminação e preconceito que dificulta o ingresso desse público no mercado de trabalho, leva-os a buscar outras estratégias de sobrevivência, e é nesse momento que o mercado do sexo absorve essa demanda. Esse mesmo preconceito contribui para o sentimento de rejeição, presentes nas vidas desses jovens. Rejeição da família, rejeição da sociedade, rejeição do poder público, rejeição do mercado de trabalho, rejeição! Esse foi um dos sentimentos

---

<sup>85</sup> Reforçamos que o jovem Juan, no ato da entrevista fez questão de usar a identidade de gênero masculino, porém o mesmo ressaltou que futuramente pretende realizar a transformação do corpo masculino para o corpo feminino, transformação essa que iniciou com o uso de hormônios e deverá ser seguido de aplicação de silicone e retirada do pênis, conforme o mesmo relatou em entrevista realizada. O mesmo ressaltou que só irá utilizar a identidade feminina após esse processo for concluído. E diz sobre não se identificar ainda enquanto travesti, ressaltando que utiliza essa identidade de gênero apenas quando vai realizar algum programa sexual.

constantes nas falas dos jovens entrevistados. Os mesmos relataram que, devido sua orientação sexual, algumas empresas, nas quais participaram de processo seletivo, demonstraram preconceito desde o momento das entrevistas. Portanto, os jovens associam esse preconceito às dificuldades que tiveram para ingressar no mercado de trabalho, mesmo após vários encaminhamentos realizados pelo Projeto ViraVida.

Identificamos por meio das entrevistas realizadas que, após serem encaminhados para o mercado de trabalho, apenas 7 conseguiram se inserir nesse mercado<sup>86</sup>, e desses, 5 relataram ter sofrido preconceito e discriminação nos processos seletivos nos quais participaram. Dos 3 jovens que não conseguiram<sup>87</sup> se inserir nesse mercado, temos que: um optou em ser encaminhado para outros cursos profissionalizantes; e os demais, não passaram nos processos seletivos nas vagas as quais almejavam e optaram em não ser encaminhados para as vagas disponíveis naquele momento (Telemarketing, Rede de supermercados, Comércio).

É válido ressaltarmos que a maioria dos espaços profissionais disponíveis para esses jovens, na época, tratava-se do comércio, rede de supermercados e *fast food*, espaços esses que podem ser tão exploradores e desgastantes quanto o próprio mercado do sexo. Porém, é fato que o mercado do sexo transcorre por tantos outros prejuízos e consequências para a vida desses jovens, tornando-o mais danoso que as oportunidades oferecidas no mercado de trabalho. São várias as consequências que a exploração sexual comercial traz na vida de crianças e adolescentes, foram várias as consequências identificadas em nossa pesquisa. Os jovens nos relataram, no decorrer de suas entrevistas, que a partir dessas consequências passaram a enxergar os aspectos negativos da

---

<sup>86</sup> Os dados apresentados foram obtidos por meio de pesquisa documental, na qual foram consultados registros, relatórios e levantamentos sobre a empregabilidade do grupo participante da pesquisa, consulta essa realizada na sede do Projeto ViraVida. Além disso, tomamos como subsídio para essas informações a própria pesquisa de campo, na qual os jovens relataram suas trajetórias profissionais antes, durante e após a participação no ViraVida. Portanto, identificamos que os referidos jovens foram inseridos nas seguintes vagas e modalidades: Jovem aprendiz no Banco do Nordeste, na Caixa Econômica Federal e na Normatel; Pizzaiolo no Shopping RioMar Fortaleza; Atendente em *fast food*; Atendente na sorveteria Yozen; Empreendedor na área de beleza e estética.

<sup>87</sup> Conforme apresentado na introdução desse estudo, após processo formativo realizado no Projeto ViraVida, os jovens concluintes são encaminhados para vagas de emprego no mercado de trabalho. Porém, nem todos conseguem ser inseridos nesse mercado por inúmeros motivos (idade, escolaridade, preconceito, evasão, falta de interesse nas vagas disponíveis, dentre outros).

exploração sexual. Até mesmo a liberdade de expressão vivenciada nas ruas por esses meninos, também nos foi apresentada aqui como uma “falsa liberdade”, ou melhor, uma liberdade velada. Tornou-se velada na medida em esses meninos não podiam expô-la para a família, vizinhos e para a sociedade, na medida em que preferiam escondê-la. O jovem Kuka, por exemplo, relata: “[...] quando você faz programa e um dia lhe param e perguntam sua profissão, você num tem nem coragem de dizer o que faz, então isso num é uma profissão [...]”.

Esconder o que faz, medo de ser rejeitado e julgado foi outro ponto frequente na fala dos meninos ao serem indagados sobre “o que sua família e a sociedade pensam sobre o assunto”. A maioria dos jovens (sete) falaram que sentiam vergonha em contar para suas famílias sobre a atividade que exerciam, e todos, sem exceção, ressaltaram que a sociedade repugna essa prática e discrimina os jovens que a exercem, sem entender os verdadeiros motivos que os levaram à essa realidade.

*[...] eu acho que a sociedade pensa que a pessoa tá ali porque quer, elas pensam que tem emprego pra todo mundo, elas julgam porque não sabem o que aconteceu na infância [...] porque eu acredito que ninguém vai fazer programa porque gosta. Eu acho, na minha opinião. O programa é a pior coisa que existe, a pior opção. É como se você tivesse ali sendo escravo da rua, a mercê de tudo [...] mas a sociedade julga muito né [...]* (Dezirre Laysler)

*A sociedade repudia a exploração sexual [...] As pessoas tem preconceito com aqueles que fazem programa. Para eles quem faz programa usa droga, quem faz programa tem isso, tem aquilo, mas não sabe o que a pessoa está passando dentro de casa, não sabem o que a pessoa está passando dentro dela mesma, e eu acho que elas só sabem julgar [...] eu já me senti muito julgado [...]* (Ronaldinho)

*As pessoas pensam que ele é uma pessoa safada sem vergonha, que num tem família, amaldiçoa, discrimina [...] num sabe qual é a real história daquela pessoa que tá ali na esquina [...] quais são os traumas que ela carrega da vida [...] Eu por exemplo, eu num contava pra minha família, porque eu sabia que o que eu tava fazendo não era certo, não era aquilo que eu queria pra mim. E se minha família soubesse ia ser um impacto completo, porque além de ser um homossexual, ainda fazer programa, vender o corpo, eles não iam aceitar (Kuka)*

*Minha família não sabia, eu não contei por medo, eu não achava uma coisa normal, hoje em dia posso dizer que tem menos tabu, as coisas estão mais abertas, mas antigamente era isso, se eles tivesse descoberto teria havido muitas brigas e discursões. (Gabriel Bryan)*

*Minha família não sabia porque eu achava muito constrangedor, ter que contar que fazia programa, porque as pessoas iam comentar, olha o filho dela, ela é tão assim, certinha e o filho dela faz isso [...] Se eles soubessem acho que me colocariam pra fora de casa [...] porque meus pais são daqueles bem antigos, do tipo do interior. Não aceitam esses tipo de coisa de jeito nenhum. (Karlós Angel)*

É a partir desse momento, que os conflitos familiares aparecem como outro motivo que impulsiona crianças e adolescentes para o mercado do sexo. Ou seja, os conflitos familiares são motivos para inserção dos meninos nas redes de exploração, do mesmo modo como o agravamento desses conflitos tornou-se uma consequência da exploração sexual na vida desses sujeitos. Dos 10 entrevistados, 7 mencionaram que suas relações familiares são fragilizadas ou rompidas, relações essas que atuaram como motivação para que esses meninos procurassem apoio, acolhimento e reconhecimento nas ruas, mais especificamente, nas redes de exploração sexual. Dentre as situações<sup>88</sup> vivenciadas por esses jovens, em suas famílias, encontramos: conflitos familiares, violência física, violência psicológica, violência sexual, abandono, falta de compreensão, laços familiares fragilizados, não aceitação da orientação sexual. Esses foram os principais pontos mencionados pelos jovens, e que os levaram a buscar, em outros espaços, o devido reconhecimento e acolhimento que almejavam.

Contudo, palavras como nojo, raiva, vergonha apareceram nas falas dos entrevistados como respostas a uma situação a qual “precisaram se submeter”. Assim como o jovem Alerrandro, outros três jovens apontaram que só viam coisas negativas na realização dos programas e dos 10 jovens entrevistados, 8 relataram que se pudessem voltar ao passado, nunca teriam ingressado na exploração sexual. Nas palavras de Desirre Layser verificamos:

*[...] se eu pudesse voltar ao passado eu jamais teria aceitado aquele celular, porque foi a partir daquele celular que a minha vida acabou, eu teria me conformado com a vida que eu tinha, eu num teria entrado nessa vida de prostituição, porque esse celular foi como uma chave que me deram, foi uma chave para uma vida aterrorizante. Então, se eu pudesse voltar ao passado eu jamais teria aceitado aquele celular [...]*  
(Desirre Layser)

*Se eu pudesse voltar no tempo eu nunca teria me prostituído. Eu não me arrependo, mas não entraria mais nesse mundo. Você sempre será um objeto, nunca vai ser feliz, nunca terá umas pessoa ali para te fazer carinho, você vai ter, por meia hora, mas tudo é ilusão. Se eu num*

---

<sup>88</sup> Maiores informações sobre as situações de violência intra e extrafamiliar que perpassaram a rotina desses jovens, podem ser consultadas no decorrer desse estudo, mais especificamente, no tópico 3.1.Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: dois lados de uma mesma moeda. No referido tópico, as situações de violência vivenciadas pelos meninos entrevistados são analisadas e apresentadas como um dos motivos que levaram esses jovens à ingressarem no mercado do sexo.

*tivesse entrado nessa, eu tinha evitado as drogas, as brigas familiares, mudaria muita coisa. (Gabriel Bryan)*

Em se tratando da “necessidade financeira” temos que a mesma foi um dos motivos mencionados nas falas de quase todos os entrevistados e que, portanto, merece maior atenção. Dos 10 jovens participantes desse estudo, 8 relataram que entraram nessa situação por “necessidade financeira”, por “dificuldades financeiras”, por “precisar de dinheiro”, ou seja, os aspectos econômicos aqui, apareceram como motivação para o ingresso e permanência na exploração sexual. Estudiosos sobre o assunto (LEAL, 1999; FALEIROS, 2000; FALEIROS, 2004; dentre outros) apontam as razões econômicas como determinantes da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. A autora Faleiros (2004, p.94), inclusive ressalta: [...] os principais determinantes da inserção de crianças e de adolescentes no mercado do sexo são a pobreza e a exclusão (e a busca de inclusão via renda e consumo), constatados em todas as pesquisas nacionais e internacionais [...]. Essa situação pode ser verificada nas falas do jovem Vanderson, ao relatar que:

*Eu comecei a ir por conta da situação financeira lá de casa [...] aí às vezes a mãe queria comprar algo melhor pra gente uma merenda melhor, aí eu sempre quis coisa boa e minha mãe dizia: “menino, eu num posso dar”, aí eu peguei e me taquei pra esquina, fui me prostituir né, eu queria comprar merenda [...] (Vanderson)*

*As vezes eu fazia por necessidade, eu pensava aí eu queria comprar tanto isso, e com o dinheiro que eu recebia no programa eu podia comprar (Karlos Angel)*

*Meu pai num tava nem aí pra gente né, o que eu ia fazer? Aos 13 anos de idade, não tinha emprego, não tinha comida, não tinha nada, eu ajudava uma amiga na feira às vezes, e ela disse que eu poderia me prostituir, até que então eu fui, mas foi só pela questão do dinheiro, por necessidade, porque eu tava precisando mesmo, só por isso mesmo [...] (Victor)*

Entendemos, nesse estudo, que a necessidade financeira, a pobreza e as condições econômicas dos entrevistados não são os únicos determinantes para o ingresso dos mesmos na exploração sexual comercial. Porém, em nossa pesquisa, a maioria dos jovens compunham as classes mais desfavorecidas, e os mesmos apontaram que a exploração sexual para eles se apresentava como a melhor forma para conseguir dinheiro. A maioria, com exceção para o jovem Gabriel Bryan que, ao ingressar na exploração sexual, morava apenas com o avô



e a renda familiar girava em torno de 2 salários mínimos. Mesmo no caso desse jovem, o dinheiro foi apontado como um dos fatores que o motivou a permanecer no mercado do sexo, conforme podemos observar: “[...] o que me incentivou a começar foi a curiosidade e depois, continuei por causa do dinheiro, eu não estava satisfeito com os duzentos reais que o meu avô me dava todo mês, tudo foi por dinheiro [...]” (Gabriel Bryan).

Sobretudo, enquanto para alguns (Dezirre Layser, Alerrandro, Victor), a exploração se apresentava como uma estratégia de sobrevivência, para os demais ela aparecia como uma forma de ter dinheiro e acesso a bens de consumo (dentre eles, os principais citados foram: roupas, relógios, celulares, drogas). De acordo com Faleiros e Faleiros (2008), o consumo ou a inserção social através do consumo, é influência direta para o ingresso de crianças e adolescentes nas redes de exploração sexual, principalmente naquelas que possuem relação com o turismo sexual, conforme observam os autores:

Crianças e adolescentes que trabalham no turismo sexual, em geral, são pouco escolarizados e vivenciaram situações de abandono, negligência, violência sexual, pobreza e exclusão. Mais do que em outras modalidades de exploração sexual, o turismo sexual é a atividade que mais responde, e de forma imediata, à demandas da juventude pobre e excluída por uma inclusão social associada ao consumo (acesso a boate, bares, hotéis, restaurantes, shoppings, butikues). (FALEIROS E FALEIROS, 2008, P.45)

É dessa forma que o consumo, tão disseminado como uma necessidade social na sociedade capitalista, torna-se **um dos** determinantes que motiva crianças e adolescentes a ingressarem na exploração sexual. Podemos perceber essa situação na fala dos jovens participantes da nossa pesquisa. Dentre eles, ressaltamos as falas de Karlos Angel, Vanderson e Desirre Layser, ao relatarem os motivos que os levaram a ingressar no mercado do sexo:

*Com meus 15, 16 anos, as condições financeiras ficaram muito difíceis lá em casa [...] e eu tava precisando comprar minha roupa de natal e ano novo né, porque todo mundo tinha e eu não tinha, então eu também tinha que comprar essa roupa. Aí eu tive que ir pra rua, fazer programa. E eu fiz o programa e comprei a roupa de natal e ano novo. Aí depois desse tempo, eu já tava me acostumando com essa vida né. E fiz alguns programas com um cara que me dava as coisas. Mas tipo, não tinha sentimento, era só pra ganhar as coisas mesmo. Tipo, eu era usado pra isso, eu mesmo, por mim, num queria não, mas como eu via que todo mundo tinha roupa né, aí eu pensava assim, eu tenho que fazer [...] Se eu tivesse condição de ter o que eu queria eu jamais teria entrado nessa vida [...] (Karlos Angel)*

*[...] eu já tinha uns 11, 12 anos, já tava com a mente mais aberta pra dinheiro, e eu via a situação financeira da minha mãe, que ela num podia me dar tudo o que eu queria, e a minha adolescência foi aquela época assim, que tinha um fone da moda e eu queria comprar, tinha uma roupa da moda e eu queria comprar, queria ter, aí eu por não ter oportunidade de trabalhar, aí eu pensei: agora eu vou tentar ir atrás de dinheiro de outro jeito. Foi aí que eu comecei a entrar nessa. (Vanderson)*

*[...] ai eu vi que eu ganhava muito dinheiro, ganhava as coisas, tinha tudo o que eu queria, ai eu comecei a me prostituir [...] ai eu começava a comprar roupa, as coisas que eu gostava [...] ai quanto mais eu tinha as coisas que eu gostava, mais eu fazia, mais eu me prostituía, mas era muito doído fazer isso pra mim, era só mesmo pela vontade de ter as coisas, na hora do sexo eu pensava só nas coisas que eu queria comprar [...] (Dezirre Laysen)*

A ideologia posta na sociedade capitalista em que é preciso ter para ser, permeia a realidade de meninos e meninas de diferentes classes. Assim a lógica consumista, fruto da sociedade capitalista, desperta desejos nos indivíduos, desejos esses de inclusão social através do consumo ou de acesso a bens e serviços. O modo de produção capitalista, da mais perversa forma, se apropria dos sonhos, dos desejos, dos corpos de crianças e adolescentes, inserindo-os na dinâmica do consumo a qualquer preço e sob qualquer estratégia. E, numa sociedade na qual o trabalho não foi feito para todos, a estratégia buscada por esses sujeitos tem sido a exploração sexual.

Entrar na exploração sexual comercial pode ser vista aqui como uma estratégia de inclusão social e econômica, de se sentir parte de uma sociedade que impõe normas sociais nas quais é preciso seguir costumes, estilos, padrões de beleza e padrões de consumo. Entrar na exploração sexual comercial pode ser vista também como uma estratégia de fuga, fuga da realidade voraz que perpassa a vida desses jovens. Entrar na exploração sexual comercial pode ser, também, uma estratégia para se fazer visto pela família, pela sociedade e pelo poder público. É nesse sentido que tratamos aqui sobre o último motivo identificado na análise dos discursos dos sujeitos participantes dessa pesquisa. Trata-se da violência estrutural. Sobre isso, o autor Alves (2009, p.59-60) acrescenta:

*O favorecimento para existência, perpetuação e manutenção do fenômeno exploração sexual comercial infanto-juvenil se dá em função da violência inerente à própria forma de organização socioeconômica e política de uma determinada sociedade, em condições sociais e históricas definidas, isto é, por causa da violência estrutural [...]*

Alves (2009) entende que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é fruto de um modo de organização social, no nosso caso, é resultado da estrutura social na qual a sociedade brasileira é organizada, onde prevalecem relações de desigualdades econômicas, sociais, culturais e políticas. Contudo, a violência estrutural se apresentou como um dos motivos para a inserção de crianças e adolescentes no mercado do sexo, motivo consensual na fala dos jovens entrevistados. Não sendo dito dessa forma, nem dito com esse termo, a violência estrutural foi interpretada em diversas situações apontadas pelos jovens (situações de negação e/ou violação de direitos). Todos os jovens falaram que se tivessem, na época, outra oportunidade, não teriam ingressado no mercado do sexo. Como exemplo, citamos:

*[...] eu acho que a gente vai por falta de oportunidade, eu acho, sabe. Tipo eu né, eu comecei a trabalhar com 7 anos e num ganhava quase nada. Eu não tinha uma infância, e eu acho que as crianças que passam por isso são do mesmo perfil que eu, muitas não vai para escola, as mães não tem condições de darem o que elas querem, aí elas começam a fazer coisas por troca de dinheiro [...] vender droga, se prostituir, porque num tinha outra forma pra sobreviver [...] (Dezirre Laysen)*

*[...] nós não tínhamos oportunidade de emprego, e eu como não conhecia nada em Fortaleza, e não conhecia o ViraVida, e nenhum órgão que pudesse me ajudar, aí eu tive que me submeter a isso, e foi assim [...] foi assim que eu comecei a fazer programa, e eu só não trabalhava porque eu era de menor, e ninguém me dava a oportunidade [...] (Alerrandro)*

*As crianças e adolescentes não deviam entrar na prostituição, não devia ser assim [...] num era pra eles estar em uma esquina se prostituindo, eu não acho certo [...] mas se a gente tivesse oportunidade né, tivesse oportunidade ocupar a mente, de fazer outras coisas, oportunidade sabe, eu acho que a gente seria diferente, mas como num tem oportunidade, eu vejo todo dia crianças e os adolescentes caindo mais, caindo que eu digo é caindo na pista, fazendo programa, é isso que eu penso. (Diego)*

É interessante analisarmos que a ausência/ineficiência de políticas públicas que alcancem esse público – antes ou após o seu ingresso no mercado do sexo – e que venham a contribuir significativamente em suas vidas, pode ser um dos fatores que contribuem para que, cotidianamente, novas crianças e adolescentes sejam inseridos nas mais diversas formas de expressão da exploração sexual comercial. Desse modo, a violência estrutural aparece aqui como um dos fatores motivadores para a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, como também, para demais formas de expressão da violência, uma vez que a mesma afeta as condições estruturais como um todo.

Conforme Faleiros e Faleiros (2008), a violência estrutural consiste no resultado das condições políticas e econômicas que regem a sociedade brasileira, dificultando o acesso a direitos e serviços tais como saúde, educação, habitação, alimentação, dentre outros, e que afetam, portanto, as relações sociais entre os indivíduos. Faleiros e Faleiros (2008, p. 33) complementam:

As condições materiais das instituições também são exemplares da violência estrutural. A carência de pessoal e de equipamentos, as filas de espera, a falta de material, os horários inadequados de atendimentos, a ausência de profissionais no trabalho e outras questões que conduzem ao atendimento precário e ao desrespeito dos direitos dos usuários são manifestações desse tipo de violência.

Desse modo, a violência estrutural é um tipo de violência acometida pelo Estado. Através da ausência ou carência de políticas públicas, ou por meios de implementação de políticas ineficientes, o Estado se torna um violador dos direitos de seus cidadãos. A própria situação da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, por exemplo, pode ser interpretada como uma omissão do Estado, omissão na execução de políticas públicas que mobilizem alternativas para esses sujeitos. A exploração esteve presente ao longo da história da sociedade brasileira, conforme foi abordado no decorrer desse trabalho, porém essa situação só passou a ser preocupação do Estado por volta da década de 80, o que denota descaso do poder público para com esses indivíduos. Somente a partir desse período foram pensadas, formuladas e executadas as primeiras políticas públicas, a nível nacional, para tratar sobre o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Estudos (SANTOS, 2011) apontam que, no Brasil, as ONGs foram pioneiras na execução de ações (abordagens de rua, oficinas de prevenção e atividades para sensibilizar sobre a saúde sexual e redução de danos, dentre outras) com adolescentes em situação de exploração sexual. Além delas, o Governo Federal implementou e vem implementando as seguintes ações de grande importância no enfrentamento a violência sexual, dentre elas citamos<sup>89</sup>: O

---

<sup>89</sup> O estudo detalhado sobre as políticas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes não consta em um dos objetivos do nosso estudo. Por esse motivo, e por acreditar que as análises sobre esse fenômeno não podem se encerrar aqui, iremos apontar apenas algumas políticas desenvolvidas à nível municipal – nesse caso, no município de Fortaleza/CE – com foco nesse público. Porém, é válido mencionarmos aqui algumas políticas essenciais são destacadas nesse tópico devido considerarmos a implementação das mesmas como fundamentais

Programa Sentinela<sup>90</sup> (que foi criado em 2000, tendo como foco oferecer suporte psicossocial, educacional e jurídico a crianças e adolescentes em situação de violência sexual e às suas respectivas famílias); a criação do Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (que consiste na operacionalização do número telefônico 0800-99-0500 para recebimento de denúncias contra crimes sexuais, inicialmente executado pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência – ABRAPIA e, posteriormente, assumido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, o número passou a ser substituído pelo Disque 100<sup>91</sup>); o Conselho Tutelar (que em cada município atua como principal porta de entrada das denúncias nas políticas públicas, o referido órgão é responsável em receber as denúncias de crimes contra crianças e adolescentes e tomar as devidas providências); o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro – PAIR, que propõe “ser referência metodológica de articulação de redes para a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil” (CEDECA, 2014, p.57), desenvolvido à nível nacional; a Política de Assistência Social – PNAS (e aqui citamos mais especificamente os Centros de Referência Especializada em Assistência Social - CREAS, que dentro dos princípios da Proteção Social Especial, são os órgãos responsáveis, em todo o

---

no enfrentamento à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no cenário brasileiro. É válido ressaltar, que a efetivação dessas políticas foi fruto de mobilizações sociais, que culminou na elaboração de leis exigindo respostas do poder público diante desse fenômeno. Maiores detalhes sobre essas mobilizações, foram apresentadas no capítulo anterior, no presente estudo.

<sup>90</sup> De acordo com Alves (2009), o referido Programa foi criado em 2000, mas foi implementado apenas a partir de 2001; sua implementação ocorreu em 24 Estados, abrangendo mais de 200 municípios.

<sup>91</sup> A adoção do número de denúncias “Disque 100” não apenas facilitou o acesso da população, como também a absorção do mesmo. O referido número tem sido uma importante ferramenta no incentivo às denúncias contra abuso, exploração sexual e demais violências contra crianças e adolescentes. O disque 100 ganhou esse nome em 2006, período no qual houve uma ampliação desses serviços com a composição de uma equipe especializada, com o horário de funcionamento ampliado e encaminhamento dos casos de violação de direitos aos órgãos competentes. Conforme o monitoramento do CEDECA (2014, p.32), esse serviço funciona da seguinte forma: “As ligações feitas ao Disque 100 são recebidas em uma Central de atendimento, onde é feita a recepção, escuta, registro da denúncia, após isso, na própria central, é realizado uma revisão e classificação das denúncias e então elas são encaminhadas ao Ministério Público, que por sua vez, após triagem, encaminhada para o Conselho Tutelar que assume a tarefa de fazer a verificação da denúncia, e caso confirmada, atender o caso fazendo os devidos encaminhamentos ao Sistema de Garantia de Direitos”. Porém, o mesmo relatório aponta que os casos denunciados muitas vezes esbarram na burocracia dos serviços, o que causa um descrédito na população, e como resultado disso há uma diminuição gradual do número de denúncias apontada no referido monitoramento.

Brasil, pelo atendimento às vítimas de violência sexual e suas respectivas famílias<sup>92</sup>) (FALEIROS E FALEIROS 2008; ALVES, 2009; SANTOS, 2011; CEDECA, 2014). Essas são apenas algumas políticas nacionais implementadas no combate às situações de violência contra crianças e adolescentes, especialmente, às situações de violência sexual.

Contudo, fazendo uma análise dessa trajetória até os tempos atuais, temos nos deparado com uma realidade de despreparo do poder público para lidar efetivamente com essa problemática. Como exemplo, ao consultarmos o monitoramento da política de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, realizado em 2014, no município de Fortaleza – CE, verificamos o desinteresse e indiferença que o poder público dedica a essa situação. Desinteresse que pôde ser averiguado a partir da “[...] não priorização orçamentária das políticas sociais direcionadas a crianças e adolescentes que gera uma escassez/ineficiência das políticas de atendimento [...]” (DECECA, 2014, p.29).

Porém, ressaltamos que pretendemos elencar também aqui, algumas<sup>93</sup> políticas públicas referentes ao enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no município de Fortaleza – CE, município no qual nossa pesquisa vem sendo desenvolvida. Desse modo, para analisar essas políticas, tomamos como base os estudos de Diógenes (1998) e, principalmente, os monitoramentos da política de atendimento para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, desenvolvidos em 2014 pelo CEDECA e em 2017, pelo Fórum DCA<sup>94</sup>. Portanto, destacamos aqui as ações que consideramos de maior relevância, desenvolvidas pelo poder público, no município de Fortaleza – CE, como resposta às reivindicações da sociedade civil, dentre elas estão: A criação da Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente – DECECA (criada em 1995, ainda hoje é a única delegacia do Estado do Ceará,

---

<sup>92</sup> Segundo o autor Alves (2009), o Programa Sentinela passou, de maneira progressiva, a ser desenvolvido dentro dos CREAS, por volta do ano de 2005 a 2009.

<sup>93</sup> Enfatizamos que isso será feito de forma sucinta, uma vez que analisar as políticas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes não compunha os objetivos da nossa pesquisa, podendo ser algo abordado em estudos posteriores.

<sup>94</sup> Encontramos os referidos monitoramentos disponíveis no site do CEDECA, conforme segue o endereço digital: <http://www.cedecaceara.org.br/biblioteca/artigos/>, cujo acesso foi realizado durante os meses de março, abril e junho de 2017. Assim, maiores informações sobre as políticas citadas aqui podem ser encontradas nos referidos documentos.

especializada no combate à crimes contra crianças e adolescentes); a criação do Fórum Cearense de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes<sup>95</sup> (formado por uma rede mista que compunha membros da sociedade civil, governos, setor empresarial e agências de cooperação internacional. Posteriormente o referido Fórum foi extinguido e substituído pela Comissão de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, que funciona dentro do Fórum DCA); a operacionalização do Disque Direitos Humanos de Fortaleza (vinculado à Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos – SCDH, e operacionalizado através do número 0800.285.0880, o Disque atende denúncias de situações diversas de violação de direitos humanos); a criação dos CREAS, que atendem situações de violações de direitos humanos, conforme já ressaltado nesse estudo (Em Fortaleza existem 06 CREAS Municipais administrados pela SETRA e um CREAS Regional administrado pela STDS); Ainda no município de Fortaleza, em 2005, para atender casos de violência sexual contra crianças e adolescentes foi criado o Programa Rede Aquarela, vinculado à SCDH (no caso do nosso município, o Programa Sentinela passou a ser executado dentro da Rede Aquarela ao invés de ser executado nos CREAS). Por fim, citamos aqui o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - NETP, instituído pelo decreto Nº 30.682, de 22 de setembro de 2011, vinculado à Secretaria da Justiça e Cidadania – SEJUS (DIÓGENES, 1998; CEDECA, 2014; FÓRUM DCA).

Além dessas políticas, reforçamos que outros projetos/programas eram desenvolvidos no município de Fortaleza, atuando diretamente no enfrentamento da exploração sexual comercial de meninos e meninas. Porém, atualmente esses projetos foram desativados. Dentre eles ressaltamos o Programa Ponte de encontro, vinculado à FUNCI e à SCDH, que atuava como um importante equipamento responsável pela busca-ativa, ou seja, pela abordagem de rua especializada no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual, em Fortaleza. Ao entrarmos em contato telefônico com a FUNCI, em

---

<sup>95</sup> O Fórum Cearense de Enfrentamento à Violência sexual é instituído após a elaboração e aprovação do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, em 2001. O Ceará foi o primeiro Estados a instituir seu Plano, porém, o monitoramento do CEDECA (2014) enfatiza que o referido documento se encontra defasado. Do mesmo modo, ou seja, defasado também se encontra o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual, implementado em 2005.

junho de 2017, fomos informados que o referido Programa foi desativado e está em fase de redefinição sem previsão para retomada. Outro projeto que contribuiu no enfrentamento à exploração sexual de meninos e meninas no município de Fortaleza foi o Projeto Bromélia, voltado para a inserção socioproductiva de adolescentes em situação de exploração sexual comercial, as quais possuíam dificuldades de acesso ao mundo do trabalho. Ambos os projetos foram citados no nosso estudo, pelo jovem Vanderson, conforme podemos verificar:

*Antes de entrar no ViraVida, eu era do Bromélia que foi o ponto de partida de tudo porque eles sempre falavam sobre isso, de tirar os meninos da rua tirar, de ter uma outra coisa mais legal que a exploração sexual, era sempre isso. E através de lá [...] a gente fazia curso e também ganhava uma bolsa de R\$ 100,00 (cem reais). Eu entrei nesse curso quando a Kombi do ponte de encontro ia nas esquinas deixar os preservativos, e perguntavam se eu queria sair dessa vida, aí depois disso quando e saí do Bromélia eu ainda num tinha saído da exploração. Foi aí que depois eu fui parar no ViraVida.*

O referido estudo aponta que são necessárias ações como essas, que cheguem até esse público, e os apresentem uma possibilidade de acesso à renda, à perspectiva de futuro e à construção de projetos de vida. Inclusive, o Projeto ViraVida é apresentado nesse monitoramento como uma política que apresenta possíveis estratégias/alternativas para esse público, porém, é tecido aqui uma crítica, devido essa iniciativa não partir do poder público, e, por conseguinte, não contemplar toda a demanda existente.

Até mesmo o Projeto ViraVida, se deparou com dificuldades que esbarram nas poucas alternativas apresentadas para os sujeitos que dele o participam. Como já apresentado nesse estudo, nem todos os cursos profissionalizantes ofertados através do Projeto, e nem todas as vagas de empregos as quais os jovens são encaminhados, aparecem, como um verdadeiro atrativo. Isso porque, a maioria dos cursos/empregos ofertados ocupam trabalhos subalternos, que nem sempre apresentam as melhores condições de trabalho, os melhores salários ou possibilidades de crescimento pessoal e profissional. O jovem é que “decide” a qual tipo de exploração pretende se submeter (à exploração das regras/leis do mercado de trabalho ou à exploração sexual). Essa escolha é pessoal, embora saibamos que existem vários fatores e caminhos que levam esses jovens a fazê-la. Alguns topam ingressar no mercado de trabalho,



outros preferem permanecer na exploração sexual e outros escolhem<sup>96</sup> permanecer nos dois (tanto no mercado de trabalho, como no mercado do sexo), como é o caso do jovem Juan, que nos declara:

*[...] hoje em dia eu já tenho meu próprio trabalho né, eu sou um empreendedor. Quando eu saí do Viravida eu coloquei meu próprio salão e tá bombando [...] eu me sinto bem e gosto do meu trabalho, prefiro o meu trabalho do que programa, pois sei que no programa estou no risco. Mas, no futuro, eu quero ser a L. né, quero mudar meu corpo [...] estou tomando hormônio agora, quero colocar silicone, tudo no seu tempo [...] e o dinheirinho extra que eu ganho no programa tá ajudando pra isso.*

A ausência de políticas públicas efetivas que atuem na prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes, ou que atuem de modo efetivo no atendimento a esses sujeitos (após se inserirem nessa situação), é uma realidade no município de Fortaleza e em todo o Brasil. É nessa perspectiva que o monitoramento realizado pelo CEDECA e pelo Fórum DCA questionam a importância, ou, na verdade, a falta de importância que o poder público vem dando para essas políticas, apresentando que os investimentos orçamentários para as mesmas são cada vez mais reduzidos e quando disponíveis, não são executados.

Portanto, diante do que foi exposto, concluímos que o ingresso dos jovens participantes desse estudo nas redes de exploração sexual comercial, assim também como a permanência dos mesmos na referida situação, é resultado de uma série de violações, violências, negações sofridas por esses sujeitos em diferentes momentos de suas vidas. Violações de direitos, do acesso às condições mínimas de sobrevivência, à saúde, à educação, à profissionalização, à geração de emprego e renda foram apontados como determinantes da exploração sexual. Violências vividas no âmbito familiar, no ambiente no qual deveriam ser acolhidos e protegidos, foram também

---

<sup>96</sup> Utilizamos aqui o termo escolhem, por acreditar que, nesse caso específico, os sujeitos tiveram diferentes opções, o que denota uma “oportunidade” em fazer sua escolha. Contudo, continuamos reforçando que essa escolha faz parte de uma construção social, cultural, econômica, histórica, política. Reforçamos ainda que uma escolha não exclui a outra, ou seja, não existe a condicionalidade de “ter que sair da exploração sexual” para ingressar no Projeto ViraVida. Percebemos isso ao consultar os relatórios do referido Projeto em que constavam alunos cursantes que conciliava as atividades do Projeto com a exploração sexual. Porém, como a rotina do Projeto exigia uma dedicação integral desses jovens, a maioria abandonava a exploração para se dedicar ao Projeto; outros abandonavam o Projeto e permaneciam na exploração sexual.

mencionadas como determinantes dessa situação de exploração. Negação de suas identidades, de suas sexualidades, dos seus desejos foram, da mesma forma, determinantes apontados nesse estudo.

Assim, concluímos aqui que o ingresso e permanência de jovens na exploração sexual extrapola o caráter econômico desses sujeitos, envolvendo aqui diferentes atores que contribuem direta ou indiretamente para que as redes de exploração sexual continuem absorvendo constantemente crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive, do sexo masculino.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Se eu fosse resumir o que eu levei [...]  
 Eu aprendi muito isso[...]  
 De não dirigir o destino das pessoas,  
 De apenas olhar para elas,  
 De olhar o que tem dentro delas,  
 Que pode ser potencializado.  
 Você vai aprendendo a ver  
 o que é mais significativo de cada um.  
 É uma aventura  
 você descobrir em uma pessoa  
 algo que ela não imaginava,  
 E dar passagem a isso.  
 Sei que muita gente passou por mim,  
 E eu passei por muita gente.  
 (Gloria Diógenes)<sup>97</sup>*

Não queremos concluir esse trabalho nesse momento, pois consideramos que o mesmo foi apenas o início de uma longa jornada, o início de muitas pesquisas sobre essa temática, que ainda estão por vir. Esse estudo foi, acima de tudo, um trabalho coletivo, trilhado através do nosso percurso acadêmico e profissional, tendo a importante participação de pessoas que contribuíram ativamente nesse caminho, com suas palavras, seus conhecimentos, suas pesquisas, seus poemas, suas histórias, suas vidas.

Sobretudo, pretendemos apontar aqui as considerações que obtivemos por meio desse estudo. Assim, a partir das pesquisas (bibliográfica, documental e empírica) realizadas, observamos que a interpretação sobre essa problemática passou por um percurso histórico, envolvendo estudos, pesquisas, mobilizações, legislações e diferentes debates sobre o assunto. Aspectos esses que foram apresentados nesse estudo, uma vez que consideramos o entendimento desse fenômeno como um conjunto, que envolve a compreensão de diversas categorias,

---

<sup>97</sup> A autora Glória Diógenes participou na obra de Felipe Rima, no livro: *Sonhos e as pedras no caminho*, como sua primeira edição em 2017, pela CENE editora.

dentre as quais, as principais discutidas foram: juventude, trabalho, sexualidade, violência estrutural, prostituição infanto-juvenil, exploração sexual comercial.

Assim, apreendemos que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes do sexo masculino não é um fenômeno isolado. Ela coaduna com outras situações de violências e violações de direitos os quais esses meninos vivenciaram. Sobretudo, tentamos, através desse estudo, dar um pouco mais de visibilidade a esse fenômeno, apresentando como o mesmo acontece, uma vez que a maioria das pesquisas apontam que essa situação aparece com maior veemência contra meninas, sendo fundamental o desenvolvimento de pesquisa que tratem sobre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes do sexo masculino.

Identificamos por meio do nosso trabalho, que essa problemática possui os mais diversos significados na vida desses jovens, ora sendo considerada, pelos mesmos, sobre uma perspectiva positiva e ora sendo percebida como uma situação negativa. Porém, por mais complexo que esse fenômeno possa parecer, ele é utilizado pelos sujeitos que a vivenciam como uma estratégia de resistência e sobrevivência numa ordem social, cultural, econômica, política que os discrimina e os coloca em situação de desigualdade. Tratamos sobre isso ao tentarmos entender como acontece a exploração sexual comercial masculina e ao estudar os motivos que levam crianças e adolescentes do sexo masculino a ingressar/permanecer/sair dessa situação, associando esse fenômeno ao modo de organização capitalista, o qual a nossa sociedade se baseia.

Por motivos diversos, ditos ou não ditos, os jovens ingressaram nessa situação. Todavia, constatamos que não são apenas os motivos econômicos que levam crianças e adolescentes ao mercado do sexo. No nosso estudo foram apontados: **aspectos econômicos** (apresentados através da dificuldade financeira; do incentivo ao consumismo – fruto do modo de organização da sociedade capitalista – e da dificuldade de acesso ao trabalho e renda; **aspectos sociais/culturais** (representados e interpretados através das relações familiares com vínculos fragilizados ou rompidos; de todas as formas de violência e violações de direitos que perpassou a história de vida dos sujeitos entrevistados;

da influência dos círculos de amigos formados pelos mesmos e da privação do exercício/vivência de suas identidades e sexualidade); e, por fim, **aspectos políticos** (que, por sua vez, se expressou através da ausência de políticas públicas que oferecesse um real suporte às famílias desses sujeitos, garantindo as condições mínimas de sobrevivência para os mesmos, através de políticas efetivas que promovessem o acesso a direitos básicos, tais como: saúde, educação, alimentação, profissionalização, trabalho e renda).

Nos deparamos com uma variante diante do reconhecimento entre ser ou não ser explorado. Ou seja, em alguns momentos os meninos se percebiam enquanto explorados (quando faziam algo que não queriam), mas, em outros momentos não consideravam essa prática como uma exploração (quando tudo ocorria conforme suas expectativas). Essa dicotomização entre faço porque gosto e faço porque sou obrigado perpassa a realidade desses jovens e muitas vezes aparece entrelaçada em suas falas. Ou seja, o mesmo jovem que se considera explorado porque no ato sexual *“teve que fazer algo que não queria”* pode ser também o jovem que não se considerava explorado quando o ato sexual era algo de acordo. Isso nos faz perceber que a exploração sexual, assim como as atividades laborativas por vezes apresentam um caráter contraditório, podendo ser prazerosas ou não. Aparecendo como algo positivo ou negativo, a depender de onde/quando/quem olha e/ou a vivência.

Sendo assim, a partir das análises realizadas, consideramos que o ingresso de crianças e adolescentes no mercado do sexo se colocou como uma alternativa – talvez a melhor, ou mesmo a única – encontrada por esses sujeitos diante de tantas outras que lhes foram negadas. Como por exemplo, exercer livremente suas identidades e sexualidade, apareceu aqui como uma alternativa que o mercado do sexo lhes oferece, algo que o mercado de trabalho lhes nega.

Porém, verificamos também que, se esses sujeitos tivessem a oportunidade de realmente escolher um outro trabalho no qual pudessem ter sua própria renda, ter reconhecimento, ter liberdade para expressar sua orientação sexual e, ao mesmo tempo, ter prazer em realizá-lo, talvez o mercado do sexo não seria, nem de longe a sua “opção”.

Sob o olhar do poder público, verificamos aqui que essa problemática ganhou visibilidade no cenário brasileiro, mas nos parece ter sido esquecida. A partir da análise dos estudos apresentados constatamos que o Brasil realizou uma série de seminários, congressos, pesquisas, planos, projetos, programas, dentre outras ações com foco no enfrentamento à situação de exploração sexual de crianças e adolescentes. Porém, verificamos que essas iniciativas não têm sido de um todo efetivas, uma vez que essa problemática ainda persiste no nosso país, sendo constatado uma maior incidência da mesma – inclusive contra crianças e adolescentes do sexo masculino – em contraponto a um menor investimento por parte do poder público em ações que atuem de forma eficaz diante dessa situação. (CEDECA, 2014; FORUM DCA, 2017). Como caso de polícia, ou de limpeza urbana, ou de “resgate de crianças e adolescentes”, as poucas políticas destinadas a esses sujeitos nem sempre atendem suas expectativas e reais necessidades. Se tratando do público masculino, verificamos que essas políticas não conseguem alcançá-los, nem os quantificar de maneira efetiva, aparecendo aqui enquanto sucateadas e ainda insuficientes para atender a demanda.

Assim sendo, realizando uma breve análise sobre o acompanhamento oferecido a esses jovens, nas instituições pelas quais os mesmos passaram (incluindo aqui o Projeto ViraVida), acreditamos que as referidas instituições e projetos sociais precisam elaborar estratégias que contemplem de fato às expectativas e realidades desses jovens. Precisam pensar e desenvolver estratégias que contemplem as diversas demandas que perpassam a vida de meninos inseridos no mercado do sexo, que compreendam não apenas suas fragilidades, mas também suas potencialidades, atuando de modo a contribuir com o desenvolvimento e construção de projetos de vida desses jovens. Não de maneira “tutelar”, não no sentido de “tirar” ou “resgatar” esses meninos dessa situação, conforme tem sido realizado até o momento, mas, por meio de ações que compreendam quais seus sonhos, seus desejos, suas expectativas. Que seja algo no qual esses meninos possam vivenciar suas identidades e atender suas necessidades. Que seja algo que façam *com* e *por* prazer.

Aqui, a exploração sexual masculina vivenciada pelos jovens do ViraVida apresentou o lado da dor, mas também, o lado do prazer, o qual esse

fenômeno proporcionou na vida desses sujeitos. O sentimento de inserção social/cultural/econômica que essa situação possibilitou foi um dos principais aspectos que os mantiveram nessa situação. Porém, apesar disso, experimentar diferentes identidades e vivenciar, das mais diversas formas, a sua sexualidade, também apareceu nesse estudo como uma realidade que perpassa esse fenômeno. Contudo, compreendemos que o estudo sobre a identidade de gênero desses jovens, sobre masculinidade, sobre a representatividade dessa atividade no âmbito masculino são questões que merecem ser aprofundadas em estudos posteriores.

E assim, vamos nos despedindo dos leitores e leitoras, ressaltando que respostas e novas perguntas foram surgindo no desenrolar desse estudo, mas, por entendermos que o mesmo não se encerra aqui, deixaremos uma porta aberta para continuar pesquisando sobre essa temática. Nos colocamos aqui, oponentes a qualquer tipo de exploração sexual de crianças e adolescentes, mas, nos colocamos favoráveis a qualquer forma de exploração de conhecimento que busque compreender e entender esse fenômeno, desprendido de qualquer julgamento.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude**. Brasília: SNJ, 2004.

\_\_\_\_\_. A tematização social da juventude. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5-6. 1997.

\_\_\_\_\_. **Condição juvenil no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

ALVES, Alan de Loiola. **Garotos sem programa: estudo sobre exploração sexual comercial de adolescentes do sexo masculino na cidade do Rio de Janeiro**. 2009. 156f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ALVES, Christiane L. B. e PAULO, Evanio M. Dinâmicas recentes do Mercado de trabalho juvenil na região Nordeste. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca R. (Org.). **Trabalho e formação profissional: Juventudes em transição**. Fortaleza: IDT /UECE/BNB, 2013.

ARAÚJO, Liana Brito de Castro. Notas sobre a contribuição da categoria trabalho no processo de investigação e exposição. In: Susana Jimenez; Romulo Soares; Maurilene do Carmo; Cristiane Porfírio. (Org.). **Contra o pragmatismo e a favor da filosofia da praxis**. Fortaleza: UECE, 2007.

AZEVEDO, M. A. e GUERRA, V. N. A. (Orgs.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. 2.ed. São Paulo: Iglu, 2000.

BELOTTI, Elena Gianini, **Educar Para a Submissão: O Descondicionamento da Mulher**. 4e ed. Petrópolis: Vozes. 1983.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 5, n. 2, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. A juventude é apenas uma palavra. In: \_\_\_\_\_. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: marco Zero, 1983.



BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei Federal nº 8069, 1990.** Brasília, 1990.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal nº 10.097, 2000.** Lei da aprendizagem. Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e Adolescentes.** Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. Estatuto da juventude. **Lei Federal nº 12.852,** Brasília, 2013a.

\_\_\_\_\_. *World* BOZON, M. (Org.). **Sociologia da Sexualidade.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CALLIGARIS, Contardo. **A Adolescência.** São Paulo: Publifolha, 2000.

CASSAB, Clarice. **Contribuição à construção das categorias jovem e juventude:** uma introdução. 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/Locus.pdf> Acesso em 04/08/2015>. Acesso em: 5 jul. 2017.

CASTRO, M.V.; ABRAMOVAY, M.; SILVA, L.M.da. Os jovens e a sexualidade: um panorama da realidade brasileira. **Revista Estudos Feministas,** Florianópolis, v. 5, n. 2, 2005.

CASTRO, Jorge A. de e ANDRADE, Carla C. de. Juventude, educação e trabalho: avanços e desafios. In: MACAMBIRA, Júnior e ANDRADE, Francisca R. (Org.). **Trabalho e formação profissional:** Juventudes em transição. Fortaleza: IDT – UECE/BNB, 2013.

CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO CEARÁ. **Monitoramento da política de atendimento às vítimas de violência sexual.** Fortaleza: CEDECA – CE, 2014

CORDEIRO, Andrea C. F. et al., (Org.). **NUCEPEC 30 anos e 30 ideias:** Reflexões e práticas sobre infância, adolescência e juventude. Fortaleza: UFC/NUCEPEC, 2014.

COSTA, Jurandir F. **Ordem médica e norma familiar** . Rio de Janeiro: Graal, 1989.

DIAS, Diego M. Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento. Campinas. **Cadernos Pagu,** [S.l.], n.43. Jul./dez. 2014.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Meninas da Noite.** São Paulo: Ática, 1992.

DIÓGENES, Glória. **Vira Vida: uma virada na vida de meninos e meninas do Brasil.** Brasília: Serviço Social da Indústria/ Departamento Nacional, 2010.

\_\_\_\_\_. **Os sete sentimentos capitais:** Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. São Paulo: Annablume, 2008.

\_\_\_\_\_. **Criança infeliz.** Fortaleza [s.n.], 1998.

DELMONDES, Marlene de O. **A (in)visibilidade dos adolescentes de gênero masculino em atividade sexual comercial em Brasília.** Brasília: [s.n.], 2012.

DEMO, Pedro. **Pesquisa participante:** mito e realidade. Brasília: Inep, 1982.

DUARTE, Jessyca B. **Entre os estigmas e a desconstrução:** reflexões sobre o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e a identidade de gênero de travestis e de transexuais. 2017. 158f. Dissertação (Mestrado acadêmico) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017

FALEIROS, Vicente de P.; FALEIROS, Eva S. **Escola que protege:** Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

FALEIROS, Eva. T. S. A Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no mercado do sexo. In: LIBÓRIO, R. M. C. e SOUSA, S. M. G. (Orgs.). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil:** reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo; Goiânia: Universidade Católica de Goiás. 2004.

\_\_\_\_\_. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.** Brasília: CECRIA, MJ-SEDH-DCA, FBB, UNICEF, 2000.

FÓRUM DELEGACIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Violência sexual:** Monitoramento da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente na Cidade de Fortaleza. Fortaleza: FÓRUM DCA e RENAS, 2017.

FOSSEY, Marcela, F. **Polêmica sobre sexo saudável:** uma abordagem discursiva. 2011. 256f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2011.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I:** a vontade de saber. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Vozes, 1987.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 50. ed. [S.I.]: Global Editora. 2005.

GIDDENS, A. **A transformação da Intimidade: sexo, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Unesp, 1993

GROPPO, Luís A. Juventude como categoria social” In: \_\_\_\_\_. **Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000

GUIMARÃES, Gilselene G.; GRINSPUN, Mirian P. S. **Revisitando as Origens do Termo Juventude: a diversidade que caracteriza a identidade**. 2012. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT20-4136--Int.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

HEILBORN, Maria Luiza. **Entre as tramas da sexualidade brasileira**. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 2006.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Sexualidade o olhar das ciências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andreia. (Orgs.). **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de Capital Fetichado: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

\_\_\_\_\_. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010b.

JUNIOR, João B. B., ALBUQUERQUE, Odlia C. P., COUTINHO, Clara P. **WHATSAPP e suas Aplicações na Educação: uma revisão sistemática da Literatura**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <<http://www.latec.ufrj.br/revistas/index.php?journal=educaonline&page=article&op=view&path%5B%5D=824&path%5B%5D=746>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

LEAL, Maria Lúcia P. Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil. In: SEMINÁRIO CONTRA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS AMÉRICAS, 3., 1996. Brasília, **Anais...** Brasília: MJ/OIT/CECRIA, 1996.

\_\_\_\_\_. **Exploração Sexual comercial de meninos, meninas e de adolescentes na América Latina e Caribe**. Brasília: CECRIA, 1999. (Relatório Final, Brasil).

LESSA, Sérgio. **Serviço social e trabalho: porque o serviço social não é trabalho**. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács. 2012.

\_\_\_\_\_. **Mundo dos Homens**. São Paulo: Boitempo, 2012a.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). **História dos jovens I: da antiguidade a era moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIBÓRIO, R. M. C.. Exploração sexual comercial infanto-juvenil: categorias explicativas e políticas de enfrentamento. In: LIBÓRIO, R. M. C.; SOUSA, S. M. G. (Orgs.). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LIBÓRIO, R. M. C.; SOUSA, S. M. G. (Orgs.). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo; Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2004.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social, 2**. Tradução Nelio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo. 2013.

MACAMBIRA, Júnior e ANDRADE, Francisca R. (Org.). **Trabalho e formação profissional: Juventudes em transição**. Fortaleza: IDT/ECE/BNB, 2013.

MACHADO, Fernanda Quixabeira. Q. Por uma história da juventude brasileira. **Revista da UFG**, [S.l.], v. 6, n. 1, jun. 2004.

MARGULIS, Mario y URRESTI Marcelo. La Juventude es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario. **La Juventude es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MARINHO, Camila H. **Afetos de rua: culturas juvenis e afetividades nos bastidores da cidade**. 2012. 158f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

MARINHO, Lilian F. B. **Entrada na sexualidade e práticas contraceptivas: a experiência de jovens em três capitais brasileiras**. 2006. 178f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2006. 178p.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

MESQUITA, Paula Fabrícia B. A. e MORAES, Elivânia da S. **Pesquisa sobre a Exploração Sexual Infanto-Juvenil No Turismo De Fortaleza**. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2008

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. Juventude e contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 5, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Org. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 12. ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014.

MORETTO, Amilton e REMY, Maria Alice, P. de A. Dinâmica recente da inserção do jovem no mercado de trabalho e a questão da escolaridade. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca R. (Org.). **Trabalho e formação profissional: Juventudes em transição**. Fortaleza: IDT/UECE/BNB, 2013.

NASCIMENTO, E. F.; GOMES, R. Iniciação sexual masculina: conversas íntimas para fóruns privados. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro. v. 14, 2009.

NOLASCO, Sócrates. **O Mito da Masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Orgs.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

OLIVEIRA, Elenilce G. de e SOUSA, Antônia de A. Trabalho, juventude e educação no contexto do capitalismo atual. In: MACAMBIRA, Júnior e ANDRADE, Francisca R. (Org.). **Trabalho e formação profissional: Juventudes em transição**. Fortaleza: IDT/UECE/BNB, 2013.

PIERUCCI, A. F. de O. Igreja: contradições e acomodação. Ideologia do clero católicosobre reprodução humana no Brasil. **Cadernos CEBRAP**, [S.l.], v. 5, 1978.

RIMA, Felipe. **Sonhos e as pedras no caminho**. Fortaleza: CENE, 2017.

RIZZINI, Irene. (Org.) **Olhares sobre a Criança no Brasil - Século XIX e XX**. Rio de Janeiro: Petrobrás, 1997.

SAFFIOTI, H. I. B. A Síndrome do Pequeno Poder. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (Orgs.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. 2.ed. São Paulo: Iglu, 2000.

SANTOS, Geórgia P. G. dos. Juventude, trabalho e educação: uma agenda pública recente e necessária. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca R. (Org.). **Trabalho e formação profissional: Juventudes em transição**. Fortaleza: IDT – UECE/BNB, 2013.

SANTOS, Benedito R. dos. **Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: EDUR, 2011.

SANTOS, Benedito. R dos. Contribuições para um balanço das campanhas de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescente no Brasil. In: LIBÓRIO, R. M. C. ; SOUSA, S. M. G. (Orgs.). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo; Goiânia: Universidade Católica de Goiás. 2004.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Emergência da concepção moderna de infância e adolescência: mapeamento, documentação e reflexão sobre as principais teorias**. 1996. 187f. Dissertação (Mestrado em enfermagem) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

SANTOS, Cleide M. A. dos; RODRIGUERS, Josiane V.; QUEIROZ, Mayra O.; PINHEIRO, Ângela A. A. Prostituição infantil: Considerações teóricas e observações sobre a realidade da cidade de Fortaleza. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v.8, n. 2, 1990.

SPOSITO, Marília. P. (Coord.). **O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999- 2006)**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

\_\_\_\_\_. **Estudos sobre juventude em educação**. São Paulo: Revista Brasileira de Educação, 1997.

VASCONCELOS, Rejane B. **A política de assistência à criança e ao adolescente desenvolvida pela fundação estadual do bem estar do menor do Ceará**. Passaporte para a cidadania ou dispositivo disciplinar? 2003. 168f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2003.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Proposta de questionário socioeconômico

**Objetivo:** identificar o perfil socioeconômico dos jovens do sexo masculino, egressos do Projeto ViraVida – CE, que vivenciam ou vivenciaram a situação de exploração sexual comercial. Tendo como desígnio a realização da pesquisa de mestrado, cujo tema é “Há um passado no meu presente: uma análise sobre a exploração sexual comercial vivenciada por jovens do sexo masculino, egressos do Programa ViraVida – CE”.

**Público-alvo:** Jovens do sexo masculino, egressos do Projeto ViraVira/CE, que vivenciam ou vivenciaram a situação de exploração sexual comercial.

**Pesquisadora:** Flávia Moreira Ferreira. Aluna do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

**Orientador:** Dr. Estenio Ericson Botelho de Azevedo

1. Idade: \_\_\_\_\_
2. Identidade de gênero: \_\_\_\_\_
3. Religião: \_\_\_\_\_
4. Cor/etnia: \_\_\_\_\_
5. Bairro: \_\_\_\_\_
6. Escolaridade: ( ) Fundamental Incompleto ( ) Fundamental Completo  
( ) Ensino Médio Incompleto ( ) Ensino Médio Completo Outra: \_\_\_\_\_
7. Estado civil: ( ) Solteiro(a) ( ) Casado(a) ( ) União estável  
( ) Divorciado(a) ( ) Viúvo(a) ( ) Outro \_\_\_\_\_
8. Filhos? \_\_\_\_\_ Quantidade: \_\_\_\_\_
9. Com quem morava antes do ViraVida? \_\_\_\_\_
10. Você contribuía financeiramente? \_\_\_\_\_
11. Qual era sua ocupação nesse período? \_\_\_\_\_
12. Com quem mora atualmente? \_\_\_\_\_
13. Você contribui financeiramente? \_\_\_\_\_
14. Possui um vínculo empregatício? Quantos/Quais:  
\_\_\_\_\_
15. Renda mensal familiar: \_\_\_\_\_
16. Participa/participou de algum Projeto/Programa Social? Quais/Motivo:  
\_\_\_\_\_
17. Buscou rede de apoio (Conselho Tutelar, DCECA, acolhimento institucional, outros)?  
\_\_\_\_\_



## APÊNDICE B – Proposta de roteiro de entrevista

**Objetivo:** analisar a compreensão dos jovens do sexo masculino, egressos do Projeto ViraVida – CE, acerca da exploração sexual comercial por eles vivenciada. Tendo como desígnio a realização da pesquisa de mestrado, cujo tema é “Há um passado no meu presente: uma análise sobre a exploração sexual comercial vivenciada por jovens do sexo masculino, egressos do Projeto ViraVida – CE”.

**Público-alvo:** Jovens do sexo masculino, egressos do Projeto ViraVira/CE, que vivenciam ou vivenciaram a situação de exploração sexual comercial.

**Pesquisadora:** Flávia Moreira Ferreira. Aluna do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

**Orientador:** Dr. Estenio Ericson Botelho de Azevedo

1. Relate sobre sua infância e adolescência (lazer, amizades, família, estudos, trabalho).
2. Para você o que é ser adolescente? E ser jovem?
3. Como se deu sua primeira experiência sexual:
4. Como e por quê ingressou na exploração sexual?
5. Com qual idade você iniciou essa atividade?
6. Relate sobre a exploração sexual a qual você vivenciou (principais pontos positivos, negativos, clientes, uso de drogas, preservativos, valor por programa):
7. Quais as consequências da exploração sexual para a sua vida?
8. Sua família tem conhecimento sobre essa situação? Como reagiram/reagem diante da mesma?
9. Você continua realizando esse tipo de atividade? Por qual motivo?
10. Caso não continue, quando e por quê não realiza mais?
11. Caso necessitasse, você voltaria para essa prática? Por quê?
12. Para você, a exploração sexual é/era uma profissão? Por quê?
13. O que essa prática significa/significava para você (lazer, prazer, obrigação)?
14. O que você entende por exploração sexual?
15. Você se sentia explorado?

16. Como e porque ingressou no ViraVida?
17. Mudou alguma coisa na sua vida após ingressar no ViraVida? Relate
18. Relate sobre sua vida atual (lazer, amizades, família, estudos, trabalho).
19. Hoje, como você se sente em relação ao seu trabalho?
20. Qual sua percepção sobre a relação sexual entre crianças/adolescentes e adultos?
21. Como você acha que a sociedade percebe a exploração sexual? Por quê?
22. O que você diria para crianças e adolescentes que estão ingressando atualmente nessa prática?
23. Olhando para sua vida até o momento atual, se você pudesse mudar alguma coisa, o que mudaria?

## APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA  
MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E QUESTÃO  
SOCIAL**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Caro/a participante,

Gostaríamos de convidá-lo/a a participar como voluntário/a da pesquisa intitulada: **“HÁ UM PASSADO NO MEU PRESENTE: UMA ANÁLISE SOBRE A EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL VIVENCIADA POR JOVENS DO SEXO MASCULINO, EGRESSOS DO PROJETO VIRAVIDA – CE** que diz respeito à dissertação de mestrado da pesquisadora Flávia Moreira Ferreira, sob orientação do professor Dr. Estênio Ericson Botelho de Azevedo, professor titular da Instituição de Ensino UECE.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a compreensão dos jovens do sexo masculino, egressos do Projeto ViraVida – CE, acerca da exploração sexual comercial por eles vivenciada. Para isso, pedimos a sua colaboração nesta pesquisa, respondendo a uma entrevista sobre o tema acima proposto que poderá ser gravada caso seja de sua concordância.

Garantimos que a pesquisa não trará nenhuma forma de prejuízo, dano ou transtorno para aqueles/as que dela participarem. Todas as informações obtidas neste estudo serão mantidas em sigilo e sua identidade não será revelada. Vale ressaltar ainda, que sua participação é voluntária e você poderá a qualquer momento deixar de participar deste estudo, sem qualquer prejuízo ou dano.

Comprometemo-nos a utilizar os dados coletados somente para a pesquisa e os resultados poderão ser veiculados através de artigos científicos e revistas

especializados e/ou encontros científicos e congressos, sempre resguardando sua identificação. Todos/as os/as participantes poderão receber quaisquer esclarecimentos acerca da pesquisa e, ressaltando novamente, terão liberdade para não participarem quando assim não acharem mais conveniente.

Informamos ainda que não há despesas pessoais para o/a participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será paga pelos responsáveis da pesquisa, de acordo com orçamento previsto/planejado.

Por fim, este termo de consentimento livre e esclarecido está elaborado em duas vias sendo uma para o sujeito participante da pesquisa e outro para o arquivo da pesquisadora. Quaisquer dúvidas a respeito da pesquisa podem ser retiradas através de contatos com a mestrande Flávia Moreira Ferreira no telefone (85) 988324179 ou com seu orientador Prof. Dr. Estenio Ericson Botelho de Azevedo pelo telefone do Mestrado Acadêmico Serviço Social, Trabalho e Questão Social (85) 31019754. Endereço: Av. Paranjana, 1700 – Campus do Itaperi – Fortaleza-CE.

Eu \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ confirmo que Flávia Moreira Ferreira explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto, eu concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário/a da pesquisa: há um passado no meu presente: uma análise sobre a exploração sexual comercial vivenciada por jovens do sexo masculino, egressos do programa ViraVida – CE, cujo tema está sujeito a alterações.

Fortaleza-CE, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2017.

---

(Assinatura do/a voluntário/a)

---

(Assinatura da pesquisadora)